LOLOZO GAMES
CONCURSOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Agente Educativo

Aparecida de Goiânia · GO

APOSTILA COMPLETA

Edital nº 01/2026 · Instituto Verbena/UFG

Teoria, exemplos resolvidos e questões comentadas para as quatro matérias da prova.

ACESSOS RÁPIDOS

Abrir o caderno interativo
Consultar o edital oficial
Ir para o sumário

Sumário

Clique no capítulo ou no número da página.

PÁGINA

Língua Portuguesa

1.1 Leitura, gêneros e efeitos de sentido 03

1.2 Gramática em contexto 17

Raciocínio Lógico-Matemático

2.1 Dedução, sequências e lógica proposicional 31

2.2 Grandezas, porcentagem, juros e dados 38

Goiás e Aparecida de Goiânia

3.1 Sociedade, saúde e meio ambiente 49

3.2 História, geografia e cultura de Goiás e Aparecida 56

Conhecimentos Específicos

4.1 LDB e ECA na escola 71

4.2 Desenvolvimento e rotina infantil 102

4.3 Inclusão e apoio escolar 109

4.4 Primeiros socorros e prevenção 126

4.5 Ética, sigilo e Administração Pública 136

4.6 Lei Orgânica de Aparecida de Goiânia 146

Mapa do edital 168

Gabarito comentado 171

LÍNGUA PORTUGUESA

1.1 · Leitura, gêneros e efeitos de sentido

Como reconhecer o gênero pela função

O que vou aprender. Identificar para que serve um texto, mesmo quando usa mais de uma sequência.

Caso para acompanhar. Compare uma notícia do mural sobre a inauguração da biblioteca, uma resenha que recomenda um livro com razões e um e-mail que solicita reserva de sala.

Conceitos e resolução por etapas. Comece pela ação social. Notícia relata acontecimento verificável e de interesse público; reportagem costuma aprofundar contexto com apuração; resenha apresenta e avalia uma obra; conto é narrativa ficcional breve; e-mail é forma de correspondência cujo propósito pode variar; aviso comunica informação prática. Em todos, confira destinatário e marcas, sem classificar só pelo suporte.

Outro exemplo resolvido. “O pátio está em manutenção. Hoje, usem a entrada lateral.” A escola afixa o texto no portão antes da aula. Primeiro, identifique o destinatário: quem chega à escola. Depois, veja a tarefa social: comunicar uma mudança imediata. O gênero é **aviso**. A forma verbal “usem” mostra que a segunda frase orienta uma ação. Sua sequência é **injuntiva**. Uma frase expositiva pode apresentar o motivo dentro do mesmo aviso.

Atenção de prova. Um e-mail pode conter passagens descritivas; uma resenha pode resumir a trama. A passagem não determina sozinha o gênero.

P01 / memória 1

“A biblioteca fecha às quinze horas. Devolvam os livros na secretaria.” Como classificar o documento e a segunda frase?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

P01 / Verbena 1

Um galo caçoava de uma formiga por carregar um grão pequeno. Na cheia, só a formiga encontrou passagem sob a porteira e indicou por onde o galo poderia sair.

Que moral se ajusta ao desfecho?

A) Quem vai devagar nunca chega a tempo.
B) O valor de uma habilidade depende da situação.
C) A melhor resposta ao desprezo é a vingança.
D) A força física sempre decide em situações de perigo.

Ver resposta comentada

O que o trecho faz e o que predomina no texto

O que vou aprender. Classificar descrição, narração, exposição, argumentação e injunção pelo papel do trecho.

Caso para acompanhar. Um texto escolar abre com “A quadra fica ao lado do bloco A”, conta quando ela fechou e termina recomendando reparo, com razões.

Conceitos e resolução por etapas. Classifique trechos: descrição atribui características; narração ordena ações no tempo; exposição explica; injunção orienta; argumentação defende uma posição com razões. Para predomínio, observe qual sequência organiza o conjunto. A extensão de uma frase sozinha não decide.

Outro exemplo resolvido. Uma circular diz: “O bebedouro fica junto à escada. Ontem foi interditado e hoje voltou a funcionar. Economizem água.” Isole o trecho pedido. A primeira frase situa uma característica espacial e tem função **descritiva**. A segunda encadeia acontecimentos, caso de **narração**. A terceira orienta uma conduta, caso de **injunção**. Para o texto todo, pergunte qual dessas ações sustenta a finalidade central.

Atenção de prova. Injunção pode ocorrer em manual, cartaz ou anúncio. O emprego local de imperativo não torna um artigo de opinião injuntivo.

P06 / memória 1

Um artigo descreve o jardim em duas linhas e depois defende sua recuperação com dados de uso. Qual sequência predomina?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

P06 / Verbena 1

“Guardem um minuto para ler o aviso. A biblioteca precisa abrir mais cedo: boa parte dos alunos chega antes do sinal e, com o horário atual, espera no corredor.”

Qual sequência predomina no fragmento inteiro?

A) Injuntiva.
B) Descritiva.
C) Expositiva.
D) Argumentativa.

Ver resposta comentada

Informação expressa e conclusão sustentada

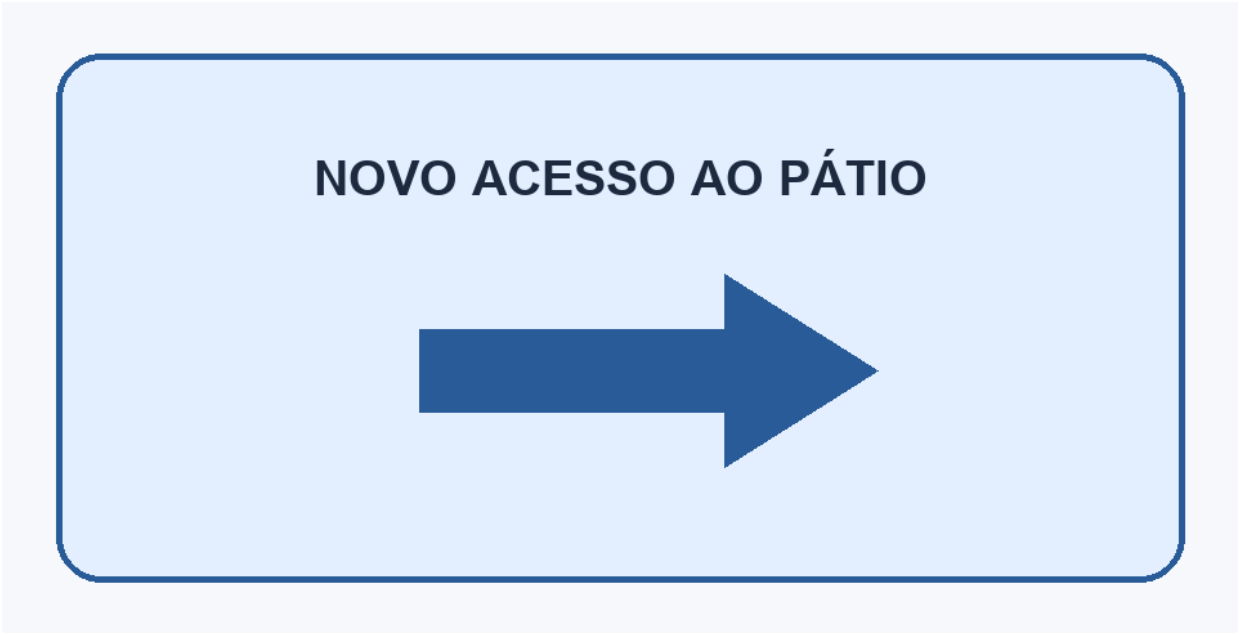
O que vou aprender. Localizar o que foi dito e justificar uma inferência com evidência do texto.

Caso para acompanhar. Use o cartaz autoral desta lição. A frase informa que existe um novo caminho; o desenho é o que mostra para onde seguir.

Conceitos e resolução por etapas. Primeiro leia a instrução escrita, depois siga a ponta da seta. Na imagem, a entrada fica na direção direita do leitor. Associe símbolo e texto para interpretar a orientação. Se retirar a seta, a frase sozinha não decide o lado. Em leitura verbal, verifique quais fatos são explícitos antes de inferir consequências.

Outro exemplo resolvido. “Somente quem entregou a ficha até terça entrará no primeiro grupo. Bia entregou a ficha na quarta.” A primeira frase dá uma condição necessária ao primeiro grupo. A segunda dá o dia de Bia. Compare os dias: quarta vem depois de terça. Portanto, Bia fica fora do primeiro grupo. A conclusão usa duas pistas expressas, embora não apareça pronta.

Atenção de prova. Reconhecer o assunto do cartaz não basta para resolver a direção. Uma hipótese sobre a origem da mudança precisa de informação adicional.



Cartaz autoral: novo acesso ao pátio. A seta aponta para a direita.

P02 / memória 1

“A lista atende só a turma da tarde. João estuda de manhã.” O que é possível concluir?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

Como as palavras abrem ou fecham sentidos

Já caiu duplo sentido na charge · Verbena, questão 9

O que vou aprender. Distinguir sete efeitos e localizar a palavra que autoriza a resposta.

Caso para acompanhar. “A biblioteca voltou a abrir às 7h.” Um colega responde “Que pontual!”, após esperar uma hora por uma atividade que deveria começar às 7h.

Conceitos e resolução por etapas. O verbo voltou pressupõe que a biblioteca já abriu nesse horário antes. Espera de uma hora dá apoio à leitura irônica do elogio. Polissemia é pluralidade de sentidos de uma palavra, como banco de assento ou instituição; ambiguidade é coexistência de leituras no enunciado. Citação insere

outra voz; comparação aproxima explicitamente termos. Inferir exige uma pista, como horário anunciado e atraso observado.

Outro exemplo resolvido. Na reunião, uma educadora diz: “O portão voltou a abrir cedo”. A colega, vendo a entrada cheia de papéis, comenta: “Que limpeza exemplar!”. **Pressuposto** é o conteúdo ativado pela expressão: “voltou” indica que o portão já abria cedo antes. **Inferência** depende do contexto: ver chegando vários responsáveis com fichas pode sugerir uma matrícula, se houver pistas suficientes. **Ironia** pede contraste entre o sentido literal e a situação: a sujeira contradiz o elogio.

Atenção de prova. Não conclua o motivo do atraso sem pista. Pressuposto vem de marca linguística; inferência contextual decorre das informações dadas.

P04 / memória 1

“A turma parou de usar o pátio.” Que informação continua sugerida em “A turma não parou de usar o pátio”?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Quando a frase se conecta e quando faz sentido

Já caiu **elipse nominal · Verbena, questão 7**

O que vou aprender. Reconstruir referentes e conectores e testar a coerência do conjunto.

Caso para acompanhar. “A equipe fechou o pátio, pois havia risco de queda de galhos. Essa medida vale até segunda.”

Conceitos e resolução por etapas. Sublinhe a retomada: essa medida recupera o fechamento do pátio. Pois introduz a justificativa da ação. Coesão é a ligação linguística; coerência é a compatibilidade de sentidos. Confira gênero, número, papel e contexto antes de atribuir um referente.

Outro exemplo resolvido. “O pátio ficou interditado. Por isso, a turma brincou no salão. Lá, montou um circuito.” “Por isso” liga a interdição à mudança de lugar, introduzindo consequência. “Lá” retoma o salão. Ambos formam **coesão** porque

ligam partes visíveis. A **coerência** aparece no sentido conjunto: a turma procurou um espaço utilizável.

Atenção de prova. Um texto pode ter conectivos e ainda ser incoerente: “Choveu durante todo o intervalo; portanto, ficou seco sem proteção” precisa de informação adicional.

P05 / memória 1

“O salão estava ocupado. Mesmo assim, a roda aconteceu no salão.” O que “mesmo assim” marca?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

P05 / Verbena 1

Na triagem, a monitora recebeu uma pasta e um caderno. Durante a conferência, avisou que ela tinha um compartimento rasgado.

A que “ela” se refere no segundo período?

A) À pasta.
B) À monitora.
C) Ao caderno.
D) À conferência.

Ver resposta comentada

O que mudou na maneira de falar

Já caiu **variação na charge · Verbena, questão 10**

Importante **Situação não é a mesma coisa que grupo social**

O que vou aprender. Escolher o tipo de variação com base no fator que explica a diferença.

Caso para acompanhar. A mesma porteira diz “Entra por aqui” a um colega e escreve “Solicita-se a entrada pelo portão lateral” num comunicado. Um grupo profissional usa termos próprios em reuniões.

Conceitos e resolução por etapas. Mantenha o falante fixo e troque situação, destinatário ou formalidade: o primeiro contraste é situacional, também chamado estilístico. Quando a distribuição se relaciona a grupo social ou prática profissional compartilhada, é sociocultural. Marcas associadas ao lugar são geográficas; comparar usos documentados em épocas distintas é histórico.

Outro exemplo resolvido. A mesma pessoa escreve “Solicito a presença da família” no comunicado e diz “A gente precisa conversar” numa conversa informal. Compare as duas situações: a pessoa e a região são as mesmas. O que muda é o grau de formalidade e o interlocutor. A variação é **diafásica** ou situacional. Formas marcadas por época são diacrônicas; por região, diatópicas; por grupos sociais ou profissionais, diastráticas.

Atenção de prova. Uma forma de uma canção, isolada, não prova escolaridade nem região. Use a variável que o enunciado controla.

P03 / memória 1

A mesma agente diz “a gente vai” numa conversa e “compareceremos” em ofício. Qual fator explica a mudança?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

P03 / Verbena 1

Ao conversar com colegas, uma servidora diz “Dá pra trocar o horário?”. Num requerimento, a mesma pessoa escreve “Solicito a alteração do horário”.

Qual tipo de variação explica o contraste?

A) Diatópica.

B) Diastrática.

C) Diafásica.

D) Diacrônica.

Ver resposta comentada

Que prova sustenta a tese

Já caiu **argumento por comparação · Verbena, questão 6**

O que vou aprender. Distinguir dado, autoridade, exemplo, analogia e causa na defesa de uma tese.

Caso para acompanhar. O conselho propõe estender o atendimento. Uma conselheira cita um levantamento de uso; outra compara o agendamento ao rodízio já usado no laboratório.

Conceitos e resolução por etapas. Ache tese e apoio. Dado pode mensurar demanda; autoridade cita especialista/instituição pertinente; exemplificação apresenta um caso; causalidade propõe relação causa–efeito; analogia transfere uma semelhança relevante entre situações. Para testar, pergunte o que a evidência de fato sustenta. Responder a uma objeção é contra-argumentar.

Outro exemplo resolvido. “A escola precisa de mais um ponto de entrega. Em dez dias, 60 famílias aguardaram mais de vinte minutos.” A primeira frase é a **tese**. A segunda traz observação quantificada e funciona como **argumento por dado**. Se a razão fosse o parecer de um especialista, seria autoridade. Um caso particular ilustra por exemplificação; uma aproximação estruturada com outro caso é analogia. Uma cadeia que liga fatores a efeitos usa causa e consequência.

Atenção de prova. Números sem base ou período não sustentam comparação suficiente. Analogia útil não transforma casos diferentes em idênticos.

P07 / memória 1

“Devemos sinalizar a saída, pois a vistoria do Corpo de Bombeiros apontou risco na rota.” Que tipo de apoio aparece?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Pegadinha. Uma alternativa pode repetir palavras do texto e ainda inverter a tese. Faça a verificação em duas etapas. Primeiro formule a tese com suas palavras. Depois localize a passagem que sustenta sua escolha.

Exemplo resolvido. Um aviso diz que o pátio será fechado durante a manutenção. A expressão “durante a manutenção” limita a duração da medida. Concluir que o pátio nunca mais será usado amplia o alcance sem evidência.

P01 · Gêneros textuais: características e funções. Comece pela situação comunicativa. Quem escreve? Para quem? Em que suporte? Com qual propósito? Uma notícia informa um acontecimento, um aviso orienta seu público e um artigo de opinião defende uma posição. O mesmo tema pode aparecer nos três. Exemplo: “Reunião às 15h. Traga o caderno de registros” é compatível com aviso institucional, pois informa e orienta uma ação.

P02 · Compreensão e interpretação. Separe informação explícita, inferência sustentada e hipótese sem apoio. “Só a turma A foi ao parque” identifica a turma que foi e exclui as demais daquele passeio. O texto deixa em aberto por que as outras ficaram. Na prova, confira o alcance de palavras como só, todos, nunca e parte.

P03 · Variação estilística, sociocultural, geográfica e histórica. Estilística (diafásica) depende da situação e do grau de formalidade. Sociocultural (diastrática) reflete grupos e redes sociais. Geográfica (diatópica) acompanha a distribuição regional das formas. Histórica (diacrônica) acompanha mudanças no tempo. Compare “vossa mercê” e “você” para observar mudança histórica. Uma pessoa que alterna entre mensagem a um amigo e ofício formal exemplifica ajuste estilístico.

P04 · Produção de sentidos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto. “A escola voltou a abrir o pátio” pressupõe abertura anterior. Se alguém chega após o fim da reunião e ouve “Que pontualidade!”, o contraste com a cena orienta a leitura irônica. “Rede de escolas” e “rede de pesca” mostram sentidos relacionados. Em “vi a criança com o binóculo”, a

posição do termo torna plausíveis dois portadores do objeto. A citação atribui outra voz e pode reforçar ou problematizar a posição do autor. Na comparação, destaque a propriedade partilhada: “leve como pena” aproxima objetos pela leveza.

P05 · Coesão e coerência. Siga a cadeia de referências e o valor do conector. “O conselho adiou a votação. Essa decisão permitiu nova consulta” retoma o evento pelo nome “decisão”. Uma sequência pode apresentar conectores e ainda ser incoerente se houver contradição. Exemplo: “Só havia sala no térreo. Portanto, a reunião ocorreu no segundo andar” usa conector de conclusão com premissas que não sustentam o resultado.

P06 · Sequências descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva. Descrição mostra propriedades. Narração encadeia acontecimentos. Argumentação justifica uma tese. Injunção prescreve ou orienta uma ação. Exposição apresenta ou explica informação. Um regulamento pode expor por que existe e, em seguida, instruir como proceder. Resolva a questão no nível que o comando pede: trecho ou texto inteiro.

P07 · Tipos de argumento. Uma tese pode se apoiar em dados, testemunho de autoridade, exemplificação, analogia, ou relação de causa e consequência. Exemplo: “Após abrir o segundo portão, a fila se reduziu pela metade, segundo a contagem da equipe”. O dado reforça a tese de que o fluxo melhorou. A proximidade temporal, por si só, exige cautela para afirmar causalidade.

O que vou aprender. Identificar tese, inferência, voz, gênero, relações de sentido e mecanismos que organizam um texto.

Três níveis de leitura

Em **compreensão**, localize o que está explícito. Na **inferência**, combine pistas sem extrapolar. No **pressuposto**, encontre a informação ativada pela expressão usada. “A escola voltou a abrir a biblioteca” pressupõe abertura anterior. “A biblioteca ficou cheia porque a turma chegou” declara causa. Uma alternativa que diz “todas as turmas chegaram” amplia a afirmação original sem apoio.

Polissemia reúne sentidos relacionados de uma palavra, como “rede” em rede de ensino ou rede de descanso. **Ambiguidade** ocorre quando há duas leituras plausíveis, como em “A agente observou a aluna com o binóculo”. **Ironia** depende do descompasso contextual entre formulação e intenção. **Comparação** aproxima

elementos por traço comum, frequentemente com “como”. **Citação** incorpora outra voz e pode apoiar, ilustrar ou introduzir posição a contestar.

Gênero, sequência e argumento

Gênero textual é uma forma social com finalidade e circulação, como bilhete, notícia, fábula, artigo de opinião, regulamento ou aviso. **Sequência** é o modo de organizar um trecho. A narração encadeia eventos, a descrição caracteriza, a exposição explica, a injunção orienta ações e a argumentação sustenta uma tese. Uma notícia pode narrar fatos e incorporar exposição. Um aviso pode combinar contextualização e instruções.

Na argumentação, encontre a tese e depois a razão. **Autoridade** mobiliza fonte qualificada, **exemplificação** apresenta caso ilustrativo, **dados** dão apoio verificável, **analogia** esclarece por semelhança e **causa e consequência** relaciona fatores e resultados. Em questões de ideia central, evite alternativas que citam um detalhe verdadeiro mas deixam de fora a posição principal.

Coesão, coerência e variação

Coesão é a ligação linguística entre partes, por pronomes, substituições, repetição, elipse ou conectores. **Coerência** depende da compatibilidade de ideias e inferências e da progressão do texto. Conectores como “porém”, “portanto”, “porque”, “embora” e “se” sinalizam oposição, conclusão, causa ou explicação, concessão e condição, conforme o contexto.

A **variação linguística** pode ser estilística, conforme a situação de uso, sociocultural, conforme grupos e experiências sociais, geográfica, conforme a região, ou histórica, ao longo do tempo. Na fala de uma personagem, marcas informais podem construir identidade ou adequação ao contexto. Observe o que a pergunta pede antes de escolher a classificação.

Exemplo resolvido. “Embora o pátio estivesse molhado, a equipe manteve a atividade no salão. Isso evitou o cancelamento.” O primeiro trecho exprime concessão. “Isso” retoma a decisão de manter a atividade no salão. Inferimos que houve ajuste de espaço, ainda que o texto silencie sobre a causa da umidade.

Pegadinha. Uma alternativa pode repetir palavras do texto e ainda inverter a tese. Faça a verificação em duas etapas. Primeiro formule a tese com suas palavras. Depois localize a passagem que sustenta sua escolha.

Exemplo resolvido. Um aviso diz que o pátio será fechado durante a manutenção. A expressão “durante a manutenção” limita a duração da medida. Concluir que o pátio nunca mais será usado amplia o alcance sem evidência.

Resumo do capítulo. Sustente cada resposta com evidência textual. Separe tese de exemplo, gênero de sequência e sentido literal de inferência. Identifique o referente dos pronomes e o valor dos conectivos no trecho.

Pergunta de recuperação

Qual pressuposto é introduzido por “começou a usar o mural novamente”?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Como distinguir o gênero aviso da sequência injuntiva?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Em “O mural ficou vazio; mesmo assim, a escola abriu as inscrições”, o que a expressão mesmo assim introduz? A) Contraste com uma expectativa. B) Causa da abertura.

Ver resposta comentada

Questões de prática

P01 / Q1

Um texto apresenta o título, resume em duas frases a história de um livro e justifica por que o recomenda para leitura coletiva. Que gênero predomina?

A) Notícia.

B) Resenha.

C) Conto.

D) Ata.

Ver resposta comentada

P02 / Q1

Observe o cartaz. Qual ação corresponde à combinação entre a frase e o desenho?

A) Seguir para a esquerda.
B) Subir pela escada.
C) Seguir para a direita.
D) Permanecer no ponto atual.

Ver resposta comentada

P03 / Q1

Dois textos da mesma estudante tratam do mesmo pedido: uma mensagem íntima e um requerimento formal. Qual fator explica a mudança de registro?

A) Época de circulação.
B) Região de origem.
C) Identidade profissional do grupo.
D) Situação de comunicação.

Ver resposta comentada

P04 / Q1

“A equipe voltou a abrir o ginásio aos sábados.” Que conclusão se sustenta obrigatoriamente pela escolha de “voltou”?

A) O ginásio teve ocupação maior.
B) A abertura aos sábados já ocorreu antes.
C) A equipe recebeu verba nova.
D) A abertura passará a ocorrer aos domingos.

Ver resposta comentada

P05 / Q1

“A caixa e o caderno chegaram molhados. A agente secou as páginas e guardou-o.” O pronome “o” retoma quê?

A) A caixa.

B) O caderno.

C) As páginas.

D) A agente.

Ver resposta comentada

P06 / Q1

“A escola deve manter o portão aberto mais dez minutos, porque os dois ônibus chegam após o sinal.” Qual é a sequência predominante?

A) Injuntiva.

B) Descritiva.

C) Argumentativa.

D) Narrativa.

Ver resposta comentada

P07 / Q1

“Assim como o rodízio da quadra reduz esperas, o mesmo arranjo de horários pode organizar a biblioteca.” Qual recurso apoia a tese?

A) Autoridade.

B) Analogia.

C) Dado estatístico.

D) Refutação por contradição formal.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

LÍNGUA PORTUGUESA

1.2 · Gramática em contexto

Classifique a palavra pelo trabalho que ela faz

O que vou aprender. Distinguir classes de palavras em uso e verificar flexão e dependência.

Caso para acompanhar. Compare “O primeiro grupo chegou cedo”, “O grupo adiantado chegou” e “O grupo chegou adiantado”.

Conceitos e resolução por etapas. Classifique a palavra pelo que faz na construção. Primeiro ordena, logo é numeral ordinal; cedo modifica a chegada, logo é advérbio. Adiantado é adjetivo nos dois últimos exemplos; junto ao substantivo é adjunto adnominal, após o verbo informa estado do sujeito na chegada e é predicativo. Classe e função são perguntas distintas.

Outro exemplo resolvido. “Havia muitas fichas. As fichas eram muito longas.” Na primeira frase, “muitas” varia em gênero e número e quantifica “fichas”. É **pronome indefinido**. Na segunda, “muito” é invariável e intensifica o adjetivo “longas”. É **advérbio**. O substantivo nomeia, o adjetivo caracteriza, o artigo determina, o verbo indica ação, estado ou processo. Numeral exprime número ou ordem; preposição relaciona termos; conjunção liga unidades; interjeição expressa reação.

Atenção de prova. Um mesmo tipo de palavra pode desempenhar funções diferentes; numeral pode exercer função de adjunto e continua numeral.

P08 / memória 1

Em “Os avisos chegaram cedo”, a que classe pertence “cedo” e o que modifica?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Aplicar a norma-padrão sem perder o contexto

O que vou aprender. Revisar a forma de um texto formal e separar adequação de interpretação social.

Caso para acompanhar. Compare “Não me avisaram”, “Avisaram-me ontem”, “Avisar-me-ão se houver mudança” e “Nunca me avisarão”.

Conceitos e resolução por etapas. Localize atratores, como negação ou relativo: “não me avisaram”, “quem me chamou?”. Sem atrator, no início da oração formal uma forma verbal adequada admite ênclise: “Avisaram-me”. Futuro do presente ou pretérito sem atrator admite a mesóclise em registro formal: “Avisar-me-ão”, “Avisar-me-iam”. Com atrator use próclise. Quando o, a, os, as se ligam ao verbo após r, s ou z, surgem -lo/-la e formas afins; após terminação nasal de formas como entregaram, usa-se -no/-na.

Outro exemplo resolvido. Uma agente vai adaptar para um comunicado formal a mensagem “A gente vai tá na sala quando abrir o portão”. Primeiro preserve o sentido e o destinatário. Depois escolha construção corrente na escrita formal: “Estaremos na sala quando o portão abrir”. Quando a prova pede norma-padrão, teste concordância e regência, flexão pronominal, colocação e ortografia. Em “Não se divulgarão os dados”, a negação favorece próclise, e “os dados” concorda com o verbo passivo.

Atenção de prova. Em “Nunca me avisarão”, o futuro não obriga mesóclise. Em “Entregaram-na”, o sufixo segue a forma verbal nasal, sem mudança de referente.

P09 / memória 1

Reescreva segundo a norma-padrão: “Houveram duas mudanças e existe três avisos.”

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Como se formam palavras novas

O que vou aprender. Identificar derivação, composição e o papel dos afixos sem decidir só pelo tamanho da palavra.

Caso para acompanhar. Observe “reler”, “livraria”, “guarda-chuva” e “planalto”.

Conceitos e resolução por etapas. Encontre a base. Reler acrescenta re- a ler; livraria acrescenta sufixo à base de livro. Guarda-chuva reúne duas bases preservadas, justaposição. Planalto forma-se de plano e alto e perde parte da forma,

aglutinação. Em entardecer, o verbo resulta do acréscimo simultâneo de elementos à base de tarde; confira que as etapas intermediárias não sustentam a formação no mesmo sentido.

Outro exemplo resolvido. Compare “leal”, “desleal”, “lealdade” e “guarda-chuva”. Reconheça a base e o material acrescentado. Des- vem antes da base, logo **derivação prefixal**. -dade vem depois, logo **derivação sufixal**. Guarda-chuva combina duas bases, então é **composição**. Em “anoitecer”, a- e -ecer entram juntos na formação analisada como parassintética; as formas intermediárias não explicam a formação usual.

Atenção de prova. Hífen é pista ortográfica, não critério único de composição. Uma sequência final semelhante a palavra não constitui por si uma segunda base.

P10 / memória 1

Classifique “pedreiro” e “beija-flor”.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Aprenda a localizar o sujeito, os complementos e as vozes

O que vou aprender. Determinar funções dentro da oração e distinguir construções com “se”.

Caso para acompanhar. Compare “A agente guardou as fichas”, “As fichas foram guardadas pela agente” e “O agente voltou cansado”.

Conceitos e resolução por etapas. Ache o verbo e teste quem controla a concordância. Na ativa, a agente é sujeito e as fichas é objeto direto. Na passiva, as fichas é sujeito paciente e pela agente é agente da passiva. Cansado atribui estado ao sujeito de voltou e é predicativo. “No turno da tarde” acrescenta circunstância e funciona como adjunto adverbial.

Outro exemplo resolvido. Compare “Publicaram o aviso”, “Publicou-se o aviso” e “Precisa-se de voluntários”. Identifique o verbo e a relação com seus termos. Em “Publicou-se o aviso”, o aviso é publicado, então é **sujeito paciente**. No plural:

“Publicaram-se os avisos”. Em “Precisa-se de voluntários”, precisar de requer preposição. O “se” indetermina o sujeito e o verbo fica no singular.

Atenção de prova. O primeiro termo nem sempre é agente da ação. Voz passiva muda a função sintática do objeto da ativa, sem mudar o fato central.

P11 / memória 1

Em “Divulgaram-se os critérios”, identifique a função de “os critérios”.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Oração que soma, depende ou muda a relação de sentido

O que vou aprender. Classificar coordenação e subordinação pela função e pelo conector no contexto.

Caso para acompanhar. “A agente abriu o portão, chamou a turma, conferiu as presenças.” “A agente avisou que o portão estava fechado.”

Conceitos e resolução por etapas. Conte núcleos verbais. Na primeira frase, três orações independentes aparecem sem conectivo: coordenação assindética. Com “e conferiu”, a ligação é sindética aditiva. Na segunda, a oração com que completa avisou: subordinação substantiva. Em “livros e cadernos”, a conjunção coordena termos equivalentes da mesma oração, não orações.

Outro exemplo resolvido. “A coordenadora avisou que a reunião mudaria. Quando o portão abriu, as famílias entraram, mas a fila demorou.” “Que a reunião mudaria” completa o verbo avisar, subordinada substantiva. “Quando o portão abriu” é subordinada adverbial temporal. “Mas a fila demorou” coordena duas orações e marca contraste. Teste as perguntas: o que avisou? Quando entraram? Que relação “mas” cria?

Atenção de prova. Só haver vírgula não prova coordenação. Sem verbo novo, a ligação pode ocorrer entre termos.

P12 / memória 1

“O responsável explicou que a criança chegaria depois.” Qual a função de “que a criança chegaria depois”?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

P12 / Verbena 1

“A turma ficou no salão, porque a quadra estava alagada.”

Que relação a oração iniciada por “porque” estabelece com a anterior?

A) Finalidade.
B) Causa.
C) Condição.
D) Consequência.

Ver resposta comentada

P12 / Verbena 2

“Assim que a sirene tocou, os estudantes entraram na sala.”

Que circunstância a primeira oração expressa?

A) Modo.
B) Consequência.
C) Tempo.
D) Finalidade.

Ver resposta comentada

Concordância, regência e crase em três passos

Assunto quente **Regência e crase: pratique casos com e sem artigo**

O que vou aprender. Encontrar o núcleo, descobrir a preposição e testar se há artigo.

Caso para acompanhar. “A equipe chegou cedo”; “A técnica assistiu à reunião”; “A técnica assistiu o estudante”; “A turma foi à Bahia e depois a Goiás”.

Conceitos e resolução por etapas. Encontre núcleo: em “a equipe de monitoras chegou”, equipe pede singular. Em “comprou mesa e cadeira novas”, novas pode caracterizar ambas; na função adnominal posposta, a concordância com as duas ou com a mais próxima depende da construção e do alcance. Assistir no sentido de presenciar pede a na norma de prova; prestar assistência admite objeto direto. Regência nominal liga “favorável à mudança”. Para crase, some preposição a e artigo a: volta da Bahia, logo vai à Bahia; volta de Goiás, logo vai a Goiás. Hora definida: às oito, mas de oito a dez sem artigo na segunda marca.

Outro exemplo resolvido. “Chegaram três fichas. Havia duas pendências. A agente voltou à secretaria.” Primeiro, encontre o núcleo: fichas no plural, ligado a chegaram. Segundo, note a exceção: haver com sentido de existir é impessoal. Terceiro, teste a regência: voltou a algum lugar e secretaria admite o artigo a. A soma produz **à**. Na concordância nominal, “as duas fichas novas” tem os determinantes e o adjetivo no feminino plural.

Atenção de prova. A palavra feminina sozinha não impõe crase. Em “vi a reunião”, vi não pede preposição. Distinguir sentido do verbo evita aplicar a mesma regência aos dois usos de assistir.

P13 / memória 1

Corrija “Fazem três dias que as famílias voltaram a secretaria”.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Pontue o sentido e encontre a sílaba tônica

O que vou aprender. Aplicar vírgula a funções sintáticas e explicar o acento por regra.

Caso para acompanhar. Compare “Colegas, guardem as fichas” e “As colegas guardaram as fichas”. Compare também “órgão”, “café” e “saída”.

Conceitos e resolução por etapas. No primeiro enunciado, colegas é chamamento, isolado por vírgula. No segundo, o sujeito se liga ao verbo sem

vírgula. Para acentuação, encontre a sílaba tônica e a terminação: órgão é paroxítona terminada em ditongo nasal; café é oxítona terminada em e; saída tem i tônico em hiato com a vogal anterior.

Outro exemplo resolvido. “Ana, as fichas ficaram na secretaria.” Compare “As fichas, ficaram na secretaria.” No primeiro, Ana é **vocativo** e fica isolado. No segundo, a vírgula separa sujeito e predicado indevidamente. Depois, ao revisar “público”, conte a partir do fim: pú-bli-co tem a antepenúltima sílaba tônica e é proparoxítona, classe toda acentuada. “Café” é oxítona terminada em e. “Saída” tem i tônico em hiato nas condições da regra.

Atenção de prova. Nem toda pausa oral recebe vírgula. Ideia e voo seguem as mudanças ortográficas, sem os antigos acentos.

P14 / memória 1

Justifique a vírgula e o acento em “Márcia, arquive a saída da turma”.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Ortografia pelo léxico, pelo contexto e pela função

O que vou aprender. Distinguir formas muito parecidas e aplicar convenções de escrita.

Caso para acompanhar. A revisão encontra “auto-escola”, “anti-inflamatório”, “antirreligioso” e três usos de sessão, seção e cessão.

Conceitos e resolução por etapas. Autoescola junta vogais diferentes; anti-inflamatório liga duas vogais iguais com hífen; antirreligioso dobra r quando prefixo acaba em vogal e o segundo elemento começa por r. Use dicionário para itens lexicais. Sessão é período/reunião; seção é divisão; cessão é transferência. Mal contrasta com bem; mau, com bom.

Outro exemplo resolvido. Compare “Por que o portão fechou?” e “O portão fechou porque houve manutenção.” O primeiro pede motivo, com “por que” separado. O segundo apresenta uma causa, com “porque” junto. Em fim de pergunta, “por quê?” recebe acento. Com artigo, “o porquê” é substantivo. “Mau” é contrário de bom,

“mal” é contrário de bem no uso adverbial. “Daqui a dois dias” indica futuro; “há dois dias” indica passado.

Atenção de prova. Há particularidades de prefixos. Não generalize regra de um par para toda ocorrência; conferir a forma é melhor que supor grafia por som.

P15 / memória 1

Escreva a forma adequada: “Ninguém explicou o ___ da troca de sala”.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Exceção. Compare “é proibida a entrada” com “é proibido entrar”. No primeiro caso, a entrada é um nome determinado. No segundo, “entrar” é uma oração reduzida com sentido de ação. A forma do predicativo acompanha essa estrutura.

Exemplo resolvido. “Passaram-se dois meses e ainda havia pendências.” “Passaram-se” concorda com “dois meses”, enquanto o haver no sentido de existir é impessoal. O mesmo trecho pode reunir duas regras de concordância.

P08 · Classificação gramatical. Em “O rápido retorno ajudou”, rápido caracteriza o nome retorno. Em “A equipe agiu rápido”, modifica a ação. Artigo determina o nome, pronome pode retomá-lo, e numeral indica quantidade ou ordem. Substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição são classes. A análise parte da função no enunciado.

P09 · Gramática normativa. A norma-padrão fornece convenções de escrita, concordância e sintaxe para situações formais. Em prova, pense na norma solicitada e preserve o sentido da frase na reescrita. “É necessário que cheguemos cedo” exige subjuntivo pelo valor de necessidade. Na fala espontânea, a ocorrência de variantes pode ser objeto de análise de adequação e contexto.

P10 · Formação de palavras. Em “desleal”, a base leal recebe prefixo. “Lealdade” recebe sufixo. “Guarda-sol” reúne duas bases. Em “anoitecer”, os elementos formadores atuam conjuntamente na criação da palavra. A estrutura explica o processo e, em muitas questões, ajuda a inferir o sentido.

P11 · Fenômenos gramaticais básicos. Identifique sujeito, predicado e complementos. Distinga fenômeno fonológico, como dígrafo em “chuva”, de flexão

morfológica, como plural em “crianças”, e função sintática, como objeto direto em “guardou as fichas”. Em “Fichas foram guardadas”, o objeto da construção ativa passa à posição de sujeito da passiva, acompanhado de locução verbal.

P12 · Coordenação e subordinação entre termos e orações. Em “livros e fichas”, a conjunção coordena termos. Em “se houver vaga, a turma entrará”, a primeira oração depende da segunda e exprime condição. Em “a equipe pediu que voltassem”, a subordinada ocupa a função de complemento do verbo pedir. Identifique se a relação é sintática, semântica ou ambas.

P13 · Concordância e regência verbal e nominal. Primeiro encontre o núcleo do sujeito para ajustar o verbo. Depois verifique preposição exigida por nome ou verbo. “Chegaram os relatórios” concorda com relatórios. “Havia relatórios” tem verbo impessoal. Em “A equipe foi favorável à proposta”, o adjetivo rege a preposição a, que se funde com o artigo.

P14 · Pontuação e acentuação. Em “Ana, feche a janela”, a vírgula delimita vocativo. “A auxiliar, após a reunião, arquivou as fichas” isola trecho intercalado. Classifique a tonicidade antes da regra gráfica. “Médico” é proparoxítona. “Também” é oxítona terminada em em. “Saída” tem i tônico em hiato.

P15 · Ortografia oficial. Distinga “há dois dias” (tempo passado), “daqui a dois dias” (futuro), “mal organizado” (oposto de bem) e “mau atendimento” (oposto de bom). Escrevem-se “ideia” e “voo” sem acento. Em dúvida sobre grafia, consulte um vocabulário ortográfico, especialmente em hífen e em palavras com grafia convencional.

O que vou aprender. Resolver questões sobre classes, formação de palavras, orações, concordância, regência, pontuação, acentuação e ortografia usando o contexto.

Classes e formação de palavras

Substantivo nomeia, **adjetivo** caracteriza, **artigo** determina, **numeral** indica quantidade ou ordem e **pronome** pode retomar ou acompanhar um nome. **Verbo** exprime ação, estado ou fenômeno em relação a tempo e modo. **Advérbio** modifica verbo, adjetivo, outro advérbio ou o enunciado. **Preposição** introduz relações de dependência, **conjunção** liga termos ou orações e **interjeição** exprime reação. Em “A agente falou baixo”, “baixo” modifica o verbo. Em “O muro baixo”, caracteriza um substantivo. A função no trecho decide.

Sintaxe, concordância e regência

Localize o verbo e pergunte quem ou o que se relaciona com ele. Sujeito e predicado ajudam a separar núcleo, complementos e circunstâncias. Objeto direto liga-se ao verbo em regra sem preposição obrigatória. Objeto indireto tem preposição exigida pela regência. Complemento nominal completa nome, adjetivo ou advérbio; adjunto adverbial introduz circunstância.

Na **coordenação**, as orações ficam sintaticamente independentes entre si: “A equipe ouviu a família e registrou a situação”. Na **subordinação**, uma oração exerce função em relação à outra: “A equipe informou que haverá reunião” tem uma subordinada substantiva; “Os relatórios que chegaram foram lidos” tem uma subordinada adjetiva; “Quando a turma chegou, o portão abriu” tem uma subordinada adverbial temporal.

A **concordância verbal** acompanha o sujeito, como em “Chegaram os relatórios”. Em “Havia relatórios na sala”, o verbo haver com sentido de existir permanece no singular. “Faz dois meses” segue a impessoalidade de fazer para tempo decorrido. Na concordância nominal, “As fichas seguem anexas” ajusta o adjetivo ao substantivo. Em “Elas estavam meio cansadas”, meio é advérbio e fica invariável.

A **regência** identifica a preposição exigida. Na norma-padrão, “assistiu à reunião” significa presenciou, e “obedeceu às regras” traz preposição “a”. “Preferiu a leitura à cópia” usa preferir uma coisa a outra. Na regência nominal, “favorável à medida” traz “a”; “necessidade de apoio” traz “de”. A **crase** reúne a preposição “a” com artigo “a” ou formas compatíveis. Teste a troca por masculino: “dirigiu-se ao setor” ajuda a conferir “dirigiu-se à secretaria”.

Pontuação, acentuação e ortografia

A vírgula isola vocativo e aposto explicativo, organiza enumerações e pode marcar oração adverbial deslocada. Evite separar o sujeito de seu verbo ou o verbo de seu complemento. Compare “As crianças que chegaram cedo entraram” com “As crianças, que chegaram cedo, entraram”. Na primeira frase, o trecho seleciona um subconjunto. Na segunda, explica algo sobre o conjunto mencionado.

Na **acentuação**, todas as proparoxítonas são acentuadas. Em oxítonas, observe terminações como a, e, o, em e ens, como em “café” e “também”. Paroxítonas acentuadas incluem “lápis” e “fácil”. No hiato, confira “saída” e “saúde” e as condições da regra de i e u tônicos. Compare “pôde” (passado) a “pode” (presente)

e “pôr” (verbo) a “por” (preposição). “Ideia” e “voo” seguem a ortografia oficial sem os antigos acentos.

Use **por que** em pergunta ou equivalente a “pelo qual”; **porque** em causa ou explicação; **por quê** antes de pausa final, em pergunta; **porquê** como substantivo, em “o porquê”. “Há dois meses” indica passado e “daqui a dois meses” indica futuro. “Mal” costuma opor-se a bem e “mau” a bom.

Exemplo resolvido. “As monitoras, quando terminou a reunião, enviaram as fichas anexas à direção.” Retire temporariamente o trecho intercalado para achar sujeito e verbo: as monitoras enviaram. “Anexas” concorda com “fichas”. “Quando” expressa tempo. “À direção” reúne o a da destinação com o artigo feminino.

Erro comum. Escolher a classificação de uma palavra fora da frase. Identifique primeiro a função que ela desempenha naquele trecho.

Exceção. Compare “é proibida a entrada” com “é proibido entrar”. No primeiro caso, a entrada é um nome determinado. No segundo, “entrar” é uma oração reduzida com sentido de ação. A forma do predicativo acompanha essa estrutura.

Exemplo resolvido. “Passaram-se dois meses e ainda havia pendências.” “Passaram-se” concorda com “dois meses”, enquanto o haver no sentido de existir é impessoal. O mesmo trecho pode reunir duas regras de concordância.

Resumo do capítulo. Analise a frase pelo verbo e pelas relações que ele cria. Concordância procura o núcleo, regência procura o vínculo, pontuação marca estrutura e sentido, e a grafia segue a norma vigente.

Pergunta de recuperação

Por que “havia registros” fica no singular?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

O que muda quando uma oração adjetiva aparece entre vírgulas?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Em “A coordenadora reuniu as famílias quando o portão abriu”, qual sentido a oração final expressa? A) Tempo. B) Causa.

Ver resposta comentada

Questões de prática

P08 / Q1

Em “As monitoras voltaram tranquilas”, qual análise de “tranquilas” reúne classe e função?

A) Advérbio e objeto direto.
B) Substantivo e sujeito.
C) Adjetivo e vocativo.
D) Adjetivo e predicativo do sujeito.

Ver resposta comentada

P09 / Q1

Qual reescrita mantém o objeto de “Devolveram a ficha” e observa a forma do pronome em ênclise?

A) Devolveram-lhe.
B) Devolveram-la.
C) Devolveram-na.
D) Devolveram-se.

Ver resposta comentada

P10 / Q1

Qual análise descreve “planalto”?

A) Derivação prefixal de alto.
B) Composição por aglutinação de plano e alto.
C) Composição por justaposição sem perda formal.
D) Parassíntese por acréscimo simultâneo de dois afixos.

Ver resposta comentada

P11 / Q1

Em “Os kits foram distribuídos pelos monitores durante o recreio”, qual é a função de “pelos monitores”?

A) Objeto indireto.

B) Agente da passiva.

C) Adjunto de tempo.

D) Vocativo.

Ver resposta comentada

P12 / Q1

Em “A monitora abriu as janelas, recolheu os papéis, fechou a sala”, como se classificam as duas últimas orações em relação à primeira?

A) Subordinadas completivas.

B) Coordenadas sindéticas explicativas.

C) Coordenadas assindéticas.

D) Subordinadas adverbiais temporais.

Ver resposta comentada

P13 / Q1

Qual redação está adequada, se o sentido de assistir é presenciar e a indicação é de hora exata?

A) A equipe assistiu a reunião às oito.

B) A equipe assistiu à reunião as oito.

C) A equipe assistiu à reunião às oito.

D) A equipe assistiu à reunião à oito.

Ver resposta comentada

P14 / Q1

Em qual frase pontuação e acentuação estão corretas?

A) Colegas guardem as fichas na saida.

B) Colegas, guardem as fichas na saída.

C) As colegas, guardaram as fichas na saída.

D) Colegas, guárdem as fichas na saída.

Ver resposta comentada

P15 / Q1

Qual trecho foi grafado corretamente?

A) A secção autorizou a sessão do espaço à escola, no sentido de transferência.

B) A auto-escola encerrou a cessão de cinema.

C) A seção autorizou a cessão do espaço após a sessão de reunião.

D) O setor antiinflamatório promoveu uma cessão, no sentido de reunião.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Câmara dos Deputados · Decreto 6.583/2008, Acordo Ortográfico

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

2.1 · Dedução, sequências e lógica proposicional

Prove a conclusão ou mostre onde ela pode falhar

Para decorar **Negação dos quantificadores**

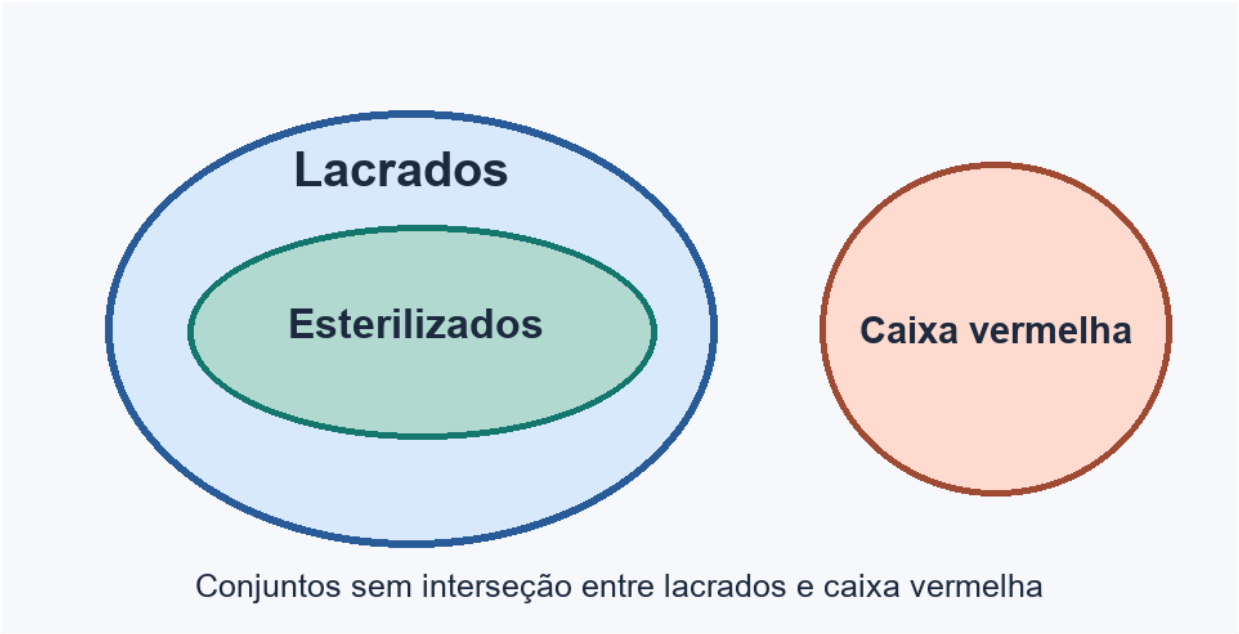
O que vou aprender. Representar afirmações com conjuntos e construir um contraexemplo.

Caso para acompanhar. Todo material esterilizado está lacrado. Nenhum item da caixa vermelha está lacrado. Examine o diagrama do assunto.

Conceitos e resolução por etapas. Desenhe esterilizados dentro de lacrados. Como não há interseção entre lacrados e a caixa vermelha, a caixa também não contém esterilizados. Em quadro de exclusão, risque a célula vermelha/lacrado e depois vermelha/esterilizado. Teste a validade tentando manter premissas verdadeiras e forçar a conclusão falsa.

Outro exemplo resolvido. “Todo material novo tem etiqueta. Nenhum item etiquetado está no armário antigo.” Onde pode estar um material novo? Desenhe os novos dentro do conjunto dos etiquetados. Depois separe o armário antigo, sem interseção com o conjunto etiquetado. Como os novos pertencem a esse conjunto, nenhum está no armário antigo. Uma proposição afirma algo que pode ser verdadeiro ou falso; perguntas e ordens não afirmam isso.

Atenção de prova. A existência de lacrados que não foram esterilizados não contradiz a premissa. Trocar todo A é B por todo B é A é erro de direção.



Esterilizados dentro de lacrados. A caixa vermelha está separada dos dois conjuntos.

R01 / memória 1

Todo caderno de presença é numerado. Uma pasta é numerada. Posso concluir que é caderno de presença?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Descubra a regra de uma sequência sem errar a posição

O que vou aprender. Testar padrões e calcular a posição em uma progressão aritmética.

Caso para acompanhar. Uma gincana registra totais acumulados de 4, 7, 11, 16 e 22 pontos. A regra é aumentar em um ponto o acréscimo diário.

Conceitos e resolução por etapas. Calcule diferenças: 3, 4, 5, 6. O próximo acréscimo é 7, então 22 + 7 = 29. Verifique a unidade: 7 é incremento; 29 é total. Se a diferença fosse fixa, haveria PA e n − 1 saltos a partir do primeiro termo; em padrões visuais, procure o bloco que se repete.

Outro exemplo resolvido. A sequência de cadernos tem contagens 7, 11, 15, 19. Quantos haverá no sexto ponto? Subtraia termos seguidos: 11 − 7 = 4 e 15 − 11 = 4. A diferença constante é a **razão r**, em cadernos por passo. Na PA, **a(n) = a(1) + (n −**

1) × r. a(n) é a quantidade na posição n, a(1) é o primeiro termo e n é a posição. Da posição 1 à 6 há cinco passagens. Então 7 + 5 × 4 = **27 cadernos**.

Atenção de prova. Acrescentar a última diferença fixa criaria outra regra. Não confunda posição, incremento e total acumulado.

R02 / memória 1

Em 12, 9, 6, 3, qual é o sexto termo?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Traduza a frase antes de negar

O que vou aprender. Montar a tabela-verdade e distinguir equivalência, inversão e negação.

Caso para acompanhar. Se há solicitação, então há protocolo. Na tabela de quatro linhas, em que caso a promessa falha?

Conceitos e resolução por etapas. Defina P: há solicitação. Q: há protocolo. P implica Q só falha com P verdadeira e Q falsa. Sua negação é P e não Q; contrapositiva equivalente é se não Q, então não P. Negue P ou Q por não P e não Q. E exige as duas verdadeiras; ou inclusivo admite ambas; bicondicional é verdadeiro quando os dois valores coincidem.

Outro exemplo resolvido. “Se a criança veio, então entregou a ficha.” Use P para “veio” e Q para “entregou a ficha”. Na condicional **P → Q**, só há falsidade se P é verdadeira e Q é falsa. Assim, **¬P ou Q** dá os mesmos valores. O símbolo ¬ significa negação. O “ou” inclusivo vale com uma ou as duas opções verdadeiras. “P e Q” exige ambas. A bicondicional **P ↔ Q** é verdadeira quando P e Q têm valores iguais.

Atenção de prova. A recíproca se Q então P não é automaticamente equivalente. Troque o conectivo e negue os dois termos ao aplicar De Morgan.

R08 / memória 1

Negue “Se o aviso chegou, então Rita leu ou João leu”.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

R08 / Verbena 1

“Se a sala estiver aberta, a turma fará leitura ou desenho.” Considere o “ou” inclusivo.

Qual é a negação lógica da frase inteira?

A) A sala está fechada e a turma não faz leitura nem desenho.
B) A sala está aberta e a turma não faz leitura nem desenho.
C) A sala está aberta e a turma faz leitura, mas não desenho.
D) Se a sala estiver fechada, a turma não fará leitura nem desenho.

Ver resposta comentada

Erro comum. Confundir a contrapositiva com a conversa. De “Se há registro, então há conferência”, pode-se deduzir “Se não há conferência, então não há registro”. Para deduzir “Se há conferência, então há registro”, seria necessária premissa adicional.

Um procedimento para questões de dedução

Marque quantificadores. Transforme “todo” em inclusão, “nenhum” em conjuntos disjuntos e “algum” em existência de ao menos um elemento. Procure um contraexemplo. Se ele satisfaz as premissas e derruba a conclusão, o argumento é inválido. Se os fatos forem contraditórios, identifique primeiro em que premissas o conflito aparece.

Exemplo resolvido. “Todos os materiais novos têm etiqueta. Esta caixa tem etiqueta.” Há possibilidade de a caixa ser antiga e estar etiquetada. A existência desse contraexemplo basta para impedir a conclusão “a caixa é nova”.

R01 · Dedução, argumentos, proposições verdadeiras e falsas e diagramas. Teste se as premissas garantem a conclusão. De “Todos os kits lacrados foram conferidos” e “Nenhum item conferido está na prateleira A”, conclui-se que nenhum kit lacrado está na prateleira A. Faça o desenho: o conjunto dos lacrados cabe dentro do dos conferidos, e a prateleira A fica fora desse segundo conjunto.

R02 · Sequências lógicas, numéricas, padrões e progressão aritmética. Em PA, cada termo cresce pela razão r: a(n) = a(1) + (n − 1) × r. Para 7, 11, 15, o sexto

termo é 7 + 5 × 4 = 27. Em sequências alternadas, compare posições ímpares e pares. A regra proposta precisa funcionar para todos os termos fornecidos.

R08 · Lógica proposicional: conectivos, tabelas-verdade, equivalências e negação. Com P e Q, teste VV, VF, FV, FF. Para P → Q, os resultados são V, F, V, V. A equivalência ¬P ou Q tem a mesma tabela. A negação é P e ¬Q. Para negar “P ou Q”, use “não P e não Q”. Este “ou” é inclusivo, salvo indicação expressa.

Erro comum. Confundir a contrapositiva com a conversa. De “Se há registro, então há conferência”, pode-se deduzir “Se não há conferência, então não há registro”. Para deduzir “Se há conferência, então há registro”, seria necessária premissa adicional.

Um procedimento para questões de dedução

Marque quantificadores. Transforme “todo” em inclusão, “nenhum” em conjuntos disjuntos e “algum” em existência de ao menos um elemento. Procure um contraexemplo. Se ele satisfaz as premissas e derruba a conclusão, o argumento é inválido. Se os fatos forem contraditórios, identifique primeiro em que premissas o conflito aparece.

Exemplo resolvido. “Todos os materiais novos têm etiqueta. Esta caixa tem etiqueta.” Há possibilidade de a caixa ser antiga e estar etiquetada. A existência desse contraexemplo basta para impedir a conclusão “a caixa é nova”.

Tabela-verdade

P	Q	P e Q	P ou Q	P implica Q	P se e só se Q
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	F
F	V	F	V	V	F
F	F	F	F	V	V

Resumo do capítulo. Teste a validade da conclusão com diagramas ou valores lógicos. Em PA, conte os incrementos. Uma condicional falha apenas na linha V e F.

Pergunta de recuperação

Se todo A está em B e nenhum B está em C, onde ficam os elementos de A em relação a C?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Qual expressão é equivalente a P → Q e qual é sua negação?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Qual é o oitavo termo da PA 4, 7, 10, ...?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Negue “Se a ficha está completa, ela está assinada ou foi validada no sistema”. A) Completa, sem assinatura e sem validação. B) Incompleta, sem assinatura ou sem validação.

Ver resposta comentada

Questões de prática

R01 / Q1

Todos os kits de leitura estão etiquetados. Nenhum item da caixa C está etiquetado. O que se segue?

A) Nenhum kit de leitura está na caixa C.

B) Todo item etiquetado é kit de leitura.

C) Todo objeto fora da caixa C é kit de leitura.

D) Existe kit de leitura na caixa C.

Ver resposta comentada

R02 / Q1

Caixas contadas cumulativamente ao fim de quatro turnos: 5, 7, 10, 14. O incremento cresce uma unidade por turno. Qual o total após o quinto?

A) 15.

B) 17.

C) 18.

D) 19.

Ver resposta comentada

R08 / Q1

Qual situação torna falsa a regra “Se houve reserva, então a sala foi aberta”?

A) Houve reserva e a sala foi aberta.

B) Não houve reserva e a sala foi aberta.

C) Não houve reserva e a sala não foi aberta.

D) Houve reserva e a sala não foi aberta.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

2.2 · Grandezas, porcentagem, juros e dados

Descubra se as grandezas andam juntas ou em sentidos contrários

Importante **Em conjuntos, observe a região de interseção**

O que vou aprender. Usar quociente ou produto constante para reconhecer proporcionalidade.

Caso para acompanhar. Uma impressora imprime 30 fichas em 6 minutos a ritmo constante. Para montar o mesmo lote, 4 agentes idênticos levam 12 minutos.

Conceitos e resolução por etapas. No primeiro problema, fichas/minuto = 5; tempo e produção crescem na mesma razão. Em 10 min, 50 fichas. No segundo, o lote exige 48 agente-minutos; com 6 agentes, 48 ÷ 6 = 8 min. Diga o que ficou constante antes de escolher proporção.

Outro exemplo resolvido. Três livros iguais custam R$ 45. Dois agentes idênticos arrumam uma sala em seis horas. Nos livros, 45 ÷ 3 = 15 reais por livro: preço e quantidade têm **quociente constante**. Cinco custam 5 × 15 = R$ 75. Na sala, mantenha o trabalho e a produtividade: 2 × 6 = 12 agentes-hora. Com quatro agentes, 12 ÷ 4 = 3 horas. A segunda relação tem **produto constante**.

Atenção de prova. Mais agentes e menos tempo só configuram inversa nas condições de mesma tarefa e produtividade. Sem isso, pode não haver proporcionalidade.

R03 / memória 1

Se três agentes iguais terminam a mesma tarefa em oito horas, quanto levam seis?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Resolva a regra de três com uma grandeza de cada vez

O que vou aprender. Modelar uma produção com pessoas, tempo e taxa, mantendo as unidades.

Caso para acompanhar. Seis agentes revisam 180 fichas em cinco horas. Quantos minutos levam quatro agentes para 96 fichas no mesmo ritmo individual?

Conceitos e resolução por etapas. Monte antes: saída é tempo; mais fichas aumentam o tempo, mais agentes o reduzem. O ritmo é 180 ÷ (6 × 5) = 6 fichas por agente-hora. Quatro agentes fazem 24 fichas por hora. 96 ÷ 24 = 4 horas, ou 240 minutos. Confira multiplicando.

Outro exemplo resolvido. Quatro auxiliares organizam 48 kits em duas horas. Quantos kits seis auxiliares, no mesmo ritmo, organizam em três horas? Quatro pessoas por duas horas dão oito pessoas-hora. Divida 48 por 8: cada pessoa monta seis kits por hora. Seis pessoas em três horas dão 18 pessoas-hora. Multiplique 18 por 6: **108 kits**. O método funciona porque a produtividade individual e a tarefa por kit são constantes.

Atenção de prova. Se o comando pede minutos, não pare em horas. Combinar duas razões diretas daria tempo maior com mais gente, contra a premissa.

R04 / memória 1

Três pessoas separam 36 cadernos em duas horas. Cinco pessoas no mesmo ritmo separam quantos em quatro horas?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

R04 / Verbena 1

Duas pessoas juntas catalogam 24 fichas em 4 horas. Uma terceira chega e, sozinha, cataloga o dobro de fichas por hora que a dupla junta. As taxas permanecem constantes.

Em quanto tempo as três pessoas catalogam 54 fichas trabalhando juntas?

A) 2 horas.
B) 4 horas e 30 minutos.
C) 6 horas.
D) 3 horas.

Ver resposta comentada

Calcule cada porcentagem sobre a base correta

Já caiu **porcentagens encadeadas · Verbena, questão 13**

Assunto quente **A taxa precisa de uma base**

O que vou aprender. Converter taxa em fator e aplicar variações sucessivas sem somar percentuais.

Caso para acompanhar. Uma mensalidade de R$ 200 sobe 25% e depois tem desconto de 20% sobre o preço reajustado. Compare com desconto de 20% sobre o valor inicial.

Conceitos e resolução por etapas. Identifique a base: 200 × 1,25 = 250; 250 × 0,80 = 200. No segundo caso, desconto calculado sobre 200 é 40 e preço final 210. Para recuperar base de 240 após aumento de 20%, divida por 1,20 e obtenha 200. Controle no sentido inverso, 200 × 1,20 = 240.

Outro exemplo resolvido. Um kit de R$ 200 sobe 20% e depois tem desconto de 10%. Quantos reais custa? Transforme 20% em 0,20. O aumento usa fator 1,20: 200 × 1,20 = R$ 240. O desconto incide sobre os novos R$ 240: 240 × 0,90 = **R$ 216**. O fator final é 1,08, portanto o preço final supera o inicial em 8%.

Atenção de prova. Subtrair os percentuais supõe base igual, que pode ser falsa. Recuperar a base exige dividir pelo fator aplicado.

R05 / memória 1

Um produto de R$ 100 sobe 10% e cai 10% sobre o novo valor. Qual o final?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

Separe capital, juros e montante antes da conta

Para decorar **J = C × i × t: taxa e tempo na mesma unidade**

O que vou aprender. Calcular juros simples ajustando taxa e tempo à mesma unidade.

Caso para acompanhar. Um valor rende R$ 18 em 3 meses, a 2% ao mês, sem capitalização. Qual é o capital? Qual o montante?

Conceitos e resolução por etapas. Indique J = 18 reais, i = 0,02 por mês, t = 3 meses. J = C × i × t, de modo que C = 18 ÷ 0,06 = 300. M = C + J = 318. Se a taxa fosse ao trimestre, converta o tempo para trimestre antes de multiplicar; para achar taxa ou tempo, isole a incógnita e sempre confira unidades e M − C. Para comparar lojas num prazo dado, compare os dois montantes no mesmo prazo. A cobra R$ 1.000 a 1% ao mês e B cobra R$ 980 a 2% ao mês. Em um mês, A dá R$ 1.010 e B R$ 999,60. Em três meses, A dá R$ 1.030 e B R$ 1.038,80. A escolha muda conforme o prazo.

Outro exemplo resolvido. Aplicação de R$ 500 a 2% ao mês por três meses. Quanto se recebe no final? Capital **C** = 500 reais. Taxa por período **i** = 2 ÷ 100 = 0,02 por mês. Tempo **t** = 3 meses. Juros **J = C × i × t**, em reais. Por mês, 500 × 0,02 = R$ 10. Em três meses, J = R$ 30. Montante **M = C + J** = **R$ 530**.

Atenção de prova. Montante não é apenas rendimento. Em juros simples, o acréscimo por período usa o capital inicial. Ao escolher por prazo indicado, comparar uma loja em dois meses com outra em seis meses não responde à pergunta.

R06 / memória 1

R$ 400 a 1,5% ao mês por quatro meses rendem quanto e deixam qual montante?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

Leia escala, total e unidade antes de calcular

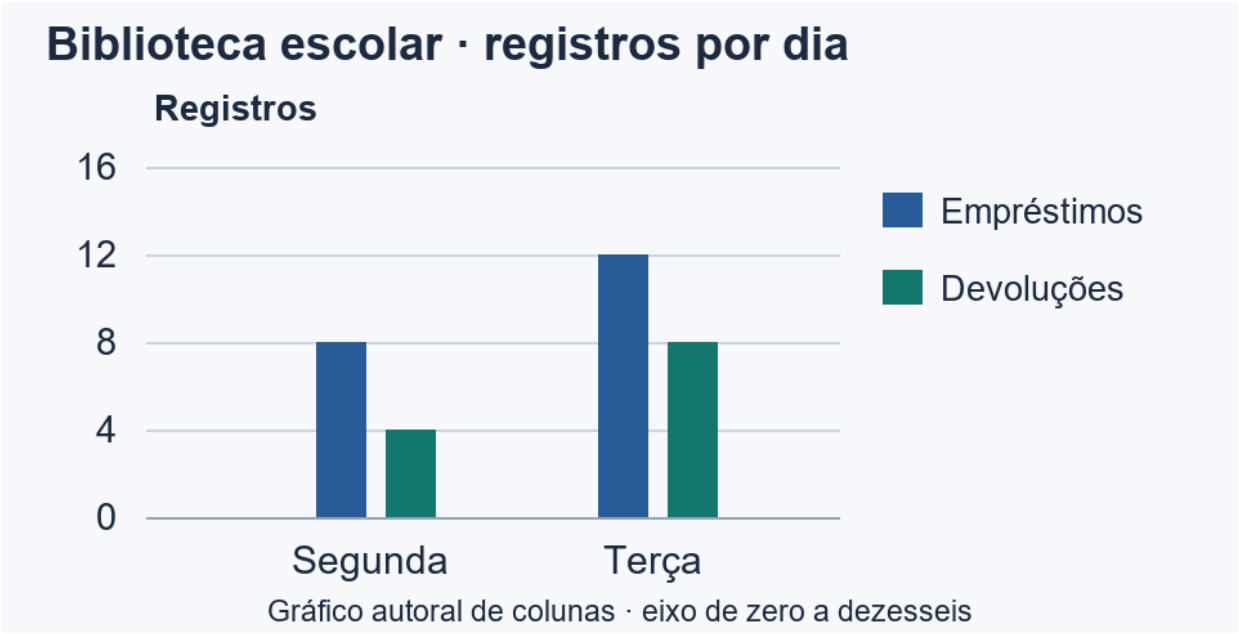
O que vou aprender. Interpretar tabelas, barras, colunas, setores e média aritmética simples.

Caso para acompanhar. No gráfico de colunas da lição, leia o atendimento dos dois dias sem confundir as séries. Na tabela mental, organize dia, categoria e unidade.

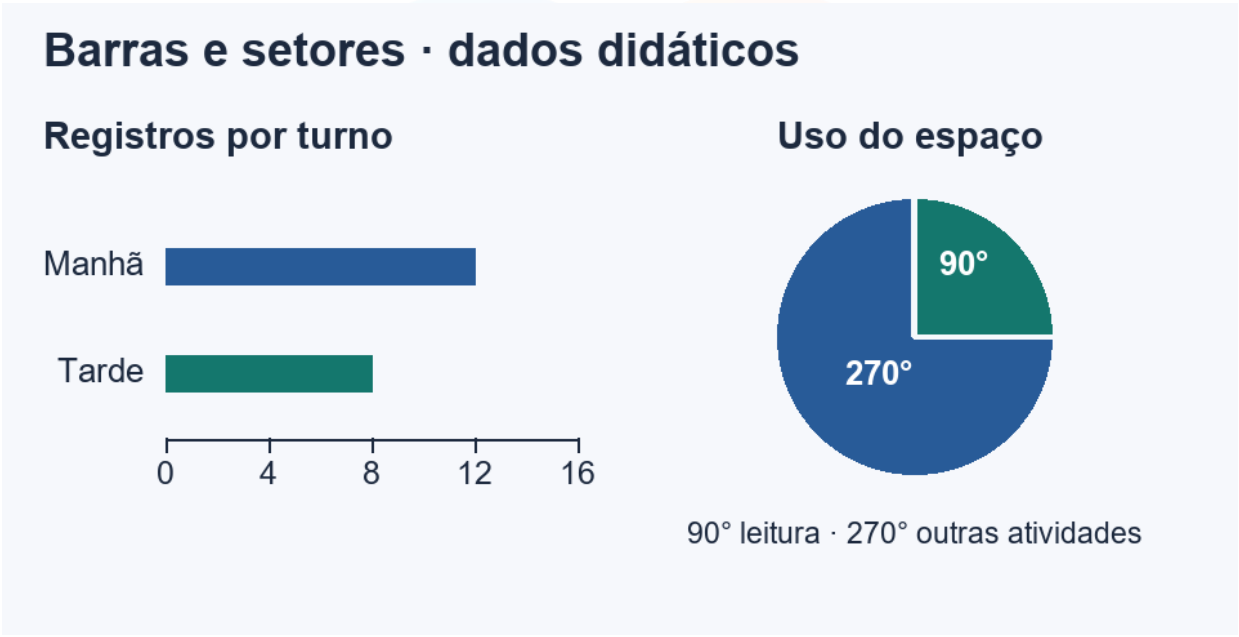
Conceitos e resolução por etapas. Primeiro leia o eixo e a legenda. Na série de empréstimos, segunda tem 8 e terça 12. A média desses dois dias é (8 + 12) ÷ 2 = 10 registros. Gráfico de barras é horizontal; colunas são verticais. Em setores, 90 graus de 360 equivalem a um quarto; só compare setores quando souber o total correspondente. Confira maior barra e unidade antes de calcular.

Outro exemplo resolvido. Uma tabela registra 12 empréstimos na segunda, 18 na terça e 24 na quarta. Qual é a média diária? Some 12 + 18 + 24 = 54 empréstimos. Divida por três dias: **18 empréstimos por dia**. Barras horizontais e colunas verticais comparam alturas ou comprimentos. Verifique se a escala começa no zero e qual é a unidade. Em um gráfico de setores, a fração da categoria é ângulo ÷ 360°, considerando o total do gráfico.

Atenção de prova. Altura ou comprimento só são comparáveis com a mesma escala. A média fica entre o menor e o maior; não some séries distintas por engano.



Segunda: 8 empréstimos e 4 devoluções; terça: 12 empréstimos e 8 devoluções.



Registros: manhã 12, tarde 8. Setores: leitura 90 graus, outras atividades 270 graus.



Tabela de registros · Biblioteca escolar

Dia	Empréstimos	Devoluções
Segunda-feira	8	4
Terça-feira	12	8

Unidade em todas as células numéricas: registros

Tabela de registros: segunda, 8 empréstimos e 4 devoluções. Terça, 12 empréstimos e 8 devoluções.

R07 / memória 1

Um setor de 72° representa 40 inscrições. Qual é o total?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Erro comum. Aplicar o segundo aumento ou desconto sobre a base original. Registre cada fator, multiplique-os e só então compare com o valor inicial.

Exemplo resolvido. Dois agentes registram 160 fichas em quatro horas. Cada agente faz 20 por hora. Para 300 fichas com cinco agentes iguais, a taxa conjunta é 100 por hora e o tempo é de três horas.

R03 · Grandezas direta e inversamente proporcionais. Com preço unitário fixo, dobro de itens implica dobro de custo. Para trabalho fixo e mesma produtividade individual, dobro de trabalhadores implica metade do tempo. Em relação direta, o quociente é constante. Em relação inversa, o produto é constante.

R04 · Regra de três simples e composta. Organize grandezas com unidades. Para 120 folhas, se 2 impressoras iguais fazem o trabalho em 6 minutos, 3 levam 4 minutos. Se a tarefa cresce para 180 folhas, com as 3 impressoras, precisa de 6

minutos. Tempo é diretamente proporcional ao volume e inversamente proporcional à quantidade de impressoras.

R05 · Porcentagem, aumentos, descontos e variações. Uma taxa de r% equivale a r/100. Um aumento de 20% e um desconto de 10% produzem fator 1,20 × 0,90 = 1,08, ou alta líquida de 8%. De 40% para 50% a diferença é de 10 pontos percentuais, com aumento relativo de 25%.

R06 · Juros simples: capital, taxa, tempo e montante. J = C × i × t e M = C + J. A taxa e o tempo devem usar o mesmo período. Exemplo: R$ 1.200 a 1,5% ao mês por 4 meses rende R$ 72, total de R$ 1.272. Para descobrir o capital, use C = M/(1 + it).

R07 · Tabelas, barras, colunas, setores e média simples. Anote legenda, unidade e universo. Um setor de 72° equivale a 72/360 = 20%. Em barras ou colunas, examine escala e ponto de origem. A média de 15, 12 e 24 é 51/3 = 17. Se a média de quatro turmas é 18, o total é 72.

Erro comum. Aplicar o segundo aumento ou desconto sobre a base original. Registre cada fator, multiplique-os e só então compare com o valor inicial.

Exemplo resolvido. Dois agentes registram 160 fichas em quatro horas. Cada agente faz 20 por hora. Para 300 fichas com cinco agentes iguais, a taxa conjunta é 100 por hora e o tempo é de três horas.

Leitura de tabela

Dia	Empréstimos
Segunda	12
Terça	18
Quarta	24

Resumo do capítulo. Traduza a unidade, identifique a taxa e trate variações sucessivas por fatores. Juros simples incidem sobre o capital inicial. Em gráficos, confira escala, universo e período.

Pergunta de recuperação

Um preço sobe 10% e cai 10%. Qual é o fator final?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Como separar regra de três direta e inversa?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Se 90° do gráfico correspondem a 30 matrículas, qual é o total?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Duas equipes fazem 6 e 9 registros por hora. Juntas, quanto tempo precisam para 45? A) 3 horas. B) 5 horas.

Ver resposta comentada

Questões de prática

R03 / Q1

Para completar o mesmo lote, seis agentes levam 20 minutos. Quanto levam oito agentes com produtividade igual?

A) 12 minutos.

B) 15 minutos.

C) 22 minutos.

D) 26 minutos e 40 segundos.

Ver resposta comentada

R04 / Q1

Cinco agentes analisam 120 formulários em quatro horas, com ritmo constante igual. Oito agentes analisarão 144 formulários. Quantos minutos levarão?

A) 150.

B) 160.

C) 180.

D) 288.

Ver resposta comentada

R05 / Q1

Um preço sofre desconto de 20% e, no mês seguinte, aumento de 25% sobre o valor reduzido. Se o final é R$ 320, qual era o preço inicial?

A) R$ 256.

B) R$ 304.

C) R$ 320.

D) R$ 336.

Ver resposta comentada

R06 / Q1

Aplicação de R$ 600, a juros simples de 1,5% ao mês, resulta em R$ 636. Por quanto tempo foi aplicada?

A) Quatro meses.

B) Três meses.

C) Seis meses.

D) Trinta e seis meses.

Ver resposta comentada

R06 / Q2

Em juros simples, a loja A financia R$ 1.500 a 1% ao mês e a B, R$ 1.450 a 2% ao mês. Qual é a loja mais barata, respectivamente em dois e dez meses?

A) A em dois e em dez meses.

B) B em dois e A em dez meses.

C) A em dois e B em dez meses.

D) B em dois e em dez meses.

Ver resposta comentada

R07 / Q1

Observe o gráfico de colunas. Qual é a média aritmética dos registros da série Devoluções, considerando os dois dias?

A) 4 registros.

B) 6 registros.

C) 8 registros.

D) 10 registros.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

GOIÁS E APARECIDA DE GOIÂNIA

3.1 · Sociedade, saúde e meio ambiente

Interprete desigualdade pelo indicador correto

O que vou aprender. Distinguir renda, pobreza, insegurança alimentar e garantia de direitos.

Caso para acompanhar. Num bairro, há alimento à venda, mas parte das famílias não consegue comprá-lo regularmente. O conselho local observa também dificuldade de transporte para a escola.

Conceitos e resolução por etapas. Separe disponibilidade de acesso. Pode haver produção e oferta no comércio junto com insegurança alimentar, porque renda, preço e acesso limitam o consumo. Pobreza é privação econômica; desigualdade descreve distribuição; fome é privação alimentar aguda e vivida. Educação e alimentação são direitos sociais; use canais de política pública, sem tratar o acesso como favor.

Outro exemplo resolvido. Duas famílias declaram renda semelhante. Uma delas relata faltar alimentação com frequência e precisar reduzir porções. Renda é medida de recursos monetários. **Insegurança alimentar** descreve dificuldade de acesso regular a alimentos. O mesmo valor de renda pode acompanhar custos, composição familiar e acesso distintos. Compare o indicador medido, seu universo, o período e a fonte antes de generalizar.

Atenção de prova. Uma média de renda do bairro não diz se todas as famílias têm acesso. Não deduza causa individual sem evidência.

G01 / memória 1

Uma triagem mostra risco de insegurança alimentar em famílias atendidas por uma unidade. Posso aplicar o mesmo percentual ao município?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Compare dados de saúde com denominador e período

O que vou aprender. Distinguir aumento localizado, evento mais amplo e medida de incidência.

Caso para acompanhar. A Nota Técnica SUVISA/SES-GO de 2023 descreve aumento de circulação de influenza e antecipação de campanha para quatro de abril daquele ano. O tema é como a vigilância produz uma decisão datada.

Conceitos e resolução por etapas. Separe síndrome, agente identificado e medida. SRAG descreve gravidade clínica; não é sinônimo de influenza. Surto é aumento localizado acima do esperado; epidemia indica ocorrência acima do esperado em população, área e período. Boletim monitora casos e contexto; planeje vacinação e outras ações indicadas no documento, sem extrapolar para anos diferentes. Compare incidência na mesma base e janela.

Outro exemplo resolvido. X registra 12 casos entre 4.000 pessoas. Y registra 18 entre 9.000 no mesmo período. Em X, 12 ÷ 4.000 = 0,003, ou 300 por 100 mil. Em Y, 18 ÷ 9.000 = 0,002, ou 200 por 100 mil. Y tem mais casos, X tem incidência maior. **Surto** é aumento localizado acima do esperado num grupo, local ou período. **Epidemia** refere-se à propagação acima do esperado em escala mais ampla definida pela vigilância.

Atenção de prova. Uma nota de 2023 não prova emergência em 2026. O Decreto goiano 10.895, de 15/04/2026, é um ato diferente e tem contexto próprio.

G02 / memória 1

Em um mesmo mês, A tem 4 casos por 2.000 moradores e B tem 5 por 5.000. Qual tem maior taxa?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Separe ameaça, exposição e resposta climática

O que vou aprender. Aplicar os conceitos de risco e distinguir mitigação de adaptação.

Caso para acompanhar. A chuva forte alaga a entrada de uma escola. A rota alternativa usa vias mais altas e o bairro decide recuperar a faixa de drenagem.

Conceitos e resolução por etapas. Separe ameaça, exposição e vulnerabilidade. Chuva é ameaça; entrar na rota alagável cria exposição; ausência de rota alternativa aumenta vulnerabilidade. Monitoramento, aviso, mapeamento de áreas de risco e rotas seguras reduzem danos. Mitigação climática atua sobre emissões ou remoções; adaptação reduz impactos. Proteção de áreas de drenagem e planejamento ambiental têm efeitos locais. Zoneamento ambiental orienta usos conforme características do território. Avaliação de impacto antecipa efeitos. Licenciamento controla atividades potencialmente poluidoras conforme as regras aplicáveis. A proteção e defesa civil reúne prevenção, preparação, resposta e recuperação.

Outro exemplo resolvido. Uma chuva intensa atinge dois bairros. Só um tem casas na área inundável e enfrenta perdas graves. Chuva intensa é **ameaça**. Casas na área sujeita a inundação são **exposição**. Fragilidade das construções e ausência de meios de alerta podem elevar a **vulnerabilidade**. Melhorar drenagem e alertas reduz danos esperados e é adaptação. Reduzir emissões age sobre a causa da mudança climática e é mitigação.

Atenção de prova. Chuva isolada não prova uma tendência de clima. Alerta sem rota ou ação tampouco reduz toda a vulnerabilidade.

G03 / memória 1

Um município eleva o piso das escolas em área de alagamento e moderniza ônibus para reduzir emissões. Qual medida é adaptação?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

G03 / Verbena 1

Uma escola instala painéis solares para substituir parte do consumo de eletricidade gerada com combustíveis fósseis. O objetivo declarado é reduzir emissões de gases de efeito estufa.

Como classificar a medida quanto à mudança climática?

A) Adaptação, porque toda mudança de infraestrutura se destina a evitar danos climáticos.

B) Neutralização integral, porque a troca de fonte compensa todas as emissões anteriores.

C) Mitigação, porque procura reduzir a geração de emissões.

D) Resposta emergencial, porque repara danos provocados por uma inundação.

Ver resposta comentada

Atualidades com data e fonte

Em Goiás, o informe estadual de dengue de 2026 das semanas 1 a 44 cobre 4 de janeiro a 7 de novembro. O quadro de classificação de risco usa apenas as semanas 40 a 44. Ao interpretar uma questão, confirme a janela do quadro, o tipo de caso e a base populacional. Um município com 100 casos em 10 mil habitantes registra incidência de mil casos por 100 mil. Outro com 200 casos em 100 mil tem taxa de 200 por 100 mil. As contagens apontam mais casos no segundo. A incidência por 100 mil habitantes é maior no primeiro.

O mapa de Triagem para Risco de Insegurança Alimentar da SES-GO utiliza dados de 2025 e indica risco no universo observado. Uma medida de triagem orienta encaminhamento e planejamento. Sua cobertura precisa ser conhecida antes de extrapolar o percentual à população total. Para conflitos sociais, compare o direito invocado, os interesses envolvidos e a competência do órgão que atua.

Exemplo resolvido. Uma inundação afeta duas áreas com chuva similar. O bairro que ocupou várzea expõe mais casas à água. Moradias frágeis, falta de alerta e dificuldade de evacuação elevam a vulnerabilidade. A resposta pública pode combinar alerta, saneamento, drenagem e ordenamento do solo.

G01 · Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos. Conflitos envolvem demandas e atores em disputa, por exemplo pelo acesso a terra, moradia ou serviços. Pobreza monetária mede insuficiência de renda segundo um critério. Insegurança alimentar mede dificuldade de acesso regular a alimentos e pode ser

investigada pelo relato domiciliar. Proteção social, trabalho e abastecimento enfrentam dimensões diferentes do problema. A triagem de risco de Goiás tem função operacional e universo próprio.

G02 · Emergências de saúde, surtos e epidemias. Analise população, área e janela temporal. Um surto diz respeito a aumento localizado além do esperado. Uma epidemia implica aumento acima do esperado em população e período definidos. Uma emergência em saúde pública envolve avaliação de risco e resposta institucional. Para interpretar boletim, verifique se o indicador é casos notificados, prováveis ou confirmados e se a taxa usa a população do mesmo período.

G03 · Questões ambientais, desastres, mudanças climáticas e políticas. Risco ambiental combina ameaça, exposição e vulnerabilidade. Chuva intensa pode produzir alagamento mais grave onde o solo é impermeável e há moradia em áreas inundáveis. Adaptação reduz danos esperados, como sistemas de alerta e drenagem. Mitigação climática atua sobre emissão ou remoção de gases de efeito estufa. As duas medidas podem coexistir em uma política.

Atualidades com data e fonte

Em Goiás, o informe estadual de dengue de 2026 das semanas 1 a 44 cobre 4 de janeiro a 7 de novembro. O quadro de classificação de risco usa apenas as semanas 40 a 44. Ao interpretar uma questão, confirme a janela do quadro, o tipo de caso e a base populacional. Um município com 100 casos em 10 mil habitantes registra incidência de mil casos por 100 mil. Outro com 200 casos em 100 mil tem taxa de 200 por 100 mil. As contagens apontam mais casos no segundo. A incidência por 100 mil habitantes é maior no primeiro.

O mapa de Triagem para Risco de Insegurança Alimentar da SES-GO utiliza dados de 2025 e indica risco no universo observado. Uma medida de triagem orienta encaminhamento e planejamento. Sua cobertura precisa ser conhecida antes de extrapolar o percentual à população total. Para conflitos sociais, compare o direito invocado, os interesses envolvidos e a competência do órgão que atua.

Exemplo resolvido. Uma inundação afeta duas áreas com chuva similar. O bairro que ocupou várzea expõe mais casas à água. Moradias frágeis, falta de alerta e dificuldade de evacuação elevam a vulnerabilidade. A resposta pública pode combinar alerta, saneamento, drenagem e ordenamento do solo.

Resumo do capítulo. Separe indicadores de renda, acesso a alimentos e vigilância em saúde. Em risco ambiental, relacione ameaça, exposição e vulnerabilidade. Compare dados com denominador e data.

Pergunta de recuperação

Que mudança distingue mitigação de adaptação climática?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Por que conferir a população ao comparar casos de dengue?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Por que renda e insegurança alimentar são indicadores diferentes?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Cidade X tem 12 casos em 4.000 moradores. Y tem 18 em 9.000, no mesmo período. A) X tem a maior incidência. B) Y tem a maior incidência.

Ver resposta comentada

Questões de prática

G01 / Q1

Há frutas suficientes no comércio, mas famílias relatam reduzir refeições quando o dinheiro acaba. Qual interpretação se sustenta?

A) A existência de oferta exclui insegurança alimentar.

B) O principal problema descrito é acesso econômico irregular aos alimentos.

C) Há prova de que a produção agrícola caiu no município.

D) O relato permite calcular a taxa de fome de toda a cidade.

Ver resposta comentada

G02 / Q1

Ao encontrar boletim de 2023 que antecipou vacinação contra influenza, qual uso é correto?

A) Concluir que todo caso de SRAG em 2026 é influenza.

B) Tratar o boletim como evidência de resposta de vigilância naquele período.

C) Deduzir que queda de notificações em outra cidade elimina transmissão em Goiás.

D) Repetir automaticamente as datas de campanha em todo ano seguinte.

Ver resposta comentada

G03 / Q1

Qual medida reduz diretamente a exposição da turma a alagamentos recorrentes na chegada?

A) Agendar treino anual sem mudar o trajeto alagável.

B) Mudar o acesso para uma rota elevada indicada pela Defesa Civil.

C) Medir apenas a chuva do último dia.

D) Classificar a escola como área urbana e manter os portões como estão.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Planalto · Constituição Federal compilada

SUVISA/SES-GO · Nota Técnica de SG/SRAG por influenza, 2023

SES-GO · atos de vigilância, incluindo Decreto 10.895/2026

SES-GO · Vigilância Epidemiológica

Governo de Goiás · geografia de Goiás

Planalto · Lei 6.938/1981, instrumentos da PNMA

Planalto · Lei 12.608/2012, proteção e defesa civil

GOIÁS E APARECIDA DE GOIÂNIA

3.2 · História, geografia e cultura de Goiás e Aparecida

Diferencie o bem físico da memória vivida

O que vou aprender. Reconhecer patrimônio material e imaterial e ligar cultura aos seus grupos portadores.

Caso para acompanhar. Compare Festa do Divino de Pirenópolis, Cavalhadas de Santa Cruz de Goiás e Procissão do Fogaréu na Cidade de Goiás.

Conceitos e resolução por etapas. O Iphan registra a Festa do Divino de Pirenópolis como celebração, com folias, Império, Cavalhadas e outras práticas; o registro de 2010 foi revalidado em 2025. Cavalhadas encenam combates entre mouros e cristãos em tradições locais e também existem em Santa Cruz. O Fogaréu remete à Semana Santa na Cidade de Goiás. Templos, conjuntos e vestimentas são elementos materiais; práticas e seus saberes constituem patrimônio imaterial.

Outro exemplo resolvido. Uma igreja antiga sedia a Festa do Divino em Pirenópolis. A comunidade transmite as práticas entre gerações. O prédio é um **bem material**, constituído por suporte físico. A celebração registrada como prática, com ritos e transmissão de saberes, é **patrimônio imaterial**. O objeto da classificação decide. Música, festas, modos de fazer e narrativas podem compor o patrimônio cultural.

Atenção de prova. Cavalhadas não são exclusivas de Pirenópolis. Registro da celebração não transforma toda festa em patrimônio de outra localidade.

G04 / memória 1

Um grupo ensina de geração em geração uma técnica tradicional com ferramentas. Classifique a técnica.

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

G04 / Verbena 1

Num projeto sobre uma comunidade do Cerrado, moradores registram a resistência de seus antepassados negros à escravização e a permanência de práticas coletivas ligadas ao território.

Que referência histórica ajuda a compreender essa identidade?

A) Cultura exclusivamente definida pela religião praticada hoje.
B) Organização determinada apenas pela produção agrícola recente.
C) Herança e resistência de comunidades quilombolas.
D) Formação de um bairro motivada apenas por migração pendular.

Ver resposta comentada

Monte a linha do tempo sem confundir povoado e município

Já caiu **povoamento de Goiás · Verbena, questão 19**

O que vou aprender. Relacionar formação territorial de Goiás e os marcos de Aparecida.

Caso para acompanhar. Uma cronologia compara povoamento minerador no século XVIII, expansão da capital Goiânia no século XX e emancipação de Aparecida.

Conceitos e resolução por etapas. Antes da colonização já havia povos indígenas. A mineração estabeleceu arraiais, circulação e trabalho escravizado; Vila Boa, atual Cidade de Goiás, foi antiga capital. Separação administrativa de São Paulo em meados do século XVIII criou a Capitania de Goiás, instalada em 1749. Em outra escala, o núcleo de Aparecida se formou em torno da devoção a Nossa Senhora Aparecida e ganhou autonomia municipal em 1963.

Outro exemplo resolvido. Uma ficha atribui a fundação do núcleo de Aparecida e a criação do município a um mesmo ano. Separe as escalas. A mineração ajudou a abrir rotas e estruturar núcleos coloniais em Goiás. Aparecida teve marco religioso associado à capela em **1922**. A criação municipal ocorreu em **1963**. Um núcleo pode existir décadas antes de obter autonomia administrativa.

Atenção de prova. Formação urbana, criação de capitania e emancipação municipal são marcos distintos. História da cidade de Goiás não é a de Aparecida.



Capitania de Goiás em 1749; Palma em 1821; origem comunitária de Aparecida em 1922 e emancipação em 1963.

G05 / memória 1

Uma questão pergunta em que ano a localidade se tornou município. Você cita 1922 ou 1963?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Relacione os ciclos econômicos com mudanças políticas

O que vou aprender. Distinguir a formação colonial, a reorganização econômica e a modernização republicana.

Caso para acompanhar. Em um museu, uma bateia representa a lavagem de sedimentos auríferos. Um ofício de 1821 descreve a instalação de governo provisório na comarca de Palma.

Conceitos e resolução por etapas. Aluvião é depósito sedimentar transportado e acumulado pelas águas; a exploração separava partículas de ouro de cascalho e areia. Difere do veio na rocha. Expansão e crise da produção afetaram povoamento,

tributação e trabalho. Em 1821, Joaquim Teotônio Segurado liderou governo provisório no norte de Goiás, na comarca de Palma, com pauta autonomista em relação à capital provincial. O episódio precede a criação constitucional do Tocantins em 1988.

Outro exemplo resolvido. Uma pessoa atribui à implantação de Goiânia a origem dos primeiros núcleos mineradores de Goiás. Organize as etapas: no período colonial, a mineração e o trabalho escravizado estruturaram povoamento e circulação. Com a perda de centralidade da mineração, atividades agropecuárias e redes de comércio ganharam peso. Na República, Goiânia expressa reorganização política e urbana do estado. A interiorização federal e Brasília reforçaram novas conexões no século XX.

Atenção de prova. Não confunda autonomia regional de 1821 com criação imediata do Tocantins ou independência uniforme de Portugal. A transferência da capital para Goiânia pertence ao século XX.

G06 / memória 1

Por que dizer que a nova capital estadual criou a economia mineradora é erro de cronologia?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Ligue a inovação no campo aos efeitos na cidade

O que vou aprender. Explicar produtividade, cadeia logística e urbanização sem generalizar benefícios.

Caso para acompanhar. Uma região passa a usar máquinas, correção de solos e armazenagem. A cidade próxima concentra oficinas, crédito, transporte e processamento.

Conceitos e resolução por etapas. Compare produtividade por área com ocupação de trabalho; mecanização pode elevar produção e deslocar parte do emprego, sem tornar toda consequência idêntica. Cadeias agrícolas conectam campo, agroindústria e serviços urbanos. Migração muda residência; deslocamento

pendular é ida e volta habitual. Formação metropolitana inclui fluxos e integração, mesmo com limites administrativos.

Outro exemplo resolvido. Uma área agrícola passa a usar pesquisa de solo, mecanização e cultivares adaptadas. Ao redor crescem armazéns e serviços. A **modernização produtiva** combina pesquisa, crédito, máquinas e técnicas. Mais produção altera demandas por transporte, armazenagem, serviços e processamento. Esse encadeamento pode intensificar fluxos campo–cidade e ampliar centros urbanos.

Atenção de prova. Urbanização e agro não se excluem. Crescimento do valor agrícola pode aumentar a procura por serviços da cidade.

G07 / memória 1

Por que uma cooperativa modernizada pode aumentar a demanda por emprego urbano?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

G07 / Verbena 1

Produtores do Cerrado adotam variedades de sementes testadas em centros de pesquisa, análise de solo e equipamentos para aplicar insumos com mais precisão.

Que processo esse conjunto de mudanças exemplifica?

A) Descentralização política municipal.
B) Modernização produtiva da agricultura.
C) Expansão comercial motivada apenas pela abertura de novos mercados.
D) Expansão agrícola explicada unicamente pelo aumento de área cultivada.

Ver resposta comentada

Leia as relações entre Cerrado, águas e relevo

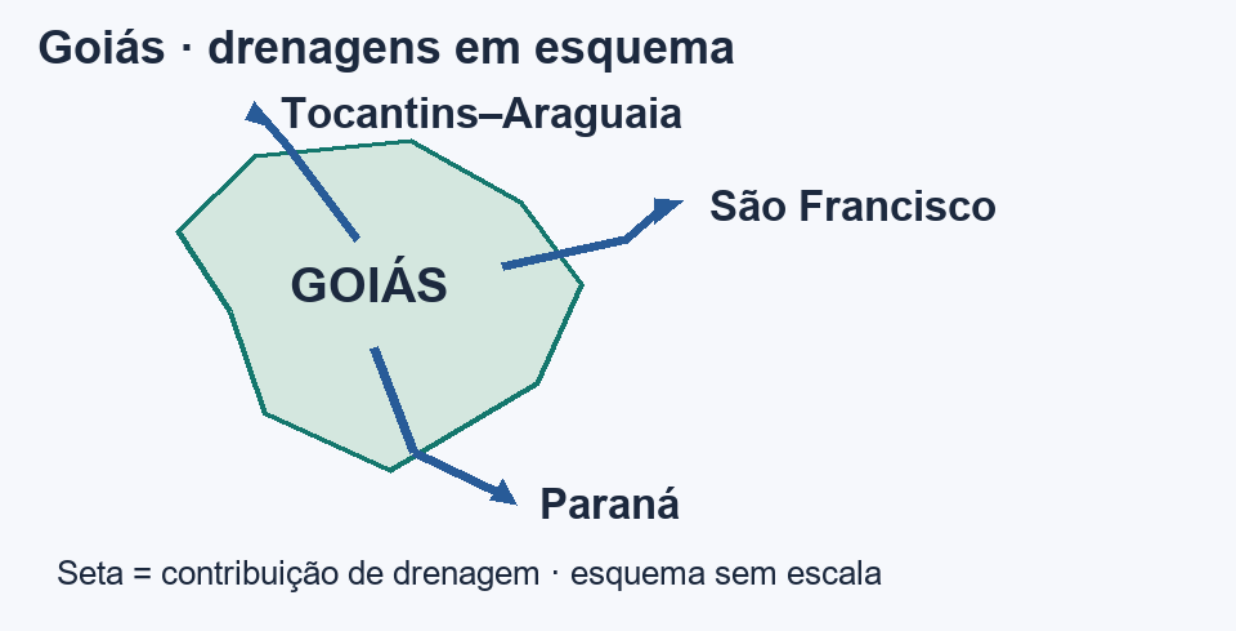
O que vou aprender. Distinguir bacias, divisores, sazonalidade e diversidade do Cerrado.

Caso para acompanhar. Leia o mapa esquemático das drenagens de Goiás. Depois imagine o trajeto de um rio entre um topo de chapada e um vale.

Conceitos e resolução por etapas. O Cerrado tem formações campestres, savânicas e florestais; a sazonalidade típica contrasta estação seca e chuvosa. Altos topográficos podem separar escoamentos que alimentam sistemas diferentes. Goiás contribui para Tocantins–Araguaia, Paraná e São Francisco. Declive e obstáculos interferem na navegação; a existência de um rio grande não garante trecho navegável.

Outro exemplo resolvido. Chove no topo que separa dois vales. A água da face esquerda segue um afluente e a da direita, outro sistema. Uma **bacia hidrográfica** é a área drenada por um rio principal e sua rede. O **divisor de águas** separa áreas de drenagem. Em Goiás, clima tropical com estação mais chuvosa e outra seca influencia vegetação e cursos. Cerrado inclui formações campestres, savânicas e florestais, inclusive matas associadas a cursos de água.

Atenção de prova. Chapada, vale e bacia não são sinônimos. A posição do divisor indica a direção inicial da água, não a qualidade de toda a via.



Mapa esquemático. Drenagens de Goiás contribuem para Tocantins–Araguaia, Paraná e São Francisco.

G08 / memória 1

O topo de uma serra direciona água para rios de lados diferentes. É mais adequado chamar o topo de bacia ou divisor?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

Associe turismo, conservação e modo de vida

O que vou aprender. Interpretar como atrativos naturais e culturais se vinculam ao território.

Caso para acompanhar. Uma família quer natureza e trilhas, outra procura águas termais e a terceira deseja visitar patrimônio histórico.

Conceitos e resolução por etapas. Associe a Chapada dos Veadeiros a paisagens naturais e trilhas; Caldas Novas ao turismo termal; Cidade de Goiás a patrimônio histórico e manifestações culturais. Um destino admite várias experiências, mas a pista mais específica resolve a comparação. Pressão de visitação pede regras de capacidade, acesso e proteção de água e patrimônio.

Outro exemplo resolvido. Uma visita em Goiás combina cachoeiras na Chapada dos Veadeiros e uma celebração tradicional numa cidade histórica. A cachoeira é atrativo natural e exige gestão de acesso e impacto. A celebração é cultural, com participação comunitária. Em Pirenópolis e na cidade de Goiás, o patrimônio histórico e práticas culturais ajudam a explicar o turismo. Águas termais também caracterizam polos como Caldas Novas e Rio Quente.

Atenção de prova. Atratividade não autoriza retirar materiais ou ultrapassar limites de trilhas. Festa, conjunto arquitetônico e paisagem têm formas distintas de proteção.

G09 / memória 1

Um roteiro usa cachoeiras e trilhas em região protegida. Por que restringir acesso pode fazer sentido?

Ver resposta comentada

Exercício Online

Entenda como Aparecida se integra à metrópole

Para decorar **1922, 1963 e 1964: origem, criação e instalação**

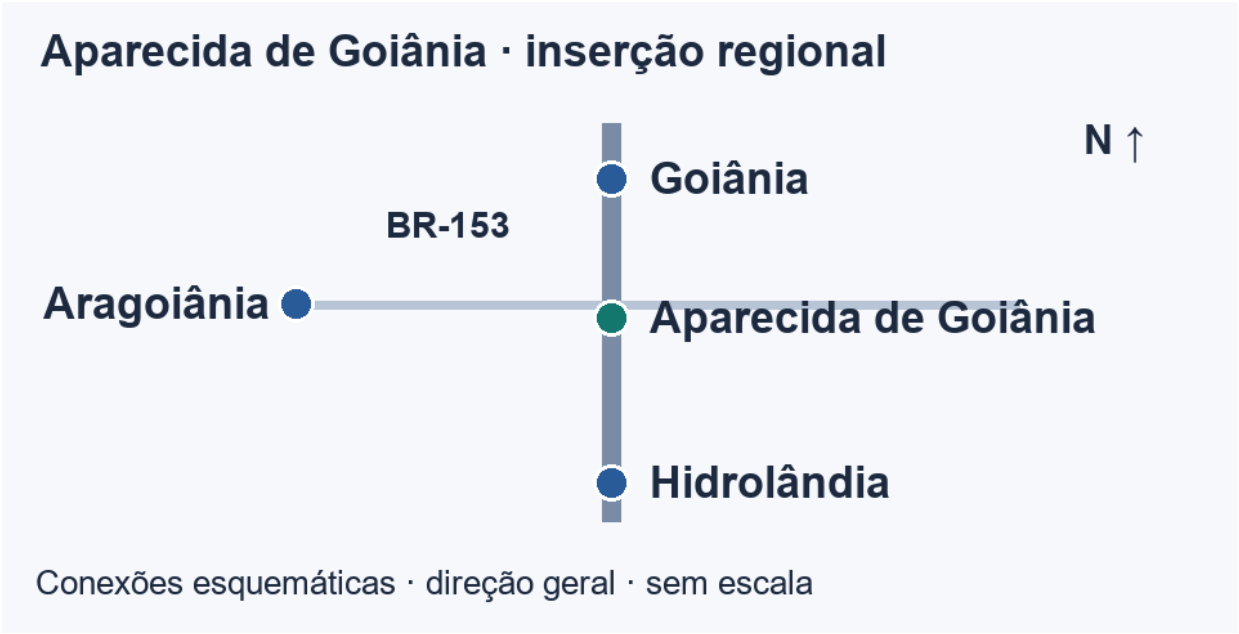
O que vou aprender. Distinguir conurbação, movimento pendular, migração e autonomia municipal.

Caso para acompanhar. Compare a cronologia local e o mapa de inserção regional. A ficha traz código IBGE 5201405; população 527.796 no Censo 2022; área 279,954 km² em 2025; PIB por habitante R$ 39.577,67 em 2023.

Conceitos e resolução por etapas. Separe origem comunitária, emancipação e integração. O núcleo se desenvolveu a partir de reuniões religiosas documentadas em 1922. A Lei estadual 4.927 de 14/11/1963 criou o município, desmembrado de Goiânia. Crescimento e continuidade urbana ligam Aparecida à capital, com circulação de trabalhadores e mercadorias. Eixos viários como BR-153 favorecem ligação regional; polos industriais, comércio e serviços fazem parte da economia municipal. Estatística tem unidade e ano próprios.

Outro exemplo resolvido. Uma pessoa mora em Aparecida, trabalha em Goiânia e volta todo fim de dia. As manchas urbanas se encontram. Ir e voltar habitualmente sem mudar a residência é **movimento pendular**. A continuidade do tecido urbano define **conurbação**. Os dois fenômenos ajudam a explicar pressão comum por transporte, uso do solo e serviços, mas não alteram por si os limites municipais.

Atenção de prova. População do Censo 2022 não é estimativa atual. Conurbação não elimina autonomia. PIB por habitante não é renda individual nem total municipal.



Mapa esquemático da conexão metropolitana. Goiânia fica ao norte de Aparecida e Hidrolândia ao sul, pelo eixo da BR-153.

G10 / memória 1

Uma pessoa passa a dormir e morar permanentemente em Goiânia depois de sair de Aparecida. Isso é pendular?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Linha do tempo para relacionar causas

Século XVIII. A mineração e os caminhos de abastecimento consolidaram núcleos como Vila Boa. A criação da Capitania de Goiás em 1748 reorganizou a administração colonial. Povos indígenas e populações negras escravizadas participaram da formação social em condições marcadas por conflitos e coerção.

Império e Primeira República. A pecuária, a agricultura e o comércio interno sustentaram a economia regional. Distâncias e infraestrutura condicionavam a integração. A passagem de província a estado decorre da mudança de regime nacional.

Século XX. A construção de Goiânia e a transferência da capital mudaram o centro administrativo. A construção de Brasília intensificou fluxos e integração do Centro-Oeste. Políticas de crédito, pesquisa e logística contribuíram para a

modernização da agropecuária, com efeitos diversos no trabalho, no uso do solo e na rede urbana.

Aparecida. Leia os marcos de 1922 e 1963 como origem do povoado e criação do município. A continuidade das manchas urbanas ajuda a explicar a conexão com Goiânia. A conurbação é uma forma urbana. A integração metropolitana também envolve trabalho, transporte e serviços partilhados.

Exemplo resolvido. Um polo industrial atrai trabalhadores de vários municípios. A pergunta pode exigir que você diferencie densificação da mancha urbana, movimento pendular entre casa e trabalho e mudança permanente de residência. São fenômenos que podem ocorrer juntos.

G04 · Arte, cultura e patrimônio do Centro-Oeste. Patrimônio material inclui construções, conjuntos urbanos e acervos. Patrimônio imaterial inclui celebrações, modos de fazer e saberes. A Festa do Divino de Pirenópolis é um exemplo de celebração registrada pelo Iphan. A cultura regional inclui heranças indígenas, afro-brasileiras e de diversas migrações. Patrimônio envolve grupos detentores, continuidade e memória.

G05 · Formação histórico-territorial de Goiás e Aparecida. Em Goiás, povoamentos indígenas precederam a expansão colonial. Mineração, escravização, circulação e governo da capitania moldaram a ocupação colonial. Em Aparecida, distinga o marco de 1922 ligado à capela da criação municipal em novembro de 1963. Relacione o município à expansão da região metropolitana de Goiânia.

G06 · Política, economia e sociedade em Goiás da Colônia à República. Na Colônia, mineração e administração da capitania tiveram papel central. No Império, Goiás passou a província e atividades agropastoris ganharam peso com a decadência da mineração. Na República, a transferência da capital para Goiânia reorganizou a centralidade política e econômica. A construção de Brasília e a integração rodoviária reforçaram fluxos regionais posteriores.

G07 · Modernização da agricultura e urbanização de Goiás. Inovação técnica, correção de solos, mecanização, crédito, pesquisa e infraestrutura ampliaram a integração do Cerrado a cadeias agroindustriais. Urbanização se relaciona à oferta de serviços, à logística e ao deslocamento populacional. Observe efeitos simultâneos sobre produtividade, emprego, terra, água e expansão das cidades.

G08 · Vegetação, hidrografia, clima e relevo de Goiás. O Cerrado inclui gramíneas, savanas e formações florestais. O clima tem estações seca e chuvosa bem marcadas. Relevo de planaltos, chapadas e depressões condiciona drenagem. Goiás participa de sistemas Tocantins–Araguaia, Paraná e São Francisco. Diferencie rio, bacia de drenagem e divisor de águas.

G09 · Natureza, cultura e turismo em Goiás. Chapada dos Veadeiros, águas termais de Caldas Novas e a Cidade de Goiás ilustram atrativos naturais e culturais distintos. Turismo pode ampliar renda e fortalecer valorização do lugar. Visitação e conservação exigem gestão de resíduos, respeito a áreas sensíveis e participação da comunidade.

G10 · Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia. Povoamento em torno da capela, constituição municipal em 1963 e expansão metropolitana são escalas diferentes. O município mantém identidade administrativa própria apesar da continuidade urbana e dos deslocamentos para Goiânia. Use o perfil municipal do IBGE para dados de população, território e economia e indique o ano de cada indicador.

Linha do tempo para relacionar causas

Século XVIII. A mineração e os caminhos de abastecimento consolidaram núcleos como Vila Boa. A criação da Capitania de Goiás em 1748 reorganizou a administração colonial. Povos indígenas e populações negras escravizadas participaram da formação social em condições marcadas por conflitos e coerção.

Império e Primeira República. A pecuária, a agricultura e o comércio interno sustentaram a economia regional. Distâncias e infraestrutura condicionavam a integração. A passagem de província a estado decorre da mudança de regime nacional.

Século XX. A construção de Goiânia e a transferência da capital mudaram o centro administrativo. A construção de Brasília intensificou fluxos e integração do Centro-Oeste. Políticas de crédito, pesquisa e logística contribuíram para a modernização da agropecuária, com efeitos diversos no trabalho, no uso do solo e na rede urbana.

Aparecida. Leia os marcos de 1922 e 1963 como origem do povoado e criação do município. A continuidade das manchas urbanas ajuda a explicar a conexão com

Goiânia. A conurbação é uma forma urbana. A integração metropolitana também envolve trabalho, transporte e serviços partilhados.

Exemplo resolvido. Um polo industrial atrai trabalhadores de vários municípios. A pergunta pode exigir que você diferencie densificação da mancha urbana, movimento pendular entre casa e trabalho e mudança permanente de residência. São fenômenos que podem ocorrer juntos.

Resumo do capítulo. Relacione os marcos da história local e estadual com economia e território. Leia paisagem, clima, vegetação e drenagem em conjunto. Identifique os patrimônios por seu suporte físico ou prática social.

Pergunta de recuperação

O que distingue 1922 de 1963 no caso de Aparecida?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Cite uma consequência da modernização da agricultura sobre a cidade.

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Qual é a diferença entre bacia e divisor de águas?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

A Festa do Divino de Pirenópolis é patrimônio de que tipo?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Qual cenário mostra movimento pendular? A) Uma pessoa mora em Aparecida e vai diariamente trabalhar em Goiânia. B) Uma pessoa transfere definitivamente a residência para Goiânia.

Ver resposta comentada

Questões de prática

G04 / Q1

Qual associação de manifestação e localidade está correta?

A) Fogaréu de Semana Santa como parte central das Cavalhadas de Pirenópolis.

B) Festa do Divino registrada pelo Iphan em Pirenópolis, que inclui Cavalhadas.

C) Cavalhadas exclusivas de Santa Cruz de Goiás.

D) Fogaréu de Pirenópolis como nome dado ao registro federal de 2010.

Ver resposta comentada

G05 / Q1

Qual relação distingue escalas de formação territorial?

A) Vila Boa e Aparecida foram o mesmo arraial minerador, renomeado em 1963.

B) A mineração do século XVIII estruturou arraiais goianos; a emancipação de Aparecida é etapa municipal do século XX.

C) Aparecida se emancipou quando Goiás se tornou capitania.

D) A fundação de Goiânia precedeu ocupação indígena no território.

Ver resposta comentada

G06 / Q1

Qual fato corresponde ao movimento de Palma?

A) Mudança da capital de Goiás para Goiânia no período republicano.

B) Governo provisório no norte goiano em 1821 associado a Teotônio Segurado.

C) Descoberta de ouro em rochas na região de Aparecida em 1963.

D) Criação efetiva do estado do Tocantins em 1821.

Ver resposta comentada

G07 / Q1

Com nova agroindústria, trabalhadores moram numa cidade e se deslocam todos os dias à planta em outro município. Como interpretar?

A) É êxodo definitivo de todos os trabalhadores.

B) A atividade industrial retira qualquer ligação com o campo.

C) Há fluxo pendular e integração da cadeia entre municípios.

D) Os limites municipais deixam de existir juridicamente.

Ver resposta comentada

G08 / Q1

Qual relação explica a função dos divisores de águas representados no mapa?

A) Áreas mais altas separam vertentes que escoam em direções diferentes.

B) Todo divisor é o leito de um rio navegável.

C) O Cerrado é uma única formação florestal sem estação seca.

D) As bacias convergem para um único rio goiano sem saídas distintas.

Ver resposta comentada

G09 / Q1

Qual roteiro associa corretamente o atrativo predominante à localização?

A) Caldas Novas para turismo termal; Cidade de Goiás para conjunto histórico.

B) Cidade de Goiás para estâncias termais e Caldas Novas para antiga Vila Boa.

C) Chapada dos Veadeiros para sede principal das Cavalhadas de Pirenópolis.

D) Caldas Novas e Chapada dos Veadeiros são o mesmo destino turístico administrativo.

Ver resposta comentada

G10 / Q1

Qual leitura da ficha de Aparecida de Goiânia é correta?

A) 527.796 é uma estimativa de 2025 e o município foi incorporado a Goiânia.

B) A conurbação implica que serviços e governo pertençam ao mesmo município.

C) 527.796 é população do Censo 2022; integração com Goiânia não altera a autonomia de Aparecida.

D) O PIB por habitante de 2023 é a renda mensal de cada residente.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Iphan · Festa do Divino de Pirenópolis, registro e revalidação

Secult Goiás · Circuito das Cavalhadas

Iphan · Nota Técnica Festa do Divino e inventário regional

Governo de Goiás · História

Instituto Mauro Borges · Estudo Polo do Ouro

Prefeitura de Aparecida de Goiânia · A cidade

Arquivo Público do Estado de São Paulo · ofício de Cavalcante, 13/10/1821

Governo de Goiás · geografia de Goiás

Instituto Mauro Borges · PIB municipal 2023

Instituto Mauro Borges · Goiás em Dados 2023, mapa hidrográfico

Goiás Turismo · destinos e roteiros oficiais

IBGE · Cidades e Estados, Aparecida de Goiânia (5201405)

Goinfra · conexões rodoviárias metropolitanas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.1 · LDB e ECA na escola

Finalidades e princípios da educação escolar

Já caiu jornada parcial e integral · Verbena, questão 33

Assunto quente Direito à educação e deveres da escola

O que vou aprender. Passar da expressão legal a uma conduta escolar coerente com a LDB.

Caso para acompanhar. No conselho da escola, discutem por que a instituição ensina leitura, promove participação e prepara para a vida no trabalho.

Conceitos e resolução por etapas. O art. 2º combina dever da família e do Estado e três fins: pleno desenvolvimento, cidadania e qualificação para o trabalho. O art. 3º disciplina como o ensino se realiza: igualdade no acesso e permanência, liberdade, pluralismo, tolerância, gestão democrática e os demais princípios. Leia o texto no assunto para comparar.

Outro exemplo resolvido. Uma família questiona por que a escola faz reunião sobre permanência e convivência além de informar notas. A educação, no art. 2º da LDB, é dever da família e do Estado e visa pleno desenvolvimento, preparo para cidadania e qualificação para o trabalho. Identifique qual finalidade aparece no caso. No art. 3º, **igualdade de condições de acesso e permanência**, respeito à liberdade e apreço à tolerância ajudam a interpretar acolhimento. Gestão democrática do ensino público, padrão de qualidade e valorização profissional também são princípios.

Atenção de prova. A gestão democrática do ensino público é um princípio de realização. Qualificar para o trabalho é finalidade e não apaga os outros dois fins.

LDB

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em termos simples. Três fins: desenvolvimento, cidadania e trabalho.

Atenção de prova. Não troque finalidade por princípio.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal;

Em termos simples. Princípios tratam de como o ensino é realizado.

Atenção de prova. Gestão democrática do ensino público é princípio; confira a redação do inciso VIII.

E02 / memória 1

A escola garante matrícula, mas impede a participação da família por falta de um canal acessível. Que dimensão merece atenção além do acesso inicial?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Oferta, matrícula e liberdade de crença

O que vou aprender. Separar gratuidade, obrigatoriedade e deveres no ingresso e na frequência.

Caso para acompanhar. Uma criança de três anos aguarda creche, outra de quatro precisa ser matriculada e um estudante requer alternativa a uma prova marcada em dia vedado pela sua religião.

Conceitos e resolução por etapas. Separe art. 4º I da oferta de educação infantil gratuita até cinco anos e art. 6º do dever de matrícula a partir dos quatro. Internação prolongada remete ao art. 4º-A. O art. 5º trata exigibilidade, recenseamento, chamada e frequência; o 5º-A estende regras de dados aos sistemas ali indicados. O art. 7º condiciona ensino privado; o 7º-A exige requerimento prévio motivado e alternativa sem custo.

Outro exemplo resolvido. Uma criança de dois anos precisa de creche; seu irmão, de quatro, precisa de pré-escola. Um aluno já matriculado pede alternativa para uma

prova por motivo de crença. Identifique cada destinatário. A educação infantil é gratuita até cinco anos. Creche atende até três; pré-escola, quatro e cinco. A matrícula é dever dos pais a partir de quatro. A educação básica obrigatória é dos quatro aos dezessete. O acesso à obrigatória é direito público subjetivo. Para crença, o art. 7º-A permite requerimento prévio e motivado e prestação alternativa sem custo. A alternativa cumprida regulariza a obrigação correspondente.

Atenção de prova. Obrigatoriedade dos quatro aos dezessete não suprime direito à creche. Prestação alternativa por crença não é abono incondicional, depende de pedido e cumprimento.

LDB

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

Em termos simples. Pré-escola, fundamental e médio integram a obrigação dos quatro aos dezessete; creche integra a educação infantil gratuita.

Atenção de prova. O AEE é gratuito, transversal e preferencialmente na rede regular. Preferência não equivale a exclusividade.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Em termos simples. Pais ou responsáveis têm dever de matrícula a partir de quatro.

Atenção de prova. Oferta gratuita de creche não equivale a matrícula obrigatória desde o nascimento.

E02-a / memória 1

Uma criança de três anos pode ter direito a creche mesmo fora da matrícula obrigatória?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E02-a / Verbena 1

Um cartaz sobre o direito à educação repete uma versão antiga do art. 54, IV, do ECA. A direção precisa atualizar somente a faixa etária da oferta federal de creche e pré-escola.

Que faixa corresponde ao dispositivo vigente no corte de Aparecida?

A) Dos quatro aos cinco anos.

B) Do nascimento aos três anos.

C) Do nascimento aos seis anos.

D) Do nascimento aos cinco anos.

Ver resposta comentada

E02-a / Verbena 2

Uma rede pública organiza atendimento educacional especializado que pode apoiar estudantes em diferentes etapas da escolarização. A direção discute cobrança e local de oferta.

Qual organização preserva as condições do art. 4º, III, da LDB?

A) Atendimento pago quando a escola regular não puder prestá-lo.

B) Atendimento gratuito, transversal e preferencialmente na rede regular.

C) Atendimento gratuito, limitado à etapa em que o estudante começou a receber apoio.

D) Atendimento gratuito, obrigatoriamente em instituição separada da rede regular.

Ver resposta comentada

E02-a / Verbena 3

Uma equipe precisa preencher dois campos: faixa da educação básica obrigatória e gratuita e idade máxima da oferta gratuita de educação infantil.

Que preenchimento segue os incisos I e II do art. 4º da LDB?

A) Obrigatória dos seis aos dezessete anos; infantil até cinco.
B) Obrigatória desde o nascimento; infantil até quatro.
C) Obrigatória dos quatro aos dezessete anos; infantil até cinco.
D) Obrigatória dos quatro aos dezesseis anos; infantil até seis.

Ver resposta comentada

Jornada, frequência e avaliação na educação infantil

O que vou aprender. Resolver contas e interpretar a finalidade de registros sem transformar observação em promoção.

Caso para acompanhar. Uma unidade integral funciona 6h40 por dia. A gestão quer exigir aprovação num teste para passagem ao fundamental e confunde frequência mínima com nota.

Conceitos e resolução por etapas. Compare unidade por unidade. A jornada integral tem mínimo de sete horas; faltam vinte minutos. São, ainda, 800 horas em pelo menos 200 dias. A pré-escola controla frequência mínima de 60% das horas. Avaliação acompanha e registra desenvolvimento, sem promoção; documente processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Outro exemplo resolvido. Uma pré-escola parcial atende 200 dias, quatro horas por dia. Uma criança esteve presente em 472 horas no ano. Multiplique 200 × 4: são 800 horas, com os dois mínimos anuais atendidos. Para frequência, 472 ÷ 800 = 0,59, ou 59%, abaixo dos **60%** do art. 31, IV, para a pré-escola. A jornada integral exige pelo menos sete horas diárias. Registros documentam desenvolvimento e aprendizagem, sem finalidade de promoção, inclusive para ingresso no fundamental.

Atenção de prova. Não aplique a frequência de pré-escola como nota de corte. Distingua finalidade do art. 29, faixas do art. 30 e organização do art. 31.

LDB

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em termos simples. A etapa busca desenvolvimento integral e complementa família e comunidade.

Atenção de prova. Educação infantil não se reduz a guardar crianças ou antecipar alfabetização.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Em termos simples. Creche até três; pré-escola aos quatro e cinco.

Atenção de prova. Diferencie idade de matrícula e finalidade da etapa.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Em termos simples. Para avaliar, acompanhe e registre. Controle tempo anual, jornada diária e frequência em critérios separados.

Atenção de prova. Nenhum instrumento pode funcionar como exame promocional nessa etapa.

E02-b / memória 1

Com 800 horas previstas e 480 frequentadas, uma criança da pré-escola atinge o mínimo? A escola pode exigir nota de promoção?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E02-b / Verbena 1

Uma equipe prepara um mapa das etapas da educação básica. Precisa fundamentar por que deve colocar a educação infantil antes do ensino fundamental.

Qual dispositivo identifica expressamente a posição da educação infantil nessa estrutura?

A) Art. 29 da LDB.
B) Art. 208, IV, da Constituição Federal.
C) Art. 54, IV, do ECA.
D) Art. 6º da LDB.

Ver resposta comentada

E02-b / Verbena 2

Uma unidade oferece no turno parcial das 8h às 12h e na jornada integral das 8h às 14h30.

Em relação ao mínimo diário da LDB, qual avaliação é correta?

A) O parcial está conforme; o integral precisa de mais 30 minutos.
B) O parcial precisa de mais uma hora; o integral está conforme.
C) Ambos estão conformes, pois o integral já passa de seis horas.
D) Ambos só precisam cumprir uma média diária calculada no fim do ano.

Ver resposta comentada

E02-b / Verbena 3

A professora registra desenhos e falas das crianças durante o ano. A direção quer utilizar o portfólio para decidir quem pode ingressar no ensino fundamental.

Qual uso do portfólio é compatível com a LDB?

A) Acompanhamento do desenvolvimento, sem condicionar a passagem ao ensino fundamental.
B) Classificação anual, desde que feita por observação e sem prova escrita.
C) Promoção condicionada a uma nota construída a partir das observações.
D) Seleção das crianças com maior autonomia para passar ao fundamental.

Ver resposta comentada

E02-b / Verbena 4

Uma pré-escola reúne relatos das brincadeiras, registros de avanços e uma lista que determina quais crianças podem progredir segundo sua classificação.

Qual uso dos registros deve ser retirado para manter a finalidade da avaliação na educação infantil?

A) Relatar progressos observados em diferentes atividades.
B) Planejar mediações com base nas dificuldades descritas.
C) Organizar registros para acompanhar mudanças ao longo do ano.
D) Classificar para decidir quem pode progredir.

Ver resposta comentada

Proteção integral e comunicação obrigatória

O que vou aprender. Distinguir suspeita de maus-tratos, tratamento cruel e faltas reiteradas.

Caso para acompanhar. Uma aluna tem onze anos e onze meses; outro completa doze hoje. A escola percebe sinais de maus-tratos e também acompanha faltas injustificadas de outro estudante.

Conceitos e resolução por etapas. Na primeira data a aluna é criança. Aos doze completos começa a adolescência e aos dezoito completos cessa a faixa geral, com aplicação excepcional entre dezoito e vinte e um nos casos expressos. Com suspeita ou confirmação, art. 13 manda comunicar ao Conselho Tutelar. No art. 56,

II, reiteração de faltas injustificadas e evasão têm condição específica: recursos escolares esgotados. Art. 53 enumera direitos do aluno; art. 54, garantias estatais; art. 55, dever de matrícula de pais ou responsáveis.

Outro exemplo resolvido. Uma criança relata humilhações e o adulto da escola ainda não tem prova documental. Em outra turma de ensino fundamental, há faltas injustificadas reiteradas. No primeiro caso, o art. 13 do ECA manda comunicar suspeita ou confirmação ao **Conselho Tutelar da respectiva localidade**, sem prejuízo de outras medidas. O art. 18-A distingue força física com sofrimento físico ou lesão, castigo físico, de humilhar, ameaçar gravemente ou ridicularizar, tratamento cruel ou degradante. Na situação das faltas, o art. 56, II, atribui comunicação aos dirigentes do ensino fundamental, esgotados os recursos escolares.

Atenção de prova. A idade escolar da LDB responde a outra pergunta. Não aplique a condição das faltas à suspeita de maus-tratos. A prioridade do art. 4º alcança família, comunidade, sociedade e poder público.

Corte normativo: 30/09/2026. A Lei 15.512/2026 foi publicada em 23/09/2026 e entrou em vigor na publicação, ao contrário da Lei 15.450/2026, publicada em 01/07 com vigência diferida de 180 dias. O item 7.1.3 ressalva normas ou alterações posteriores expressamente listadas entre os objetos de avaliação. O Complementar nº 1 não acrescenta esse dispositivo como exceção específica.

ECA

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Em termos simples. Doze incompletos: criança. Doze completos: adolescente. A aplicação excepcional após a faixa geral depende de caso expresso.

Atenção de prova. A classificação etária do ECA não é a idade de matrícula da LDB.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à

cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à natureza e à convivência familiar e comunitária.

Em termos simples. A prioridade vincula família, comunidade, sociedade e poder público. A redação aplicável inclui natureza.

Atenção de prova. Lei 15.512/2026, publicada em 23/09/2026 e vigente na publicação, antecede o corte.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Em termos simples. Protege contra negligência, discriminação e demais condutas enumeradas. Atinge ação e omissão.

Atenção de prova. A proteção não depende de infração previamente apurada pela escola.

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Em termos simples. Comunique suspeita ou confirmação ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

Atenção de prova. A apuração ou outra medida não substitui a comunicação.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou

b) ameace gravemente; ou

c) ridicularize.

Em termos simples. Identifique força física e sofrimento ou lesão no castigo; humilhação, ameaça grave e ridicularização no tratamento cruel ou degradante.

Atenção de prova. Nem todo tratamento degradante pressupõe força física.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Em termos simples. A convivência familiar e comunitária deve favorecer o desenvolvimento integral.

Atenção de prova. A família substituta é hipótese excepcional, na forma da lei.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Em termos simples. Direitos do estudante incluem respeito e contestação de critérios avaliativos, na forma do dispositivo.

Atenção de prova. O art. 54 dispõe sobre dever estatal, e o art. 55, obrigação de matrícula dos pais ou responsáveis.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

Em termos simples. Creche e pré-escola até cinco anos no inciso IV.

Atenção de prova. Registro de seis anos é redação histórica federal ou local, conforme a fonte, e não substitui essa garantia.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - elevados níveis de repetência.

IV - negligência, abuso ou abandono na forma prevista nos arts. 4º e 5º desta Lei.

Em termos simples. O destinatário é o Conselho Tutelar. A condição de esgotamento está no inciso II.

Atenção de prova. O inciso IV, acrescido em 2025, contempla negligência, abuso ou abandono; não se aplica a condição do inciso II à suspeita de maus-tratos.

E02-c / memória 1

O gestor quer aguardar laudo porque houve suspeita, sem confirmação. O que muda se o caso for de faltas injustificadas reiteradas?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

E02-c / Verbena 1

Uma escola em Aparecida tem suspeita de maus-tratos a um estudante. A direção documentou o caso e o professor pergunta se é preciso esperar confirmação.

Qual orientação corresponde ao art. 13 do ECA?

A) Esperar um laudo antes de encaminhar a informação a um órgão público.
B) Comunicar a suspeita ao Conselho Tutelar da localidade.
C) Enviar a informação apenas ao conselho escolar.
D) Comunicar somente à secretaria municipal e aguardar nova ocorrência.

Ver resposta comentada

E02-c / Verbena 2

Um adulto ridiculariza repetidamente uma criança diante do grupo como forma de punição. Não há uso de força física.

Como a conduta se enquadra no art. 18-A do ECA?

A) Castigo físico, porque toda punição se enquadra nessa categoria.
B) Orientação disciplinar regular, porque não houve lesão visível.
C) Tratamento cruel ou degradante, pois ridicularizar é hipótese expressa.
D) Castigo físico, desde que a ridicularização ocorra mais de uma vez.

Ver resposta comentada

E02-c / Verbena 3

Uma criança acolhida provisoriamente está com dificuldades na escola. A equipe precisa reconhecer os direitos ligados à proteção e à convivência ao organizar seus cuidados.

Qual combinação está prevista no ECA?

A) Garantia de escola em tempo integral para toda criança acolhida, sem qualquer condição.

B) Suspensão de contato comunitário enquanto durar o acolhimento.

C) Convivência apenas na escola, sem consideração pelos vínculos familiares.

D) Proteção contra negligência e violência e direito à convivência familiar e comunitária, na forma do ECA.

Ver resposta comentada

LDB

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII - consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva;

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de **até 5** (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a **todos os níveis**, etapas e modalidades, **preferencialmente** na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados;

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar.

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital **deverão** prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento.

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, **deverá**:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência a escola;

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista;

V - garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, **poderá** ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades.

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação

de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento.

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A. Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal:

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§ 1º A prestação alternativa **deverá** observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de **até 5** (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, **sem o objetivo de promoção**, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, **no mínimo**, **4 (quatro) horas** diárias para o turno parcial e de **7 (sete) horas** para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

ECA

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo.

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão **obrigatoriamente** comunicados ao **Conselho Tutelar** da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

§ 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão **obrigatoriamente** encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

§ 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente **deverão** conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de **qualquer natureza**, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou

b) ameace gravemente; ou

c) ridicularize.

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência.

VI - garantia de tratamento de saúde especializado à vítima.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo **Conselho Tutelar**, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma

fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo **comprovada necessidade** que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

§ 3º A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1º do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei.

§ 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

§ 5º Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional.

§ 6º A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, **preferencialmente** na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças **de zero a cinco** anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao **Conselho Tutelar** os casos de:

I - maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, **esgotados os recursos escolares**;

III - elevados níveis de repetência.

IV - negligência, abuso ou abandono na forma prevista nos arts. 4º e 5º desta Lei.

Atenção ao corte normativo. ECA, art. 54, IV. Antes da Lei 13.306/2016, a expressão era **de zero a seis anos**. No corte, vale **de zero a cinco anos**. O Estatuto e a LDB tratam a educação infantil de forma compatível, e a matrícula obrigatória começa aos quatro anos.

Atenção ao corte normativo. LDB, art. 4º, III. A redação anterior adotava **educandos com necessidades especiais**. A Lei 12.796/2013 passou a nomear **deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação** e explicitar a transversalidade. A oferta permanece preferencialmente na rede regular.

Atenção ao corte normativo. A Lei 15.450/2026 previu vigência 180 dias após a publicação. O acréscimo ao art. 14 do ECA não vale no corte de 30/09/2026.

Dispositivos para conferir na redação do corte

O art. 3º da LDB também trata da coexistência de instituições públicas e privadas. No art. 4º, o inciso XIII, incluído em 2025, garante água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas. Na leitura do art. 5º, inclua divulgação das listas de espera da rede, inclusive creches, com critérios, e acesso aos resultados de avaliações nas condições da lei. Os §§ 6º a 8º e o art. 5º-A tratam de dados e microdados de avaliações e censos, publicidade e tratamento dos dados.

O art. 7º-A prevê alternativas de reposição em caso de ausência por crença religiosa, mediante requerimento prévio e motivado e nos termos da lei. A alternativa precisa guardar relação com as atividades do dia e cumprir o requisito legal. O dispositivo traz ressalva referente ao ensino militar.

Pegadinha. O ECA distingue dois fluxos. O art. 13 alcança suspeita ou confirmação de violência nas hipóteses ali previstas. O art. 56 trata das comunicações dos dirigentes do ensino fundamental, com esgotamento dos recursos escolares para faltas injustificadas reiteradas e evasão, e inciso IV sobre negligência, abuso ou abandono incluído em 2025.

Prazo de vigência. A Lei 15.450/2026 foi publicada antes do edital, mas o art. 2º previu início de vigência após 180 dias. O acréscimo ao art. 14 do ECA fica fora do recorte legal de 30/09/2026.

O art. 53-A aborda conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. Os arts. 57 a 59 tratam de inserção de alunos excluídos do ensino obrigatório, valores culturais no processo educacional e

programação cultural, esportiva e de lazer. No art. 59-A, diferencie o caput, que prevê atualização a cada seis meses para instituições abrangidas, do parágrafo único, que exige fichas e certidões atualizadas de colaboradores em estabelecimentos educacionais e similares.

E02 · LDB nos recortes indicados e ECA aplicado à escola. Na LDB, marque art. 2º (fins), art. 3º (princípios), arts. 4º a 7º-A (direito, obrigações, iniciativa privada e frequência por crença) e arts. 29 a 31 (educação infantil). No ECA, relacione proteção integral, respeito e dignidade aos arts. 13, 18-A, 53 a 56. Guarde a diferença entre oferta de creche e obrigatoriedade da matrícula a partir de quatro anos.

O que vou aprender. Reconhecer os deveres da família, do Estado e da escola, aplicar as regras da educação infantil e escolher a providência diante de risco à criança.

Finalidades e princípios da LDB

Educação envolve formação humana em diversos espaços. A LDB disciplina a educação escolar e a vincula ao mundo do trabalho e à prática social. No Título II, o art. 2º associa o dever da família e do Estado ao pleno desenvolvimento, à cidadania e à qualificação para o trabalho. No art. 3º, organize os princípios em grupos: igualdade de acesso e permanência; liberdade de aprender e ensinar e pluralismo; respeito à liberdade e à tolerância; gratuidade no ensino público oficial; valorização profissional; gestão democrática; qualidade; valorização da experiência extraescolar; vínculo com trabalho e práticas sociais; diversidade étnico-racial; aprendizagem ao longo da vida; diversidade linguística e cultural das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva; e acesso a informações públicas sobre a gestão da educação, conforme o texto legal.

Direito e dever de educar

No Título III, a **educação básica obrigatória e gratuita vai dos 4 aos 17 anos** e inclui pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil gratuita é garantida às crianças de até 5 anos, incluindo a creche. A oferta gratuita também alcança quem não concluiu o fundamental ou médio na idade própria. O art. 4º reúne ainda atendimento educacional especializado gratuito, ensino noturno adequado, educação para jovens e adultos, programas suplementares e padrões mínimos de qualidade. Inclui vaga perto da residência a partir dos 4 anos nos termos do inciso X e garantias de alfabetização e educação digital. O art. 4º-A trata do atendimento educacional em internação ou tratamento domiciliar prolongado, conforme regulamentação.

O **acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo**. O art. 5º permite cobrar a oferta do poder público. Envolve recenseamento, chamada pública e zelo pela frequência com a família. O art. 6º impõe a matrícula a partir dos 4 anos. O art. 7º condiciona a iniciativa privada a normas gerais, autorização e avaliação de qualidade e capacidade de autofinanciamento, ressalvadas hipóteses constitucionais. O art. 7º-A prevê prestação alternativa por motivo de crença mediante requerimento prévio e motivado, observadas as condições e a ressalva do próprio artigo.

Atenção. O direito à creche e a obrigatoriedade de matrícula em idade pré-escolar são regras distintas. Leia com atenção se o enunciado trata de oferta pelo Estado ou de dever dos responsáveis.

Como funciona a educação infantil

A educação infantil é a **primeira etapa da educação básica** e visa ao desenvolvimento integral até 5 anos nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando família e comunidade. **Creche** atende até 3 anos. **Pré-escola** atende 4 e 5 anos. O art. 31 prevê acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem objetivo de promoção, inclusive para acesso ao fundamental. São pelo menos **800 horas em 200 dias**, jornada mínima de **4 horas** no turno parcial e **7** na integral, frequência mínima de **60% das horas na pré-escola** e documentação dos processos de desenvolvimento e aprendizagem.

Exemplo resolvido. Uma criança da pré-escola teve 65% de frequência e ainda escreve poucas letras. Como analisar? Primeiro, 65% supera o mínimo de frequência. Segundo, a avaliação é por acompanhamento e registro. Uma prova de

escrita como condição para entrar no fundamental contrariaria a finalidade da avaliação nessa etapa.

Proteção na rotina escolar

No ECA, a **prioridade absoluta** orienta a efetivação dos direitos (art. 4º). Respeito, dignidade e preservação da imagem e identidade aparecem nos arts. 15 a 18. O art. 18-A protege contra castigo físico e tratamento cruel ou degradante. Humilhar, ameaçar gravemente ou ridicularizar são condutas que caracterizam o tratamento definido ali. Os arts. 53 a 56 tratam do direito à educação, do dever estatal, da matrícula e das comunicações escolares. Entre os direitos estão acesso e permanência em igualdade, respeito pelos educadores, contestação de critérios avaliativos e participação estudantil. Os responsáveis têm direito de conhecer o processo pedagógico e participar da definição das propostas educacionais.

O art. 13 obriga a comunicação ao **Conselho Tutelar** diante de suspeita ou confirmação das situações de violência previstas. Confira no art. 56 o rol de comunicações pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, incluindo maus-tratos, faltas injustificadas reiteradas e evasão depois de esgotados os recursos escolares, níveis elevados de repetência e casos de negligência, abuso ou abandono. Em caso concreto, acolha, preserve a privacidade, registre objetivamente e acione o fluxo institucional e a autoridade competente. O registro guarda fatos e falas espontâneas, evita conclusões diagnósticas e não condiciona a comunicação a uma investigação interna.

Exemplo resolvido. Uma criança relata punição física. A escola registra o relato de modo restrito, acolhe sem perguntas sugestivas e aciona seu fluxo de proteção e o Conselho Tutelar na forma do ECA. A expressão “depois de esgotados os recursos escolares” está associada à hipótese de faltas reiteradas e evasão, e não serve para adiar comunicação de suspeita de violência.

Dispositivos para conferir na redação do corte

O art. 3º da LDB também trata da coexistência de instituições públicas e privadas. No art. 4º, o inciso XIII, incluído em 2025, garante água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas. Na leitura do art. 5º, inclua divulgação das listas de espera da rede, inclusive creches, com critérios, e acesso aos resultados de avaliações nas condições da lei. Os §§ 6º a 8º e o art. 5º-A tratam de dados e microdados de avaliações e censos, publicidade e tratamento dos dados.

O art. 7º-A prevê alternativas de reposição em caso de ausência por crença religiosa, mediante requerimento prévio e motivado e nos termos da lei. A alternativa precisa guardar relação com as atividades do dia e cumprir o requisito legal. O dispositivo traz ressalva referente ao ensino militar.

Pegadinha. O ECA distingue dois fluxos. O art. 13 alcança suspeita ou confirmação de violência nas hipóteses ali previstas. O art. 56 trata das comunicações dos dirigentes do ensino fundamental, com esgotamento dos recursos escolares para faltas injustificadas reiteradas e evasão, e inciso IV sobre negligência, abuso ou abandono incluído em 2025.

Prazo de vigência. A Lei 15.450/2026 foi publicada antes do edital, mas o art. 2º previu início de vigência após 180 dias. O acréscimo ao art. 14 do ECA fica fora do recorte legal de 30/09/2026.

O art. 53-A aborda conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. Os arts. 57 a 59 tratam de inserção de alunos excluídos do ensino obrigatório, valores culturais no processo educacional e programação cultural, esportiva e de lazer. No art. 59-A, diferencie o caput, que prevê atualização a cada seis meses para instituições abrangidas, do parágrafo único, que exige fichas e certidões atualizadas de colaboradores em estabelecimentos educacionais e similares.

Educação infantil em prova

Aspecto	Regra
Creche e pré-escola	Até 3 anos / 4 e 5 anos
Mínimo anual	800 horas / 200 dias
Jornada	4 h parcial / 7 h integral
Frequência	60% das horas na pré-escola
Avaliação	Acompanhamento e registro, sem promoção

Resumo do capítulo. A educação infantil atende até cinco anos. Na pré-escola a matrícula é obrigatória e a frequência mínima é de sessenta por cento. A avaliação acompanha o desenvolvimento, sem promoção. O ECA combina direito à educação, respeito e dever de proteção.

Pergunta de recuperação

Qual é a diferença entre dever de oferecer creche e obrigação de matricular na pré-escola?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Quando a aprendizagem na pré-escola deve ser registrada e que uso é vedado ao registro?

Ver resposta comentada

Atenção ao corte normativo. ECA, art. 54, IV. Antes da Lei 13.306/2016, a expressão era **de zero a seis anos**. No corte, vale **de zero a cinco anos**. O Estatuto e a LDB tratam a educação infantil de forma compatível, e a matrícula obrigatória começa aos quatro anos.

Atenção ao corte normativo. LDB, art. 4º, III. A redação anterior adotava **educandos com necessidades especiais**. A Lei 12.796/2013 passou a nomear **deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação** e explicitar a transversalidade. A oferta permanece preferencialmente na rede regular.

Atenção ao corte normativo. A Lei 15.450/2026 previu vigência 180 dias após a publicação. O acréscimo ao art. 14 do ECA não vale no corte de 30/09/2026.

Pergunta de recuperação

Uma pré-escola propõe boletim de observação e, ao fim, nota de corte para entrar no ensino fundamental. A) O registro serve de acompanhamento, mas a nota de corte é incompatível. B) O registro torna válida a nota de corte.

Ver resposta comentada

Questões de prática

E02 / Q1

Qual par separa uma finalidade do art. 2º de um princípio do art. 3º, nessa ordem?

A) Pluralismo; pleno desenvolvimento.

B) Acesso; qualificação para o trabalho.

C) Cidadania; gestão democrática do ensino público.

D) Gestão democrática; permanência.

Ver resposta comentada

E02-a / Q1

A família de uma criança de três anos pede vaga em creche. Qual leitura articula direito de oferta e dever da família?

A) A vaga só é direito a partir dos quatro anos.

B) A creche integra a educação infantil gratuita; o dever de matrícula na educação básica começa aos quatro.

C) A matrícula é obrigatória desde o nascimento, pois a creche integra a educação básica.

D) Ao completar quatro, a matrícula regular pode permanecer opcional até o ensino fundamental.

Ver resposta comentada

E02-b / Q1

Qual ação atende ao art. 31 quando a jornada integral é 6h45 e se quer acompanhar desenvolvimento?

A) Acrescentar 15 minutos à jornada e registrar o desenvolvimento sem condicionar a promoção.

B) Manter o horário se a escola cumprir 800 horas anuais e aplicar prova de aprovação.

C) Acrescentar 15 minutos e usar portfólio para impedir passagem ao fundamental.

D) Ajustar o horário para sete horas e substituir frequência por nota.

Ver resposta comentada

E02-c / Q1

Hoje uma estudante completa 12 anos. A escola recebe relato que sugere maus-tratos, ainda sem perícia. Qual é a dupla classificação e providência legal?

A) Criança; aguardar perícia antes de comunicar.

B) Adolescente; esperar esgotamento dos recursos escolares.

C) Criança; comunicar apenas ao conselho escolar.

D) Adolescente; comunicar a suspeita ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Câmara dos Deputados · LDB (Lei 9.394/1996)

Câmara dos Deputados · ECA (Lei 8.069/1990)

Câmara dos Deputados · Lei 15.512/2026

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.2 · Desenvolvimento e rotina infantil

Observe o desenvolvimento antes de rotular

Já caiu cuidado e autonomia · Verbena, questão 35

O que vou aprender. Ler aspectos físicos, cognitivos e psicossociais numa ação concreta.

Caso para acompanhar. Uma turma explora blocos. Uma criança ajusta a mão ao encaixar, compara tamanhos e pede a um colega uma peça.

Conceitos e resolução por etapas. Separe ações observáveis. Ajustar mão e postura é dimensão física, comparar e planejar são cognitivas, negociar e lidar com frustração são psicossociais. No bebê sobressaem exploração sensório-motora e vínculo; na pré-escola crescem faz de conta e regras simples; nos anos iniciais ampliam-se jogos regulados e estratégias explicadas. Há sobreposição e ritmos individuais.

Outro exemplo resolvido. No início do semestre, uma criança espera outra vestir o casaco e só depois tenta copiar seus movimentos. Movimento revela coordenação física. Observar a ordem do fecho e imitar revela organização cognitiva. Pedir e aceitar ajuda envolve interação psicossocial. Registre o que ocorreu, em qual contexto e qual ajuda funcionou. Compare situações antes de atribuir atraso.

Atenção de prova. Uma mesma atividade mobiliza três dimensões. Isolar um episódio ou transformar idade em prazo regular de diagnóstico distorce a observação.

E03 / memória 1

Uma criança encaixa peças mas evita fazê-lo com barulho. Qual registro é melhor que “não sabe brincar”?

Ver resposta comentada

● Exercício Online

E03 / Verbena 1

O registro de observação separa três descrições: levantar-se apoiando na mesa, dar dois passos segurando a mão do adulto e atravessar a sala com passos firmes sem apoio.

Qual descrição dá a melhor evidência de marcha independente e com equilíbrio?

A) A segunda, porque já houve deslocamento.
B) A primeira, porque manter-se em pé equivale a andar sem apoio.
C) A terceira, porque há deslocamento sustentado sem apoio.
D) As três, porque basta haver esforço para iniciar a marcha.

Ver resposta comentada

Organize acolhimento, cuidados e brincadeira para ensinar autonomia

O que vou aprender. Apoiar a criança com a menor ajuda que mantenha proteção, vínculo e participação.

Caso para acompanhar. Uma criança chora na chegada, aceita comer com colher com ajuda e se acalma perto de um colega. Na hora do repouso, seu sono começa depois do dos demais.

Conceitos e resolução por etapas. Acolha com adulto de referência e transição previsível. Respeite sinais de saciedade e rotina segura da unidade; ofereça apoio gradual para a colher. Na higiene, programe materiais ao alcance e acompanhe sem constranger. Planeje repouso seguro com supervisão e diferenças de ritmo. Em brincadeira, proponha turnos e medeie conflitos sem resolver tudo pela criança.

Outro exemplo resolvido. Na refeição, uma criança consegue pegar o copo, mas ainda derrama água se ele estiver cheio. Na troca, outra fica insegura após mudança na rotina. Acolha com sequência previsível e explique o que vai acontecer. Na refeição, reduza a quantidade inicial, mantenha supervisão e deixe a criança tentar. No repouso, respeite ritmos e o ambiente seguro conforme protocolo. Na higiene, prepare os materiais, converse com a criança e preserve privacidade. Brincadeira com turnos abre situação de aprendizagem de linguagem, regulação e convivência.

Atenção de prova. Rotina previsível permite ajustes. Autonomia significa fazer com apoio progressivamente menor; não retira supervisão nem vira competição por idade.

E03-a / memória 1

Duas crianças brigam pelo mesmo brinquedo. Como transformar o conflito em aprendizagem?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E03-a / Verbena 1

Após o almoço, crianças da turma já conseguem guardar parte dos próprios utensílios. No repouso, algumas dormem rapidamente e outras apenas descansam.

Que orientação dá valor educativo aos dois momentos?

A) Oferecer tarefas adequadas à autonomia e organizar o repouso respeitando os ritmos da turma.

B) Guardar todos os utensílios pelas crianças e exigir que todas durmam no mesmo minuto.

C) Dar à turma autonomia para guardar utensílios, mas padronizar o mesmo horário de sono para todos.

D) Usar esses períodos apenas para preservar silêncio e velocidade.

Ver resposta comentada

E03-a / Verbena 2

Uma criança come com a colher, mas derrama um pouco. Depois de algumas porções, sinaliza que está satisfeita.

Como a monitora pode contribuir para autonomia e cuidado?

A) Retirar todos os utensílios para que a criança seja alimentada pelo adulto em cada refeição.

B) Manter a supervisão, oferecer ajuda proporcional quando necessário e respeitar sinais de saciedade.

C) Insistir para que termine a porção, mesmo com sinais de saciedade.

D) Suspender a prática com a colher até que a criança consiga usá-la sem derramar.

Ver resposta comentada

E03-a / Verbena 3

Na creche, uma criança sinaliza quando quer evacuar e começa a mostrar interesse pelo banheiro. Em alguns dias, ainda prefere a fralda.

Que conduta melhor aproveita os sinais de prontidão?

A) Retirar a fralda em definitivo na mesma semana para cumprir um calendário comum.

B) Esperar a idade exata escolhida pela instituição, mesmo com os sinais presentes.

C) Oferecer o banheiro em momentos oportunos, combinar a rotina com a família e evitar pressão.

D) Usar recompensas somente nos dias sem acidentes e repreender os demais.

Ver resposta comentada

Como observar sem rotular

Anote o que aconteceu, em qual situação e qual tipo de ajuda funcionou. “Guardou três brinquedos após ver a demonstração” informa mais que “é dependente”. Em seguida, proponha uma tarefa semelhante com ajuda menor se a criança demonstrar segurança.

Regra de rotina. A supervisão permanece nos momentos de maior risco. Oferecer autonomia é ajustar a ajuda e manter condições seguras na alimentação, na higiene, na brincadeira e no repouso.

E03 · Desenvolvimento, cuidados, autonomia e socialização. Observe dimensões físicas, cognitivas e psicossociais em situações reais. Quando a criança veste o casaco, por exemplo, ela coordena movimentos, organiza passos e procura ajuda. Na rotina, use previsibilidade no acolhimento, supervisão em refeições, privacidade na higiene, ambiente seguro no repouso e mediação em brincadeiras.

O que vou aprender. Entender dimensões do desenvolvimento e aplicar o cuidado educativo à rotina infantil e aos anos iniciais.

Desenvolvimento integral

Físico abrange crescimento, coordenação, postura e habilidades motoras. **Cognitivo** diz respeito à atenção, memória, linguagem, representação e solução de problemas. **Psicossocial** envolve vínculos, regulação emocional, identidade e interação. As dimensões se cruzam. Ao montar blocos em dupla, a criança coordena mãos e olhos, testa hipóteses e negocia turnos. A competência demonstrada em situação familiar pode variar diante de cansaço, ruído ou mudanças.

Nos primeiros anos, é útil observar progressões como sustentar a cabeça, alcançar objetos, sentar, deslocar-se e andar. Linguagem progride de interações, gestos e sons para palavras e combinações, com variação individual. No faz de conta, a criança representa ações e relações. Nos anos iniciais, instruções em etapas e oportunidades de cooperação sustentam a autonomia crescente. Use os marcos da **Caderneta da Criança** como referência de observação. Diante de dúvida, relate fatos observáveis à equipe e siga o fluxo de orientação à família e à saúde.

Erro comum. Transformar referência de desenvolvimento em prazo rígido ou dar diagnóstico com base numa observação isolada. Observe em contextos diferentes e descreva o que ocorreu.

A rotina como oportunidade de aprendizagem

Acolhimento: cumprimente, reconheça sentimentos e indique o que acontecerá a seguir. Combinados e sinais previsíveis ajudam a transição. **Alimentação**: mantenha supervisão e postura adequada, respeite restrições e o ritmo, ofereça ajuda proporcional e encoraje que a criança tente. **Higiene**: organize materiais, incentive lavagem das mãos e preserve o corpo e a privacidade. No desfralde, observe sinais de prontidão, combine a rotina com a equipe e a família e evite pressão e repreensão.

Repouso: prepare ambiente seguro, tranquilo e supervisionado, respeitando orientações da escola e ritmos individuais. **Brincadeira**: ofereça materiais seguros e acessíveis, proponha interações e dê tempo para explorar. A mediação em conflitos envolve descrever o problema, acolher perspectivas e ajudar a combinar turnos ou encontrar outra solução. No caso de uma criança que ainda precisa de bastante ajuda, comece com apoio suficiente e reduza à medida que a segurança e a habilidade aumentem.

Exemplo resolvido. Duas crianças querem o mesmo brinquedo. Diga o que observou, reconheça a frustração e proponha que indiquem como alternar. Use um sinal de tempo se necessário. Assim, o adulto protege a convivência e oferece uma chance real de negociar.

Exemplo resolvido. Uma criança quer usar a colher e derrama parte do alimento. Ajuste o material e a posição, demonstre se necessário e mantenha a supervisão. No momento em que consegue executar parte da ação, deixe-a tentar. O objetivo reúne segurança, vínculo e autonomia.

Como observar sem rotular

Anote o que aconteceu, em qual situação e qual tipo de ajuda funcionou. “Guardou três brinquedos após ver a demonstração” informa mais que “é dependente”. Em seguida, proponha uma tarefa semelhante com ajuda menor se a criança demonstrar segurança.

Regra de rotina. A supervisão permanece nos momentos de maior risco. Oferecer autonomia é ajustar a ajuda e manter condições seguras na alimentação, na higiene, na brincadeira e no repouso.

Resumo do capítulo. As dimensões física, cognitiva e psicossocial aparecem juntas. Cuidar e educar fazem parte da mesma rotina. Autonomia cresce com ajuda graduada, segurança e oportunidade de tentar.

Pergunta de recuperação

Como usar um marco do desenvolvimento no trabalho escolar?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Como mediar uma disputa por brinquedo?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Uma criança já calça um sapato sozinha e pede ajuda para o segundo. A) Aguarde a tentativa e ajude na etapa difícil. B) Faça toda a tarefa para manter o horário.

Ver resposta comentada

Questões de prática

E03 / Q1

Que registro ajuda a equipe a planejar nova oportunidade?

A) “Depois que a colega demonstrou o encaixe, Ana girou a peça e pediu outra”.

B) “Ana está atrasada porque errou uma tentativa”.

C) “Ana já tem maturidade psicossocial completa porque pediu ajuda”.

D) “A turma tem a mesma idade, então deve usar a mesma estratégia”.

Ver resposta comentada

E03-a / Q1

Uma criança usa colher, mas derrama parte do alimento. Qual medida sustenta autonomia com segurança?

A) Substituir a colher e alimentar sempre a criança para evitar sujeira.

B) Suspender alimentação até que use o utensílio sem ajuda.

C) Ajustar o utensílio, acompanhar de perto e graduar a ajuda conforme a necessidade.

D) Deixar a criança sem supervisão para não interferir no ritmo.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Ministério da Saúde · Caderneta da Criança, 7ª ed.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.3 · Inclusão e apoio escolar

O direito à educação se mede pela participação

Já caiu ajustes para participação · Verbena, questão 36

O que vou aprender. Encontrar barreiras e distinguir acesso, participação, permanência e aprendizagem.

Caso para acompanhar. Uma escola privada oferece matrículas, mas propõe cobrar taxa extra para custear acessibilidade. A direção também pensa em excluir uma aluna da excursão por precisar de apoio.

Conceitos e resolução por etapas. Separe acesso, permanência, participação e aprendizagem. A LBI determina sistema inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida. O art. 28 descreve incumbências e o § 1º aplica os deveres ali enumerados às privadas com vedação de cobrança adicional. Planeje adaptações e apoio na excursão. Art. 29 foi vetado; art. 30 trata ingresso e permanência na educação superior e profissional/tecnológica, dentro do recorte normativo, sem confundir com rotina de creche.

Outro exemplo resolvido. Uma criança entra na sala, mas só recebe atividade com instruções orais e usa comunicação visual. Acesso foi obtido com a entrada. A barreira comunicacional limita participação. Ajuste instruções, material e tempo. Depois observe se a criança participou e se a atividade permite aprender. O art. 27 da LBI garante sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizagem ao longo da vida. O art. 28, II e III, orienta acesso, permanência, participação e aprendizagem com acessibilidade e adaptações.

Atenção de prova. Oferta de vaga não basta se a aluna fica excluída de atividades. A vedação de valor adicional refere-se às determinações abrangidas pelo § 1º.

LBI

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Em termos simples. Educação inclusiva em todos os níveis e ao longo da vida.

Atenção de prova. A obrigação alcança participação e aprendizagem, além da matrícula.

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Em termos simples. A oferta de profissionais de apoio escolar integra as incumbências.

Atenção de prova. Nas privadas, confira os incisos arrolados pelo § 1º e a vedação de cobrança adicional.

E05 / memória 1

Estudante está matriculado, mas não consegue usar o material por barreira visual. Qual passo vem depois de reconhecer o acesso?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E05 / Verbena 1

Um tabuleiro usado pela turma tem casas muito próximas. Uma criança só consegue mover com precisão peças maiores e espaçadas.

Qual ajuste favorece sua participação no mesmo jogo?

A) Trocar o tabuleiro por uma versão mais espaçada e usar peças maiores, mantendo o objetivo do jogo.

B) Pedir que ela observe os colegas e conte quantas vezes cada um joga.

C) Entregar outra tarefa individual sem relação com o jogo da turma.

D) Manter o equipamento original para que todos recebam o mesmo material.

Ver resposta comentada

E05 / Verbena 2

Uma escola está revisando a declaração de princípios do projeto pedagógico. A comunidade quer incluir a garantia geral do art. 27 da Lei Brasileira de Inclusão.

Qual frase representa essa garantia?

A) O ensino inclusivo se encerra ao fim da educação básica.

B) O direito depende de frequência a escola especializada.

C) A educação inclusiva é assegurada apenas quando há recursos de alta tecnologia.

D) O sistema é inclusivo em todos os níveis e assegura aprendizado ao longo de toda a vida.

Ver resposta comentada

Diferencie apoio escolar, atendimento especializado e docência

O que vou aprender. Atribuir corretamente as tarefas na escola e reconhecer o limite profissional.

Caso para acompanhar. Uma aluna precisa de ajuda para se locomover, instruções em formato acessível e avaliação pedagógica registrada pela professora.

Conceitos e resolução por etapas. O apoio escolar atua nas atividades da aluna que necessitem assistência, inclusive alimentação, higiene e locomoção, nos termos da LBI. A professora define objetivos, adapta a atividade com a equipe e avalia.

Procedimentos privativos de profissões regulamentadas ficam com profissionais habilitados. Organize materiais e retirada de barreiras com a equipe.

Outro exemplo resolvido. Uma estudante precisa de auxílio na locomoção e na higiene e também de adaptação dos materiais e avaliação. O art. 3º, XIII, da LBI define o apoio para alimentação, higiene, locomoção e demais atividades escolares em que necessário, nas instituições públicas e privadas. O art. 28, XVII, prevê sua oferta. O AEE organiza recursos e serviços de acessibilidade como atendimento especializado, transversal e gratuito na LDB, preferencialmente na rede regular. Planejar e avaliar pedagogicamente pertence à equipe docente, em articulação com o apoio e o AEE.

Atenção de prova. Apoio facilita acesso à atividade, não é docência paralela. A presença do apoio não transfere avaliações, prescrição ou atos clínicos.

LBI

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Em termos simples. A definição cobre atividades de apoio quando necessárias, com exclusão de atos profissionais privativos.

Atenção de prova. Apoio não atribui nota, não diagnostica e não prescreve.

E05-a / memória 1

Uma escola se propõe a transferir ao profissional de apoio toda a avaliação curricular. É o papel descrito no art. 3º, XIII?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E05-a / Verbena 1

Durante uma atividade escolar, um estudante com deficiência precisa de auxílio para se deslocar e se alimentar. A professora já planejou como avaliar a aprendizagem.

Qual atuação cabe ao profissional de apoio escolar neste caso?

A) Redigir os critérios de avaliação e atribuir a nota.
B) Auxiliar o deslocamento e a alimentação na medida necessária.
C) Substituir a docência nas turmas em que o aluno se matricular.
D) Executar também qualquer procedimento privativo de profissional de saúde.

Ver resposta comentada

Aplique as regras de TEA, dislexia e TDAH ao caso certo

O que vou aprender. Distinguir necessidade comprovada, acompanhamento precoce e avaliação multiprofissional.

Caso para acompanhar. Um aluno com TEA sofre com mudanças abruptas; outra estudante tem TDAH e perde instruções longas. A família pergunta se a escola prescreve tratamento.

Conceitos e resolução por etapas. Ofereça rotina previsível e antecipação de mudanças; divida tarefas e confirme entendimento com apoio. No TEA, necessidade comprovada pode dar direito a acompanhante especializado em classe comum. Para TDAH, a Lei 14.254 prevê identificação precoce, encaminhamento para diagnóstico e apoio educacional e terapêutico pelas redes pertinentes. O agente registra observações e comunica equipe, sem diagnosticar ou prescrever.

Outro exemplo resolvido. Uma estudante autista em classe comum precisa de acompanhante. Outro estudante apresenta dificuldade persistente de leitura que repercute na aprendizagem. Em primeiro lugar, a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Pela Lei 12.764/2012, art. 3º, § 1º, há direito a acompanhante especializado em classe comum em caso de **comprovada necessidade**. Para dislexia, TDAH e outros transtornos de aprendizagem, a Lei 14.254/2021 prevê identificação, encaminhamento e apoios. Quando a dificuldade repercute na aprendizagem, o acompanhamento específico deve começar cedo na própria escola.

Atenção de prova. Diagnóstico não autoriza separar atividades automaticamente. Apoio educacional pode ser planejado sem aguardar um rótulo para remover barreiras observadas.

Lei 12.764/2012

§ 1º Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Em termos simples. O acompanhante especializado exige necessidade comprovada na classe comum.

Atenção de prova. Apoio pedagógico e indicação de acompanhamento clínico têm funções diferentes.

Lei 14.254/2021

Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Parágrafo único. O acompanhamento integral previsto no caput deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Em termos simples. O programa articula identificação, encaminhamento e apoios educacional e terapêutico.

Atenção de prova. Registrar o observado não é diagnosticar.

E05-b / memória 1

Uma escola pretende esperar o fim do ano para apoiar dificuldade de leitura já observada em estudante com dislexia. Que diretriz temporal se aplica?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

LBI

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em **todos os níveis** e aprendizado ao longo de **toda a vida**, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em **todos os níveis** e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, **excluídas as técnicas ou os procedimentos** identificados com profissões legalmente estabelecidas;

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em **todos os níveis** e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de **toda a vida**;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

XIX - sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia para o atendimento educacional especializado de estudantes com necessidades complexas de comunicação.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se **obrigatoriamente** o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de **qualquer natureza** em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, **no mínimo**, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

Lei 12.764/2012 · TEA

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

IV - (VETADO);

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

§ 1º Em casos de **comprovada necessidade**, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

§ 2º A nutrição adequada e a terapia nutricional a que se refere a alínea "c" do inciso III do caput deste artigo compreendem todas as ações de promoção e de proteção da pessoa com transtorno do espectro autista sob o ponto de vista nutricional, realizadas por profissional de saúde legalmente habilitado, observados os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas publicadas pela autoridade competente.

Lei 14.254/2021 · acompanhamento

Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Parágrafo único. O acompanhamento integral previsto no caput deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.

Art. 3º Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território.

Art. 4º Necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

Parágrafo único. Caso seja verificada a necessidade de intervenção terapêutica, esta **deverá** ser realizada em serviço de saúde em que seja possível a avaliação diagnóstica, com metas de acompanhamento por equipe multidisciplinar composta por profissionais necessários ao desempenho dessa abordagem.

Art. 5º No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.

Atenção ao corte normativo. O antigo parágrafo único do art. 3º da Lei do TEA passou a ser o § 1º. A Lei 15.131/2025 acrescentou o § 2º sobre nutrição. A exigência de **comprovada necessidade** em classe comum permanece. O inciso XIX do art. 28 da LBI, incluído pela Lei 15.249/2025, entra no corte.

Medidas específicas no art. 28

O art. 28 combina projeto pedagógico com atendimento especializado, participação de estudantes e famílias, formação de profissionais, apoio escolar, recursos de acessibilidade e articulação entre setores. A Lei 15.249/2025 incluiu o inciso XIX sobre sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia no AEE para estudantes com necessidades complexas de comunicação. Uma prancha de pictogramas é um exemplo didático.

Atenção. O § 1º enumera quais incisos obrigam as instituições privadas e veda cobrança adicional para cumpri-los. Confira a lista do próprio parágrafo antes de atribuir um inciso específico. O art. 30 tem recorte de seleção para ensino superior e educação profissional e tecnológica e prevê, entre outras medidas, informação sobre recursos no formulário, provas em formatos acessíveis e tecnologias previamente solicitadas.

E05 · LBI: direito à educação, deficiência, TEA e TDAH. Nos arts. 27 a 30, relacione direito à educação, medidas do poder público, obrigações de instituições privadas e acessibilidade em processos seletivos. O art. 29 foi vetado. Em casos práticos, identifique a barreira e adapte os meios para participação. TEA tem regra própria de equiparação legal e acompanhante sob necessidade comprovada. Para TDAH, observe o acompanhamento previsto na Lei 14.254/2021.

O que vou aprender. Aplicar o direito à educação inclusiva, reconhecer barreiras e escolher apoios coerentes com o papel do agente.

Direito, participação e acessibilidade

O art. 27 da **Lei Brasileira de Inclusão** prevê sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida. A proteção contra violência, negligência e discriminação envolve Estado, família, comunidade escolar e sociedade. No art. 28, quatro verbos ajudam a revisar: garantir **acesso, permanência, participação e aprendizagem**. Para isso, a escola organiza recursos de acessibilidade, atendimento educacional especializado (AEE), adaptações razoáveis, formação e oferta de apoio escolar quando pertinente.

Barreira é um obstáculo à participação. Um degrau é barreira física. Uma instrução exclusivamente oral, sem alternativa acessível, pode ser uma barreira de comunicação. A crença de que determinado aluno nunca consegue participar vira barreira atitudinal. **Adaptação razoável** é um ajuste necessário e adequado ao caso para viabilizar igualdade de oportunidades, sem ônus desproporcional e indevido, conforme a definição legal.

As instituições privadas observam os incisos aplicáveis do art. 28, § 1º, **sem cobrança adicional** para cumprir essas obrigações. O art. 29 foi vetado. O art. 30 prevê medidas de acessibilidade em processos seletivos de instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, como formatos acessíveis, tecnologia assistiva e tempo adicional conforme as condições legais.

Apoio escolar em situações concretas

O **profissional de apoio escolar**, na definição da LBI, pode atuar em alimentação, higiene, locomoção e demais atividades escolares em que seja necessário. A definição exclui técnicas ou procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. O professor mantém a responsabilidade pedagógica. O **AEE** articula recursos e estratégias de acessibilidade e complementa ou suplementa a escolarização, conforme o caso. Combine a intervenção com a equipe para apoiar a participação na classe.

A Lei 12.764/2012 considera a pessoa com **transtorno do espectro autista** pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e prevê acompanhante especializado em classe comum nos casos de comprovada necessidade. Avisos de transição, suportes visuais, instruções concretas e redução de estímulos, quando adequados ao aluno, podem favorecer participação. A Lei 14.254/2021 prevê acompanhamento integral para educandos com dislexia, **TDAH** ou outro transtorno de aprendizagem. Para dificuldades de atenção, divida a tarefa, explicite o próximo passo e ajude a retomar após distrações. O diagnóstico isolado de TDAH não autoriza supor equiparação legal automática ao TEA.

Exemplo resolvido. Em uma atividade coletiva, um estudante com dificuldade de locomoção encontra a mesa bloqueada por mochilas. Retire a barreira, combine com ele como prefere receber apoio e ofereça acesso à mesma atividade. Depois observe se a solução de fato permitiu sua participação.

Exemplo resolvido. Um aluno se perde diante de quatro comandos de uma vez. Ofereça uma instrução por etapa e confirme a compreensão com uma ação breve. Retome com a equipe se a estratégia precisar ser ajustada.

Medidas específicas no art. 28

O art. 28 combina projeto pedagógico com atendimento especializado, participação de estudantes e famílias, formação de profissionais, apoio escolar, recursos de acessibilidade e articulação entre setores. A Lei 15.249/2025 incluiu o inciso XIX sobre sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia no AEE para estudantes com necessidades complexas de comunicação. Uma prancha de pictogramas é um exemplo didático.

Atenção. O § 1º enumera quais incisos obrigam as instituições privadas e veda cobrança adicional para cumpri-los. Confira a lista do próprio parágrafo antes de atribuir um inciso específico. O art. 30 tem recorte de seleção para ensino superior e educação profissional e tecnológica e prevê, entre outras medidas, informação sobre recursos no formulário, provas em formatos acessíveis e tecnologias previamente solicitadas.

Resumo do capítulo. Inclusão envolve acesso, permanência, participação e aprendizagem. Remova barreiras, ofereça apoio individualizado e preserve o protagonismo do aluno. A regra referente a acompanhante no TEA exige necessidade comprovada.

Pergunta de recuperação

Como diferenciar acesso de participação?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Como agir quando a adaptação planejada não resolve?

Ver resposta comentada

Atenção ao corte normativo. O antigo parágrafo único do art. 3º da Lei do TEA passou a ser o § 1º. A Lei 15.131/2025 acrescentou o § 2º sobre nutrição. A exigência de **comprovada necessidade** em classe comum permanece. O inciso XIX do art. 28 da LBI, incluído pela Lei 15.249/2025, entra no corte.

Pergunta de recuperação

Um estudante usa comunicação visual. A aula traz instruções só orais. A) Adapte a instrução com apoio visual e mantenha a participação. B) Espere atividade separada com especialista.

Ver resposta comentada

Questões de prática

E05 / Q1

Qual decisão atende à LBI em uma escola privada?

A) Permitir a excursão e cobrar taxa apenas da família para custear acessibilidade.

B) Manter a aluna na escola nos dias de atividade externa.

C) Planejar recursos acessíveis e vedar cobrança extra para cumprir as determinações legais.

D) Encaminhar avaliação ao agente e deixar a direção sem responsabilidade pelas barreiras.

Ver resposta comentada

E05-a / Q1

Durante atividade externa, a estudante precisa de ajuda na locomoção. Quem deve conduzir a avaliação da aprendizagem?

A) O apoio, pois acompanhou todos os deslocamentos.

B) A professora, com registros que a equipe possa fornecer; o apoio ajuda na locomoção.

C) A terapeuta, pois só profissionais clínicos podem avaliar estudantes com deficiência.

D) A estudante fica dispensada automaticamente de qualquer avaliação.

Ver resposta comentada

E05-b / Q1

Qual resposta da equipe integra apoio escolar e atribuição clínica?

A) Reduzir a duração de toda tarefa e orientar medicação à família.

B) Dividir instruções, registrar dificuldades objetivamente e encaminhar pelos fluxos institucionais.

C) Retirar toda atividade em grupo até diagnóstico conclusivo.

D) Exigir que o agente clínico decida a nota e o planejamento.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Câmara dos Deputados · LBI (Lei 13.146/2015)

Câmara dos Deputados · Lei 12.764/2012 (TEA)

Câmara dos Deputados · Lei 14.254/2021 (acompanhamento)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.4 · Primeiros socorros e prevenção

Previna acidentes e acione ajuda com informações úteis

O que vou aprender. Aplicar a ordem proteger, reconhecer sinais e acionar o fluxo da escola.

Caso para acompanhar. Um corredor tem cabos na rota de saída. Após queda, uma criança se queixa de dor no pescoço; a turma se aproxima.

Conceitos e resolução por etapas. Retire o risco antes da circulação. No incidente, afaste curiosos e garanta segurança da cena; verifique se responde e respira. Com suspeita de lesão de cabeça, pescoço ou coluna, evite movimentar sem necessidade imediata e siga a regulação. Peça a alguém para acionar 192 e informar local, idade, estado e mecanismo; outra pessoa acolhe a turma. Depois, registre fatos e comunique conforme protocolo.

Outro exemplo resolvido. No fim do recreio, uma mochila obstrui a passagem e uma criança sofre queda perto da escada. Previna removendo obstáculos, organizando circulação e supervisionando. Após a ocorrência, proteja a cena sem novo risco, avalie sinais observáveis e siga o protocolo. Para solicitar urgência, informe local, idade aproximada, consciência e respiração. A Lei Lucas disciplina capacitação de professores e funcionários: oferta anual e dimensionamento conforme regulamento.

Atenção de prova. Aviso verbal complementa a eliminação do risco. Telefonar para família e coordenação é parte do fluxo, sem substituir ajuda urgente.

Lei 13.722/2018 · Lei Lucas

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.

Em termos simples. A capacitação envolve professores e funcionários na forma da lei.

Atenção de prova. A lei de capacitação e o protocolo técnico do SAMU têm papéis distintos.

E04 / memória 1

Crianças desviam de objetos deixados na saída. Qual ação reduz o risco antes de ocorrer queda?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E04 / Verbena 1

O piso de um corredor fica escorregadio sempre que alunos lavam os copos após o recreio. Ainda não houve acidente.

Qual ação preventiva resolve melhor o risco?

A) Aumentar a frequência de inspeções, sem alterar a liberação do corredor molhado.

B) Anotar a ocorrência e deixar o corredor em uso sem alteração.

C) Isolar e secar a área, corrigir a causa da água e combinar a inspeção nos horários de maior uso.

D) Pôr um aviso discreto e manter a situação, pois a escola já informou o risco.

Ver resposta comentada

E04 / Verbena 2

Durante uma atividade coletiva, cadeiras e mochilas foram colocadas no caminho usado para circulação de estudantes e visitantes.

Que medida melhora de imediato a segurança do trajeto?

A) Reorganizar cadeiras e mochilas para deixar o corredor livre antes de liberar a circulação.

B) Manter os objetos no caminho e pedir que todos passem em fila.

C) Avisar que os objetos podem provocar tropeço e deixar a reorganização para o fim da atividade.

D) Manter o caminho atual e designar um adulto para orientar cada desvio.

Ver resposta comentada

Diferencie tosse eficaz, obstrução grave e cuidados após engasgo

O que vou aprender. Reconhecer o sinal que muda a resposta e orientar a comunicação posterior.

Caso para acompanhar. Um bebê de oito meses deixa de tossir e chorar. Em outra mesa, uma criança maior tosse forte e consegue falar. Os dois cenários exigem decisões diferentes.

Conceitos e resolução por etapas. Tosse eficaz: incentive a tosse e observe de perto. Tosse ineficaz ou ausência de fala, choro eficaz ou respiração indica obstrução grave; acione 192 imediatamente. Conforme protocolo atualizado do SAMU, no bebê consciente menor de um ano alternam-se cinco golpes interescapulares e cinco compressões torácicas. A partir de um ano, consciente, alternam-se cinco golpes nas costas e cinco compressões abdominais, sob orientação e conforme capacitação. Se perder a consciência, avise a regulação, verifique respiração e siga orientação de reanimação.

Outro exemplo resolvido. Uma criança que engasgou ainda tosse forte e fala. Outra não consegue falar nem tossir de modo eficaz. Se a tosse é eficaz, incentive-a e acompanhe de perto. Diante de obstrução grave, acione urgentemente o fluxo de emergência e aplique somente a técnica apropriada à idade conforme treinamento e orientação da urgência. Bebês e crianças maiores têm protocolos distintos. Após o atendimento, acompanhe, registre e comunique à coordenação conforme protocolo.

Atenção de prova. No lactente, compressões são torácicas. Nunca faça varredura às cegas com dedo. Não ofereça água. A contenção após desobstrução e o encaminhamento seguem a orientação da equipe de saúde.

E04-a / memória 1

Após melhorar de um engasgo, a criança parece pronta para comer. O que fazer antes de retomar a rotina?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E04-a / Verbena 1

Depois de receber os primeiros socorros em um episódio de engasgo, uma criança parece bem e pede para voltar imediatamente ao lanche.

Como o cuidador deve dar sequência à ocorrência?

A) Permitir que volte a comer e registrar somente se o engasgo se repetir.

B) Pedir a outra criança que observe e retomar a rotina com a turma.

C) Deixar a criança descansar sozinha e avisar a coordenação no dia seguinte.

D) Acompanhar a recuperação, registrar o episódio e comunicar à coordenação conforme o protocolo.

Ver resposta comentada

Saiba o que muda em queda, sangramento e convulsão

O que vou aprender. Escolher proteção inicial diferente conforme o sinal observado.

Caso para acompanhar. Após uma brincadeira, há três situações: corte com sangramento externo, sangramento nasal espontâneo sem trauma e criança em convulsão.

Conceitos e resolução por etapas. Em corte com sangramento, proteja-se e faça pressão direta com material limpo; não retire objeto encravado. Se intenso ou persistente, ou se houver sinais de choque, acione o 192. Na epistaxe espontânea, sente com cabeça ligeiramente para frente e comprima a parte macia do nariz continuamente por cerca de dez minutos; trauma craniano muda a conduta e requer avaliação. Na convulsão, afaste objetos, proteja a cabeça, marque o tempo, não contenha e não ponha nada na boca. Se respirar após a crise e sem suspeita de trauma, posição lateral pode ajudar. Ligue 192 diante de crise que passa de cinco minutos, crises repetidas, primeira crise sem plano conhecido, dificuldade para respirar ou trauma.

Outro exemplo resolvido. Uma criança cai e refere dor intensa no pescoço. Outra tem corte com sangramento. Uma terceira convulsiona. Na suspeita de trauma importante, proteja o local, evite mover desnecessariamente e acione ajuda. Em sangramento externo sem objeto encravado, siga o protocolo para pressão direta com material limpo e proteção. Se houver objeto encravado, evite removê-lo ou

pressioná-lo diretamente. Em convulsão, afaste objetos, proteja a cabeça, marque duração e acione a urgência conforme o quadro e o protocolo.

Atenção de prova. Não incline a cabeça para trás na epistaxe. Não abra a boca à força durante crise e não tente suspender movimentos. Segurança e regulação vêm antes do registro.

E04-b / memória 1

A criança convulsiona perto de uma quina. Qual é a sua prioridade quanto ao ambiente?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Lei Lucas · Lei 13.722/2018

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada **deverão** capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.

§ 1º O curso **deverá** ser ofertado anualmente e destinar-se-á à capacitação e/ou à reciclagem de parte dos professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e recreação a que se refere o caput deste artigo, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

§ 2º A quantidade de profissionais capacitados em cada estabelecimento de ensino ou de recreação será definida em regulamento, guardada a proporção com o tamanho do corpo de professores e funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento.

§ 3º A responsabilidade pela capacitação dos professores e funcionários dos estabelecimentos públicos caberá aos respectivos sistemas ou redes de ensino.

Art. 2º Os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados, e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergência e

urgência médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível.

§ 1º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados **deverá** ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino ou de recreação das redes pública e particular **deverão** dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

Art. 3º São os estabelecimentos de ensino obrigados a afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação de que trata esta Lei e o nome dos profissionais capacitados.

Art. 5º Os estabelecimentos de ensino de que trata esta Lei **deverão** estar integrados à rede de atenção de urgência e emergência de sua região e estabelecer fluxo de encaminhamento para uma unidade de saúde de referência.

Obstrução grave em pessoa consciente

Na orientação dos Bombeiros de Mato Grosso publicada em novembro de 2025, os ciclos alternam cinco golpes nas costas com cinco compressões. Em bebês com menos de um ano, as compressões são torácicas. Para criança a partir de um ano, são abdominais no protocolo citado. Em tosse eficaz, incentive a tosse e monitore. Acione o 192 diante de obstrução grave. Se a vítima perder a consciência, siga as orientações de emergência. A prática das manobras depende de capacitação.

Pegadinha. Diferencie orientação histórica e protocolo atualizado. Questões antigas podem descrever técnica anterior. Leia a data ou a fonte invocada e, na vida real, siga a regulação do atendimento e a capacitação atual.

E04 · Engasgo, quedas, cortes, sangramentos, convulsões e prevenção. Antes do atendimento, garanta segurança e acione o fluxo escolar. Identifique urgência, comunique idade, sinais e local e siga as orientações do SAMU 192. Treine prevenção em ambientes, materiais, circulação e refeições. Na prova, desconfie de condutas que atrasam ajuda ou expõem a criança a novo risco.

O que vou aprender. Reconhecer sinais de urgência, acionar a resposta adequada e distinguir prevenção de intervenção.

Resposta inicial e prevenção

A sequência começa pela **segurança do local**. Acione o protocolo escolar e peça ajuda. Diante de emergência, ligue para o **SAMU, 192**, informando local, idade aproximada, o que ocorreu, estado de consciência, respiração e sangramento. Siga a orientação da regulação. Em ambiente inseguro, proteja o grupo e sinalize o risco. A **Lei Lucas** prevê capacitação anual para o público abrangido na lei e integração ao fluxo de urgência. Pratique manobras com instrutor e materiais de treinamento adequados à idade.

Faça inspeção de brinquedos e pisos, proteja escadas, monitore a circulação, mantenha produtos e itens pequenos fora do alcance e organize supervisão nas refeições. Combine previamente quem pede ajuda, quem recebe o socorro, quem acompanha a turma e como registrar a ocorrência. Evite improvisos e preserve o acesso da equipe de emergência.

Engasgo, quedas e sangramentos

No **engasgo**, tosse eficaz e capacidade de respirar indicam que ainda há passagem de ar. Incentive a tosse e monitore. Incapacidade de tossir eficazmente, falar, chorar ou respirar sugere obstrução grave. Peça ajuda imediata e siga a orientação do socorro e a técnica da capacitação adequada à idade. O atendimento a bebês tem técnica própria e exclui compressões abdominais. Evite introduzir os dedos às cegas na boca ou oferecer água. Se perder a consciência, siga de imediato o protocolo de emergência orientado pelo 192.

Após **queda**, observe o mecanismo, a consciência, a respiração, a dor e sinais como deformidade, sonolência anormal, vômitos ou convulsão. Havendo suspeita de lesão importante na coluna, cabeça ou pescoço, evite mover a vítima, salvo risco imediato no local ou necessidade de intervenção vital orientada. Acione ajuda e vigie a evolução. No **corte com sangramento**, faça pressão direta com material limpo ou estéril e proteção adequada, se possível. Sangramento importante ou persistente exige atendimento urgente. Em objeto encravado, evite retirar o objeto e siga a orientação do socorro.

Convulsão

Afaste objetos que podem causar ferimentos, **proteja a cabeça e marque o tempo**. Evite conter os movimentos ou colocar qualquer objeto na boca. Após as contrações, se a pessoa respira e não há suspeita de trauma que impeça movimentação, coloque-a de lado quando for seguro e siga as orientações recebidas. Acione o 192 em situações como primeira crise, crise prolongada de cinco minutos ou mais, crises repetidas sem recuperação, trauma ou dificuldade respiratória. Verifique a respiração e siga as instruções do atendimento se ela estiver ausente ou anormal.

Exemplo resolvido. Após escorregar e bater a cabeça, uma criança fica muito sonolenta. Acione o atendimento, acompanhe respiração e consciência, evite movimentá-la desnecessariamente e passe ao serviço a hora, o mecanismo da queda e os sinais observados.

Erro comum. Colocar uma colher na boca durante a crise, erguer uma vítima depois de queda com suspeita de trauma ou oferecer água para “desentupir” um engasgo.

Obstrução grave em pessoa consciente

Na orientação dos Bombeiros de Mato Grosso publicada em novembro de 2025, os ciclos alternam cinco golpes nas costas com cinco compressões. Em bebês com menos de um ano, as compressões são torácicas. Para criança a partir de um ano, são abdominais no protocolo citado. Em tosse eficaz, incentive a tosse e monitore. Acione o 192 diante de obstrução grave. Se a vítima perder a consciência, siga as orientações de emergência. A prática das manobras depende de capacitação.

Pegadinha. Diferencie orientação histórica e protocolo atualizado. Questões antigas podem descrever técnica anterior. Leia a data ou a fonte invocada e, na vida real, siga a regulação do atendimento e a capacitação atual.

Resumo do capítulo. Proteja a cena, avalie consciência e respiração, acione o atendimento e siga as orientações. Prevenção inclui supervisão, inspeção dos espaços e organização prévia do fluxo de resposta.

Pergunta de recuperação

O que observar para diferenciar tosse eficaz de obstrução grave?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

O que se faz durante uma convulsão?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Após o atendimento inicial por engasgo, a criança parece recuperada. A) Acompanhe, registre e comunique conforme o protocolo. B) Faça a criança retomar imediatamente o lanche.

Ver resposta comentada

Questões de prática

E04 / Q1

Uma criança cai e refere dor cervical. A via está segura. Qual sequência é adequada?

A) Levantá-la imediatamente para verificar se anda e depois avisar a família.

B) Evitar movimentação desnecessária, acionar ajuda de urgência e seguir a regulação.

C) Dar alimento para acalmá-la antes de decidir se é urgente.

D) Concluir o registro de ocorrência antes de chamar ajuda.

Ver resposta comentada

E04-a / Q1

Um bebê de nove meses, consciente, não consegue chorar nem tossir eficazmente. Enquanto outra pessoa liga 192, qual sequência é a do protocolo atualizado?

A) Cinco nas costas alternados com cinco torácicas.

B) Cinco nas costas alternados com cinco abdominais.

C) Apenas incentivar a tosse por vários minutos.

D) Introduzir o dedo sem ver o objeto e oferecer água.

Ver resposta comentada

E04-b / Q1

Uma estudante alerta tem sangramento nasal espontâneo, sem queda. Qual é a primeira medida apropriada?

A) Deitar com cabeça inclinada para trás.

B) Inclinar levemente para frente e comprimir a parte macia do nariz de forma contínua.

C) Pedir que assoe repetidamente para retirar coágulos.

D) Tratar como corte no couro cabeludo e pressionar a testa.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

SES-GO · SAMU 192 e central de regulação

Corpo de Bombeiros Militar de SC · primeiros socorros

Câmara dos Deputados · Lei 13.722/2018 (Lei Lucas)

Prefeitura de Belo Horizonte · SAMU, protocolo de engasgo atualizado

SAMU/SES-SC · atualização de 05/01/2026

SAMU São Paulo · manual para leigos, epistaxe e trauma

Ministério da Saúde · BiblioSUS, epilepsia e crises

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.5 · Ética, sigilo e Administração Pública

Transforme os princípios administrativos em decisão

O que vou aprender. Distinguir legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em casos reais de rotina.

Caso para acompanhar. Um avô pede no portão o laudo da neta. Uma mãe identificada pede orientação para acessar o registro de frequência de sua própria filha. A direção precisa publicar o horário de atendimento.

Conceitos e resolução por etapas. Separe pedido, vínculo e finalidade. Encaminhe a mãe ao canal oficial, onde o acesso pode ser conferido. O portão é inadequado para expor laudo: verifique poderes de representação pelo fluxo autorizado. Divulgue o horário geral, pois é informação de serviço. Legalidade limita a atuação às competências; impessoalidade aplica o mesmo critério; moralidade exige probidade; publicidade dá transparência institucional; eficiência organiza o fluxo com qualidade.

Outro exemplo resolvido. Uma família conhecida do agente pede vaga fora da ordem pública e ele acha que a mudança seria rápida. Localize a norma e a competência, teste de **legalidade**. Aplique o mesmo critério à conhecida e aos demais, teste de **impessoalidade**. Não tire proveito do vínculo, dever de **moralidade**. Torne os critérios acessíveis, **publicidade**. Procure melhorar o fluxo com regularidade e recursos adequados, **eficiência**.

Atenção de prova. Eficiência não justifica mandar uma planilha para o grupo da turma. Publicidade do serviço e proteção de registros individuais coexistem.

Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Em termos simples. Princípios obrigam toda a Administração, inclusive na escola.

Atenção de prova. Publicidade convive com proteção e acesso autorizado a dados individuais.

E01 / memória 1

A escola usa a campanha educativa para promover pessoalmente um servidor. Que regra deixa de ser respeitada?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E01 / Verbena 1

Na escolha de pessoas para uma chefia administrativa, um gestor aceita uma vantagem pessoal para favorecer um candidato. A comissão indaga sobre o dever de probidade na decisão.

Qual princípio do art. 37 da Constituição a expressão “dever de probidade” destaca mais diretamente?

A) Publicidade.
B) Eficiência.
C) Moralidade.
D) Legalidade.

Ver resposta comentada

Seja transparente com regras e restrinja os dados pessoais

O que vou aprender. Decidir o que divulgar, a quem, por qual canal e com qual finalidade.

Caso para acompanhar. No parque, um agente observa hematomas e ouve uma explicação espontânea da criança. Um colega propõe fotografar e enviar ao grupo informal para colher opiniões.

Conceitos e resolução por etapas. Registre data, local, sinais e palavras espontâneas no canal restrito. Informe prontamente a equipe responsável e siga o

dever de comunicar ao Conselho Tutelar quando couber. Acolha sem perguntas sugestivas. Restrinja cópias às pessoas autorizadas para a finalidade.

Outro exemplo resolvido. A escola publica critérios de matrícula. Depois, um responsável pede o laudo de saúde de outra criança da turma. Separe as informações. Regras gerais do serviço têm interesse público. Dados de saúde são sensíveis, e a ficha individual exige finalidade legítima, acesso restrito e canal institucional. Compartilhe somente o necessário com o destinatário competente. A Lei de Acesso à Informação protege intimidade, vida privada, honra e imagem em seu art. 31. Os casos legais de comunicação ao Conselho Tutelar mantêm a proteção contra exposição.

Atenção de prova. Sigilo não é promessa de segredo absoluto. Proteger o relato na escola preserva a informação e permite que o destinatário legal a receba.

E01-a / memória 1

Pode enviar laudo ao grupo de pais se o nome for retirado mas a turma e o episódio identificarem a criança?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Leia a regra e a exceção constitucional da acumulação

O que vou aprender. Aplicar compatibilidade de horários, teto e hipóteses constitucionais sem confundir com o texto municipal.

Caso para acompanhar. Um conhecido pede que o atendimento na fila seja antecipado. Uma família apresenta documento que demonstra direito a prioridade geral.

Conceitos e resolução por etapas. Leia o critério e confira sua incidência. A prioridade prevista pode ser aplicada a qualquer pessoa que preencha seus requisitos. Favor de amizade troca a finalidade pública por interesse particular. Registre o encaminhamento se o protocolo pedir.

Outro exemplo resolvido. Um professor ocupa cargo público docente e quer assumir outro público de natureza administrativa com horários compatíveis. Comece pela vedação geral do art. 37, XVI. Depois compare as hipóteses: dois cargos de

professor; professor com outro de qualquer natureza; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde de profissão regulamentada. Compatibilidade de horários e inciso XI permanecem. A EC 138/2025 mudou a alínea b e entra no corte.

Atenção de prova. Tratar todos de forma impessoal admite tratamento diferenciado fundado em regra geral. Igualdade não obriga a desconsiderar prioridades legais.

E01-b / memória 1

A alínea b atual ainda pede que o segundo cargo do professor seja técnico ou científico?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E01-b / Verbena 1

Uma profissional exerce um cargo público privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada. Pretende assumir outro emprego público com a mesma característica.

Quando a acumulação se enquadra no art. 37, XVI, c, da Constituição?

A) Quando os cargos pertencem a órgãos diferentes, dispensado o exame de horários.

B) Quando ambos são privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, com horários compatíveis e observância do limite do inciso XI.

C) Quando qualquer um dos empregos pertence à área de saúde, mesmo sem reserva profissional.

D) Quando os dois vínculos são no mesmo Município, independentemente do limite remuneratório.

Ver resposta comentada

Constituição Federal

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos **deverá** ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 37, XI (trecho do caput do inciso). A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos […] percebidos cumulativamente ou não […] não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito […].

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver **compatibilidade de horários**, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro de **qualquer natureza**;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com **profissões regulamentadas**;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

LAI · Lei 12.527/2011

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e **exclusivamente** para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não **poderá** ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

§ 5º Regulamento disporá sobre os procedimentos para tratamento de informação pessoal.

Atenção ao corte normativo. A alínea b do art. 37, XVI, da Constituição referia-se a outro cargo **técnico ou científico**. A EC 138/2025 alterou para outro cargo **de qualquer natureza**, mantidos a compatibilidade de horários e o inciso XI. O art. 169 da Lei Orgânica contém a redação local anterior.

Como decidir sobre o acesso

Verifique a finalidade pública, a legitimidade do destinatário e o mínimo de informação necessário. Relatório de saúde tem dado sensível. Informações sobre critérios gerais, atos e fluxos da escola podem ter divulgação mais ampla. Uma solicitação legítima exige canal adequado e cuidado com dados de terceiros. O art. 31 da Lei de Acesso à Informação e a LGPD ajudam a distinguir transparência e acesso a informações pessoais.

E01 · Ética, sigilo e princípios da Administração Pública. Em caso de conflito de interesse, preserve critérios institucionais e comunique o impedimento conforme a rotina aplicável. A publicidade tem limites legais para proteger intimidade e dados pessoais. Exemplo: divulgue uma regra geral de matrícula pelo canal oficial, mantenha o relatório individual restrito a quem precisa e tem autorização para acessá-lo.

O que vou aprender. Aplicar os princípios administrativos a casos de atendimento, uso de recursos e acesso à informação escolar.

Cinco princípios do art. 37

Legalidade exige base jurídica e atuação dentro da competência. **Impessoalidade** orienta a finalidade pública, critérios objetivos e tratamento sem favorecimento. **Moralidade** exige probidade, boa-fé e lealdade institucional. **Publicidade** assegura transparência dos atos públicos, respeitadas restrições legais. **Eficiência** pede organização, qualidade e bom uso dos recursos. Uma decisão pode violar mais de um princípio. Em prova, procure a conduta que corresponde mais diretamente ao fato narrado.

Exemplo resolvido. Um pedido de vaga de conhecido é adiantado fora da ordem. A fila existe para aplicar o mesmo critério a todos. Burlá-la favorece interesse particular e atinge diretamente a impessoalidade. Dar prioridade fundada em critério legal e impessoal é situação diferente.

Sigilo e circulação da informação

Dado pessoal identifica ou pode identificar uma pessoa. Informações de saúde exigem cuidado especial. No trabalho escolar, delimite finalidade, destinatário e informação necessária. Confirme a identidade e a legitimidade de quem pede registros e use os canais institucionais. Registro objetivo tem fato, data, observação relevante e encaminhamento. Evite opiniões depreciativas e acesso por curiosidade.

Exceção. Sigilo protege contra exposição indevida. Dever legal de comunicação e compartilhamento institucional necessário autorizam fluxos próprios, com informação proporcional e destinatário competente.

Exemplo resolvido. Um responsável pede o relatório de outra criança por mensagem pessoal. Oriente-o sobre o canal oficial e preserve o relatório. Se a ocorrência envolve a segurança de seu filho, comunique os fatos pertinentes por meio da escola, sem divulgar dados desnecessários de terceiros.

Como decidir sobre o acesso

Verifique a finalidade pública, a legitimidade do destinatário e o mínimo de informação necessário. Relatório de saúde tem dado sensível. Informações sobre critérios gerais, atos e fluxos da escola podem ter divulgação mais ampla. Uma solicitação legítima exige canal adequado e cuidado com dados de terceiros. O art. 31 da Lei de Acesso à Informação e a LGPD ajudam a distinguir transparência e acesso a informações pessoais.

Resumo do capítulo. Legalidade orienta competência e regras, impessoalidade protege a finalidade pública, moralidade exige probidade, publicidade garante transparência nos limites legais e eficiência melhora o serviço. Preserve o sigilo escolar e cumpra comunicações obrigatórias.

Pergunta de recuperação

Publicidade exige divulgar o diagnóstico de um aluno?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Que princípio se destaca no favorecimento de um conhecido numa fila?

Ver resposta comentada

Atenção ao corte normativo. A alínea b do art. 37, XVI, da Constituição referia-se a outro cargo **técnico ou científico**. A EC 138/2025 alterou para outro cargo **de qualquer natureza**, mantidos a compatibilidade de horários e o inciso XI. O art. 169 da Lei Orgânica contém a redação local anterior.

Pergunta de recuperação

A escola publica os critérios de matrícula. Depois, alguém pede o relatório de saúde de uma criança alheia. A) Divulgue os critérios e restrinja o relatório aos destinatários legítimos. B) A publicidade autoriza divulgar o relatório.

Ver resposta comentada

Questões de prática

E01 / Q1

Na portaria, uma responsável identificada pede o relatório do filho. No mesmo momento, uma associação quer o horário de matrícula. Qual conduta preserva atendimento e sigilo?

A) Encaminhar o relatório pelo fluxo que confirma autorização e informar o horário geral.

B) Entregar ambos os registros a cada solicitante para garantir publicidade.

C) Negar todos os pedidos e orientar que usem redes sociais.

D) Publicar lista de laudos com iniciais e entregar o horário só às famílias.

Ver resposta comentada

E01-a / Q1

Após relato espontâneo de violência, qual registro é apropriado?

A) Relato no grupo dos pais para buscar testemunhas.

B) Síntese objetiva em canal restrito e encaminhamento ao fluxo de proteção.

C) Arquivo pessoal sem comunicação até confirmar o fato.

D) Interrogatório com repetição do relato perante toda a turma.

Ver resposta comentada

E01-b / Q1

Qual situação observa a impessoalidade?

A) Antecipar o pedido de um amigo num dia sem fila extensa.

B) Dar preferência conforme regra geral publicada e comprovação do requisito.

C) Recusar preferência prevista para evitar tratamento desigual.

D) Selecionar pedidos por prestígio pessoal da família.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Planalto · Constituição Federal compilada

Câmara dos Deputados · ECA (Lei 8.069/1990)

Câmara dos Deputados · Lei 12.527/2011 (LAI)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

4.6 · Lei Orgânica de Aparecida de Goiânia

Educação municipal: recursos, autorização e oferta

O que vou aprender. Ler o pedido do enunciado para encontrar o artigo, a base, o piso e a condição.

Caso para acompanhar. A prefeitura analisa convênio para ampliar o ensino fundamental. Outra equipe calcula o mínimo anual usando só impostos próprios.

Conceitos e resolução por etapas. O art. 112 fixa mínimo de 25% da receita de impostos e inclui transferências. Verifique as exclusões do § 1º. No art. 113 a expressão “É facultado” dá possibilidade condicionada; antes da medida é exigida autorização legislativa. Leia o inciso para saber se a medida está na lista. Localize os demais artigos na seção e separe o art. 115, I histórico da garantia federal de até cinco anos.

Outro exemplo resolvido. O Município recebeu R$ 80 milhões em receita resultante de impostos, já com transferências. Considera também convênio para ampliar o ensino fundamental. No art. 112, 25% de 80 milhões = R$ 20 milhões como piso anual para manutenção e desenvolvimento do ensino. O § 1º exclui verbas específicas, como despesas esportivas e culturais. No art. 113, “facultado” indica que o Município pode tomar a medida, com **prévia autorização do Poder Legislativo**. Os arts. 109 a 118 definem também deveres, princípios, planejamento, currículo complementar e Conselho Municipal de Educação.

Atenção de prova. Uma ratificação posterior não equivale à autorização prévia. Em pergunta pela Constituição, não use como vigente o limite etário da redação municipal publicada.

Leitura dos demais dispositivos. Arts. 109–111: direito, formação técnica em cooperação e Plano Municipal de Educação. Arts. 114–116: princípios, garantias da oferta e complementação regional de conteúdo, respeitado o currículo nacional. Arts. 117–118: composição e atribuições do Conselho Municipal de Educação, que planeja e fiscaliza a política educacional. O art. 115 tem redações locais específicas; confronte a regra de idade com a Constituição.

Lei Orgânica

Art. 112 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em termos simples. Transferências de impostos integram a base anual; 25% é mínimo.

Atenção de prova. Leia ainda as exclusões do § 1º.

Art. 113 – É facultado ao Município, com prévia autorização do Poder Legislativo:

III – estabelecer convênio de cooperação técnica e financeira com o Estado e a União, para manutenção e ampliação dos ensinos fundamental e médio no Município.

Em termos simples. O inciso III cobre cooperação técnica e financeira com Estado e União para os ensinos ali indicados.

Atenção de prova. Autorização do Legislativo precisa anteceder o exercício da faculdade.

E06 / memória 1

A prefeitura propõe firmar o convênio primeiro e obter aprovação legislativa no mês seguinte. Isso satisfaz o art. 113?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

E06 / Verbena 1

Dois materiais divergem sobre a garantia federal de educação infantil. Um reproduz a redação de 1988. O outro se propõe a apresentar o art. 208, IV, da Constituição conforme o corte do concurso de Aparecida.

Que redação atual deve constar do segundo material?

A) Creche e pré-escola até seis anos de idade.

B) Creche e pré-escola somente dos quatro aos cinco anos.

C) Creche e pré-escola às crianças até cinco anos de idade.

D) Creche até cinco anos e pré-escola para qualquer idade.

Ver resposta comentada

Servidores municipais: ingresso, funções e estabilidade

O que vou aprender. Separar concurso, contrato temporário, cargos em comissão e função de confiança.

Caso para acompanhar. A administração indica servidor efetivo para chefia e analisa caso de estabilidade. A equipe lê duas versões do art. 180 e anotações de liminar.

Conceitos e resolução por etapas. Compare investidura por concurso, exceção do cargo em comissão e temporário por excepcional interesse público na forma da lei. Função de confiança é reservada a ocupante de cargo efetivo para direção, chefia ou assessoramento. Estabilidade do art. 179 liga cargo efetivo, concurso e três anos de efetivo exercício; considere também condições constitucionais. A redação emendada em 2024 distingue aposentadoria e pensão. Os dispositivos anotados judicialmente ficam como registro documental enquanto o alcance não estiver confirmado em fonte oficial.

Outro exemplo resolvido. A prefeitura precisa responder a uma necessidade temporária excepcional e também prover uma chefia em caráter regular. O art. 165 trata do acesso a cargos, empregos e funções e da regra de concurso para investidura, com exceção prevista para comissão. O art. 166 prevê contratação por prazo determinado para necessidade temporária de excepcional interesse público, nos casos legais. No art. 167, funções de confiança são exclusivas de quem ocupa cargo efetivo. Chefia, direção e assessoramento delimitam suas atribuições, assim

como as dos cargos em comissão. O art. 179 liga estabilidade a três anos de efetivo exercício, concurso e cargo efetivo.

Atenção de prova. Não trate o texto antigo e o bloco da Emenda 007/2024 como dois regimes simultaneamente aplicáveis. Em acumulação, a EC 138/2025 vale no corte para a regra federal, com horários compatíveis e inciso XI.

Leitura dos demais dispositivos. Arts. 164–168: atividade permanente, acesso, concurso, temporário, funções e remuneração. Arts. 170–173: mandato eletivo, reserva local, improbidade e atribuições do cargo. Arts. 175–177: conselho de política de pessoal, direitos e greve nos termos de lei. Arts. 181–182: efeitos do retorno e regra local de isonomia. A compilação oficial anota liminar no art. 174, art. 176, I e II e §§ 1º e 2º, arts. 178 e 183. Desfecho e correspondência da numeração judicial com a redação publicada ficaram sem confirmação oficial direta; esses pontos não entram no gabarito.

Lei Orgânica

Art. 166 – A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em termos simples. Contratação temporária exige necessidade temporária de excepcional interesse público e hipóteses em lei.

Atenção de prova. Não transforme vínculo temporário em forma geral de admissão.

Art. 167 - As funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Em termos simples. Função de confiança só para ocupante de cargo efetivo; finalidade é direção, chefia ou assessoramento.

Atenção de prova. Cargo em comissão é instituto distinto.

Art. 168 – Os vencimentos dos servidores públicos, e os subsídios somente poderão ser fixados ou alterados por Lei específica - observada a iniciativa privativa em cada caso -, assegurada a revisão anual, sempre no 1º (primeiro) dia do mês de maio, sem distinção de índices.

§ 1º. Os vencimentos dos servidores públicos organizados em carreira, **poderá** ser fixada por subsídio em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação,

adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, subsídio percebido pelo Prefeito, ressalvado, para todos os fins de direito, o pagamento referente ao adicional de férias, acrescidas do terço constitucional e 13º salário, por serem considerados direitos sociais garantidos, conforme artigo 7º, VIII e XVII da Constituição Federal.

§ 2º - Os vencimentos e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquicas e fundações, membro do Poder Executivo, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, inclusive as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie ao do Prefeito.

§ 3º - É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de vencimento de pessoal do serviço público.

§ 4º - Os acréscimos pecuniários percebidos pelo servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

§ 5º - O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, e a remuneração observará o disposto nos § § 1º e 4º deste artigo e os preceitos estabelecidos nos artigos 152; 153; III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

§ 6º – Ao Poder Executivo Municipal, cabe tomar providências necessárias para proporcionar o acesso dos servidores públicos do município a plano de saúde e odontológico, sejam em regime próprio, parcerias ou convênios.

Art. 169 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto nesta Lei Orgânica:

I – a dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – a de dois cargos privativos de médico ou enfermeiro.

Parágrafo Único – A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas.

Em termos simples. Este é o texto local publicado. Para a Constituição, compare o art. 37, XVI, atualizado pela EC 138/2025.

Atenção de prova. A resposta depende da norma pedida. Não combine requisitos de redações diferentes.

Art. 179 - São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Em termos simples. Conte três anos de efetivo exercício do servidor nomeado para cargo efetivo por concurso.

Atenção de prova. A data de concurso, sozinha, não inicia o prazo. Confira as condições constitucionais.

Constituição Federal

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

Em termos simples. Na Constituição, confirme a exceção, os horários e o limite do inciso XI.

Atenção de prova. A EC 138/2025 alterou a alínea b antes do corte. O art. 169 municipal não é uma transcrição da Constituição aplicável.

Lei Orgânica

Art. 180-A - A previdência própria do município de Aparecida de Goiânia destinada aos servidores efetivos e seus dependentes, será regulamentada por lei própria para concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, seguindo sempre os critérios constitucionais em vigor e quando necessários.

§ 1º - Somente aplicará ao regime de previdência municipal as regras constitucionais modificadas quando essas tiverem eficácia plena e imediata, caso contrário, haverá necessidade de alteração da legislação previdenciária municipal através de lei própria do ente federativo.

Em termos simples. Previdência municipal segue as condições do texto emendado e da Constituição citadas no dispositivo.

Atenção de prova. O portal reproduz versão histórica do art. 180. A Emenda 007/2024 também insere o art. 180-A.

E06-a / memória 1

Pode preencher função de confiança exclusivamente com trabalhador temporário sem cargo efetivo?

Ver resposta comentada

● **Exercício Online**

Lei Orgânica

Art. 109 – A educação, direito de todos e dever do Município e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, devendo ser ministrada com base nos princípios estabelecidos nas Constituições da República e do Estado de Goiás e nas demais legislações pertinentes.

Art. 110 – O Município buscará, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, direcionar seu esforço educacional para o ensino técnico, integrando a formação acadêmica e a formação profissional, com currículos voltados para a vocação e a realidade econômica do Município.

Art. 111 – O Plano Municipal de Educação visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação do Plano Nacional, com os objetivos de:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica.

Parágrafo Único – Os planos de educação serão encaminhados para apreciação da Câmara Municipal, até o dia 31 (trinta e um) de agosto do ano imediatamente anterior ao do início de sua execução.

Art. 112 - O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 25% (vinte cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - Não compõem o percentual referido neste artigo as verbas destinadas às atividades esportivas, culturais, recreativas, nem os programas suplementares previstos nesta lei, e nem os programas não escolares e não vinculados à Secretaria de Educação e Cultura.

§ 2º - O percentual mínimo, mencionado neste artigo, **deverá** ser obtido levando-se em conta a data de arrecadação e a aplicação dos recursos, de forma que não se comprometam os valores reais efetivamente liberados, em forma de duodécimos.

§ 3º - Garantir-se-á um percentual definido na dotação orçamentária para as creches comunitárias.

Art. 113 – É facultado ao Município, com **prévia autorização** do Poder Legislativo:

I – firmar convênio de intercâmbio e cooperação financeira com entidades, e assistência na criação e manutenção de bibliotecas;

II – promover, mediante incentivos especiais ou concessão de prêmios e bolsas, atividades e estudos de interesse local de natureza científica ou sócio- econômica;

III – estabelecer convênio de cooperação técnica e financeira com o Estado e a União, para manutenção e ampliação dos ensinos fundamental e médio no Município.

Art. 114– O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - gratuidade da educação básica em estabelecimentos da rede municipal e das fundações públicas municipais;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso **exclusivamente** por concurso público de provas e títulos.

VI – gestão democrática do ensino, garantida a participação de representantes da comunidade;

VII – garantia de padrão de qualidade, com provimento das escolas de material didático-pedagógico necessário.

Art. 115 – O dever do Município para com a educação será concretizado mediante a garantia de:

I – atendimento pedagógico gratuito em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) até 6 (seis) anos de idade, em horário integral a ser implantado progressivamente, com a garantia ao ensino fundamental;

II – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, sem limite de idade, em período de oito horas para o curso diurno;

III - ensino médio, depois de atendido plenamente e estabelecido pelos incisos I e II deste artigo, com progressiva extensão e gratuidade:

IV – atendimento educacional especializado ao portador de necessidades especiais, sem limite de idade, na rede regular de ensino, com garantia de recursos humanos capacitados, material e equipamentos públicos adequados e de vaga em escola próxima à sua residência;

V – atendimento educacional à criança nos (CMEI) – Centro Municipal de Educação Infantil e Pré-Escola e no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

VI – preservação dos aspectos humanísticos e profissionalizantes do ensino médio;

VII – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, sem prejuízo da qualidade;

VIII – propiciamento de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

IX – expansão e manutenção da rede municipal de ensino com a dotação de infra-estrutura física e equipamentos adequados;

X – programas específicos de atendimento à criança e adolescentes superdotados;

XI – amparo e formação do menor carente ou infrator mediante projetos específicos na área de educação;

XII – supervisão e orientação educacional em **todos os níveis** e modalidades de ensino nas escolas municipais, exercidas por profissionais habilitados;

XIII – passe escolar gratuito a aluno do sistema público municipal que não conseguir matrícula em escola próxima à sua residência;

XIV – criação de escolas técnico-profissionalizantes levando-se em conta a realidade da educação e o mercado de trabalho;

XV – cessão de serviços especializados para atendimento às fundações públicas e entidades filantrópicas e comunitárias sem fins lucrativos, de assistência ao menor e aos excepcionais, como dispuser a lei;

XVI – garantia de padrão de qualidade, mediante:

a) avaliação cooperativa periódica por órgão próprio do sistema educacional, pelo corpo docente e pelos responsáveis pelos alunos;

b) condições para formação continuada aos profissionais de ensino.

XVII – criação de sistema integrado de biblioteca para difusão de informações científicas e culturais.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito, bem como o atendimento em creches e pré-escola, é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento de ensino obrigatório, creche e pré-escola pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, ou o não atendimento ao portador de deficiência de necessidades especiais, importa responsabilidade de autoridade competente.

§ 3º - Comprovada a falta de vaga, o aluno por si ou acompanhado de seus pais ou responsáveis, ou por estes representado, notificará administrativamente o Executivo Municipal para suprir a falta.

§ 4º - Para todos os efeitos, a notificação **deverá** ser apresentada à autoridade até o vigésimo dia posterior ao do encerramento das matrículas.

§ 5º - Para atender a falta de vagas o Executivo Municipal **poderá**, excepcionalmente, adquiri-las, junto à iniciativa privada, até a satisfação da obrigação, observadas as exigências do Art. 213 da Constituição Federal.

§ 6º - Compete ao Município recensear os educandos do ensino da rede municipal, mediante instrumentos de controle, junto aos pais ou responsáveis e pela freqüência à escola.

§ 7º - Os programas suplementares estabelecidos no inciso V, não são tarefas específicas da escola e seus recursos **deverão** vir da área social do governo.

§ 8º - O Município destinará um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais nas ações descritas nos incisos III, VI, VIII e XIV.

Art. 116 – Respeitado o conteúdo curricular do ensino, estabelecido pela União, o Município fixar-lhe-á conteúdos complementares, com objetivo de assegurar a formação política, cultural e regional.

§ 1º - O ensino religioso sem caráter confessional e de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensinos fundamental e médio.

§ 2º - As escolas da rede pública municipal desenvolverão programas especiais de educação ambiental, para o trânsito, e de atividades cívicas.

§ 3º - No ensino médio **deverão** constar, **obrigatoriamente**, as disciplinas Sociologia, Filosofia e Constitucional.

Art. 117- Fica instituído o Conselho Municipal de Educação, já regulamentado por lei, cuja atribuição é planejar e fiscalizar a política educacional do Município, devendo sua composição ser feita da seguinte forma:

a) um quarto dos componentes indicados pelo Executivo Municipal;

b) um quarto indicado pelo Legislativo Municipal;

c) metade indicada proporcionalmente pelas entidades representativas dos trabalhadores da educação, dos estudantes e dos seus pais.

Art. 118 – Compete ao Conselho Municipal de Educação, sem prejuízo de outras atribuições a ele conferidas, e observadas as diretrizes e bases estabelecidas pela União e pelo Estado:

I – aprovar as diretrizes da política municipal de educação;

II – pronunciar-se sobre o orçamento municipal destinado à educação, propondo mudanças e prioridades;

III – manifestar-se sobre autorização de funcionamento das escolas de ensinos fundamental e médio, no Município;

IV – promover a integração das redes de ensino do Município;

V – zelar pelo cumprimento da legislação aplicável à educação e ao ensino.

Art. 164 – A atividade administrativa permanente é exercida:

I – em qualquer dos Poderes do Município, nas autarquias e nas fundações públicas, por servidor público, ocupante de cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública, observada a qualificação profissional adequada;

II – nas sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Município, por empregado público, ocupante de emprego público ou função de confiança.

Art. 165 - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, assim como aos estrangeiros, na forma da Lei.

§ 1º - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas de títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em Lei, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarado em Lei de livre nomeação e exoneração.

§ 2º - O prazo de validade de concurso público é de dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

§ 3º - Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o aprovado em concurso público será convocado, observada a ordem de classificação, com prioridade sobre novos concursados, para assumir o cargo ou emprego na carreira.

§ 4º - A inobservância do disposto nos §§ 1º a 3º deste artigo implica nulidade do ato e punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

Art. 166 – A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 167 - As funções de confiança exercidas **exclusivamente** por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Parágrafo Único – Em entidade da administração indireta, pelo menos um cargo ou função de direção superior será provido por servidor ou empregado de carreira.

Art. 169 - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver **compatibilidade de horários**, observado em qualquer caso o disposto nesta Lei Orgânica:

I – a dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – a de dois cargos privativos de médico ou enfermeiro.

Parágrafo Único – A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas.

Art. 170 - Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual e distrital, ficará afastado do cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo **compatibilidade de horários**, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contato para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para o efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 171 – É reservado o percentual de 5% (cinco por cento) dos cargos e empregos públicos para provimento aos portadores de necessidades especiais, e os critérios de sua admissão serão definidos em lei.

Art. 172 – Os atos de improbidade administrativa importam suspensão dos direitos políticos, perda de função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e na gradação estabelecida em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 173 – É vedado ao servidor municipal desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, exceto quando ocupar cargo em comissão ou desempenhar função de confiança.

Art. 175 - O Município instituirá Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º - A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.

II - os requisitos para a investidura.

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º - Ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo.

§ 3º - Para provimento de cargo de natureza técnica, exigir-se-á a respectiva habilitação profissional.

Art. 176 - Aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no Art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, da Constituição Federal, além dos relacionados nos incisos deste artigo, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo exigir:

III – assistência e previdência sociais, extensivas ao cônjuge ou companheiro e aos dependentes;

IV – assistência gratuita, em creche e pré-escola, aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os seis anos de idade.

V - adicional para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, observado o disposto no Art. 37, XIV da Constituição Federal e na forma da lei.

Art. 177- O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Art. 179 - São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º - O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - Consideram-se servidores não estáveis, aqueles admitidos na administração direta, autarquia e fundações sem concurso público de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

§ 5º - É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição de estabilidade aos servidores em estágio probatório até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 19/98, sem prejuízo da avaliação profissional.

Art. 180-A - A previdência própria do município de Aparecida de Goiânia destinada aos servidores efetivos e seus dependentes, será regulamentada por lei própria para concessão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, seguindo sempre os critérios constitucionais em vigor e quando necessários.

§ 1º - Somente aplicará ao regime de previdência municipal as regras constitucionais modificadas quando essas tiverem eficácia plena e imediata, caso contrário, haverá necessidade de alteração da legislação previdenciária municipal através de lei própria do ente federativo.

§ 2º - A representação do regime próprio de previdência municipal, bem como do regime de previdência complementar, será designada nos termos da Constituição Federal, Constituição do Estado de Goiás, desta Lei orgânica e de Lei Própria.

Art. 181 – O servidor público que retornar à atividade após a cassação dos motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, à contagem do tempo relativo ao período de afastamento.

Art. 182 – A lei assegurará ao servidor público da administração direta isonomia de vencimentos e carga horária para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder, ou entre servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Constituição Federal

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças **até 5** (cinco) anos de idade;

Atenção ao corte normativo. Constituição de 1988, redação original do art. 208, IV: “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Após a EC 53/2006, vale **até cinco anos**. A faixa de seis anos no art. 115, I, é a redação publicada da Lei Orgânica, e a do art. 176, IV, refere-se à previsão local para filhos e dependentes.

Atenção ao corte normativo. Acumulação: a transcrição do art. 169 é da Lei Orgânica. A Constituição, com a EC 138/2025, admite um cargo de professor com outro de qualquer natureza, se compatíveis os horários e observado o inciso XI. A alínea c federal fala em cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.

Atenção ao corte normativo. A publicação oficial anota liminar na ADI 433-5/200 (200900507459), de 13/05/2009, para o art. 174, art. 176, I e II e §§ 1º e 2º, e arts. 178 e 183. O desfecho oficial não foi confirmado. O texto eletrônico também traz duas redações do art. 180; o bloco da Emenda 007/2024 inclui o art. 180-A. Esses

pontos ficam fora das respostas inequívocas e dos cartões de memorização. O art. 179, § 5º, tem regra de transição vinculada à EC 19/1998.

Leitura dos dois recortes oficiais

Em Educação, complemente a leitura dos arts. 109 a 115 com os arts. 116 a 118. O art. 116 prevê conteúdos complementares de formação política, cultural e regional. O art. 117 institui o Conselho Municipal de Educação e trata de planejamento e fiscalização. O art. 118 enumera atribuições, entre elas integrar redes de ensino e zelar pela legislação. O art. 111 indica encaminhamento dos planos de educação à Câmara até 31 de agosto do ano anterior ao início da execução. A seção termina no art. 118.

Redações em confronto. O art. 115, I, do texto municipal preserva referência histórica a zero a seis anos. Na LDB e no ECA, o recorte federal da educação infantil vai até cinco anos. O art. 169 municipal conserva redação anterior sobre acumulação. Na Constituição, a EC 138/2025 já permitia no corte do edital um cargo de professor com outro de qualquer natureza, observadas a compatibilidade de horários e as demais condições constitucionais. Identifique a norma expressamente pedida.

Nos arts. 164 a 170, organize ingresso, provimento, contratação temporária, atribuições de confiança, remuneração, acumulação e exercício de mandato. O art. 168 exige lei específica para fixar ou alterar vencimentos e subsídios na forma prevista. No art. 170, o mandato de prefeito implica afastamento com opção remuneratória. No de vereador, a compatibilidade de horários altera o tratamento. Nos arts. 171 a 173, localize reserva de vagas, improbidade e restrição ao exercício de atribuições estranhas ao cargo.

Nos arts. 174 a 178, o texto oficial trata de gratificação fazendária, política de pessoal, direitos funcionais, greve e liberação sindical. A publicação contém anotações de suspensão em alguns trechos, inclusive nos arts. 174 e 178 e em parágrafos do art. 176. Leia essas passagens como conteúdo documental com ressalva. A anotação de uma liminar, por si, não confirma o desfecho do processo.

No art. 179, relacione concurso e três anos de efetivo exercício à estabilidade. Em nível constitucional, confira também avaliação especial de desempenho. O artigo municipal distingue perda do cargo, reintegração e disponibilidade. Os arts. 180 e 180-A trazem a redação da Emenda nº 007/2024 sobre aposentadoria e pensão por

morte no regime próprio. A edição oficial também reproduz trecho antigo do art. 180. Para prova, identifique a redação modificada e separe os dois textos.

Nos arts. 181 a 183, localize contagem do período de afastamento após retorno de aposentadoria por invalidez, isonomia funcional nas condições textuais e licença. A fonte oficial traz anotação judicial no fim do art. 183. A apostila não utiliza esses trechos anotados como regra pacífica nem como resposta pontuada.

E06 · Lei Orgânica: Educação e Servidores Públicos. Estude Educação nos arts. 109 a 118 e Servidores na Seção Única do Título VIII, arts. 164 a 183, incluindo art. 180-A. Identifique a redação modificada por emenda, a anotação de suspensão e a norma pedida na questão. A redação histórica municipal aparece lado a lado com dispositivos federais vigentes em alguns temas.

O que vou aprender. Localizar os dois recortes municipais do edital e interpretar as regras de educação e do serviço público.

Educação no Título VII, Capítulo I, Seção III

Comece pelo art. 109 no texto oficial consultado. **Educação** é direito de todos e dever do Município e da família, com colaboração da sociedade. O art. 110 relaciona ensino técnico, formação acadêmica e profissional e realidade econômica local, com cooperação estadual e federal. O art. 111 vincula o Plano Municipal de Educação à integração das ações públicas e a objetivos como universalização, qualidade, combate ao analfabetismo, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica.

O art. 112 fixa mínimo anual de **25% da receita de impostos, incluídas transferências**, para manutenção e desenvolvimento do ensino. A base de cálculo importa. No art. 113, diferencie as medidas facultadas mediante autorização legislativa. No art. 114, grife igualdade de acesso e permanência, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização profissional, gestão democrática e padrão de qualidade. No art. 115, estude o dever de oferta, atendimento especializado, programas suplementares, acesso à escola e responsabilidade por oferta irregular.

O art. 116 trata de conteúdos complementares de formação regional, cultural e política e de programas educacionais na rede. O art. 117 institui o Conselho Municipal de Educação e lhe atribui planejamento e fiscalização da política educacional. O art. 118 trata de suas competências, entre elas promover a

integração das redes e zelar pela legislação. Nas questões municipais, identifique o órgão ou a autoridade de que trata o enunciado.

Servidores no Título VIII, Seção Única

Os arts. 168 e seguintes tratam de remuneração, acumulação e situações funcionais. Associe **lei específica** à fixação ou alteração da remuneração e examine as condições para acumulação excepcional, incluindo compatibilidade de horários. Em exercício de mandato, confira separadamente as hipóteses de prefeito, vereador e mandatos federal, estadual e distrital. Os arts. 171 e 172 abordam reserva de vagas e consequências da improbidade. O art. 173 restringe o exercício de atividades alheias ao cargo, ressalvados cargo em comissão e função de confiança. O art. 175 prevê Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal. O art. 176 trata de direitos funcionais e o art. 177, do direito de greve nos termos da lei. Na previdência, os arts. 180 e 180-A tratam do regime próprio, aposentadorias e pensão por morte, com regulamentação própria e observância da Constituição. O art. 179 estabelece estabilidade após três anos de efetivo exercício para servidor nomeado para cargo efetivo por concurso. A perda do cargo está sujeita às hipóteses e garantias previstas.

Exemplo resolvido. Um item diz que a estabilidade nasce com a aprovação no concurso. A aprovação, a nomeação e o efetivo exercício são momentos distintos. A regra do art. 179 usa três anos de efetivo exercício para a estabilidade.

Leitura dos dois recortes oficiais

Em Educação, complemente a leitura dos arts. 109 a 115 com os arts. 116 a 118. O art. 116 prevê conteúdos complementares de formação política, cultural e regional. O art. 117 institui o Conselho Municipal de Educação e trata de planejamento e fiscalização. O art. 118 enumera atribuições, entre elas integrar redes de ensino e zelar pela legislação. O art. 111 indica encaminhamento dos planos de educação à Câmara até 31 de agosto do ano anterior ao início da execução. A seção termina no art. 118.

Redações em confronto. O art. 115, I, do texto municipal preserva referência histórica a zero a seis anos. Na LDB e no ECA, o recorte federal da educação infantil vai até cinco anos. O art. 169 municipal conserva redação anterior sobre acumulação. Na Constituição, a EC 138/2025 já permitia no corte do edital um cargo de professor com outro de qualquer natureza, observadas a compatibilidade de

horários e as demais condições constitucionais. Identifique a norma expressamente pedida.

Nos arts. 164 a 170, organize ingresso, provimento, contratação temporária, atribuições de confiança, remuneração, acumulação e exercício de mandato. O art. 168 exige lei específica para fixar ou alterar vencimentos e subsídios na forma prevista. No art. 170, o mandato de prefeito implica afastamento com opção remuneratória. No de vereador, a compatibilidade de horários altera o tratamento. Nos arts. 171 a 173, localize reserva de vagas, improbidade e restrição ao exercício de atribuições estranhas ao cargo.

Nos arts. 174 a 178, o texto oficial trata de gratificação fazendária, política de pessoal, direitos funcionais, greve e liberação sindical. A publicação contém anotações de suspensão em alguns trechos, inclusive nos arts. 174 e 178 e em parágrafos do art. 176. Leia essas passagens como conteúdo documental com ressalva. A anotação de uma liminar, por si, não confirma o desfecho do processo.

No art. 179, relacione concurso e três anos de efetivo exercício à estabilidade. Em nível constitucional, confira também avaliação especial de desempenho. O artigo municipal distingue perda do cargo, reintegração e disponibilidade. Os arts. 180 e 180-A trazem a redação da Emenda nº 007/2024 sobre aposentadoria e pensão por morte no regime próprio. A edição oficial também reproduz trecho antigo do art. 180. Para prova, identifique a redação modificada e separe os dois textos.

Nos arts. 181 a 183, localize contagem do período de afastamento após retorno de aposentadoria por invalidez, isonomia funcional nas condições textuais e licença. A fonte oficial traz anotação judicial no fim do art. 183. A apostila não utiliza esses trechos anotados como regra pacífica nem como resposta pontuada.

Resumo do capítulo. Estude Educação e Servidores pelos recortes do edital. Memorize a base dos vinte e cinco por cento, a distinção entre concurso e exceções de ingresso e a condição de três anos de efetivo exercício para estabilidade.

Pergunta de recuperação

Qual é a base do mínimo de manutenção e desenvolvimento do ensino?

Ver resposta comentada

Pergunta de recuperação

Qual é a finalidade das funções de confiança e dos cargos em comissão segundo o art. 167?

Ver resposta comentada

Registro histórico · art. 168, § 1º. Registro histórico: antes da Emenda 005/2017, o § 1º não trazia a ressalva referente a férias, terço constitucional e 13º. Não confunda as duas redações. A transcrição da emenda não resolve as anotações judiciais ainda não confirmadas nesta apostila.

Atenção ao corte normativo. Constituição de 1988, redação original do art. 208, IV: “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Após a EC 53/2006, vale **até cinco anos**. A faixa de seis anos no art. 115, I, é a redação publicada da Lei Orgânica, e a do art. 176, IV, refere-se à previsão local para filhos e dependentes.

Atenção ao corte normativo. Acumulação: a transcrição do art. 169 é da Lei Orgânica. A Constituição, com a EC 138/2025, admite um cargo de professor com outro de qualquer natureza, se compatíveis os horários e observado o inciso XI. A alínea c federal fala em cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.

Atenção ao corte normativo. A publicação oficial anota liminar na ADI 433-5/200 (200900507459), de 13/05/2009, para o art. 174, art. 176, I e II e §§ 1º e 2º, e arts. 178 e 183. O desfecho oficial não foi confirmado. O texto eletrônico também traz duas redações do art. 180; o bloco da Emenda 007/2024 inclui o art. 180-A. Esses pontos ficam fora das respostas inequívocas e dos cartões de memorização. O art. 179, § 5º, tem regra de transição vinculada à EC 19/1998.

Pergunta de recuperação

O Município quer firmar convênio de cooperação técnica para manutenção do ensino conforme o art. 113. A) A faculdade depende de autorização legislativa prévia. B) A palavra facultado dispensa autorização.

Ver resposta comentada

Questões de prática

E06 / Q1

A equipe municipal quer acrescentar conteúdos sobre história e cultura regional. Qual proposta segue o art. 116 da Lei Orgânica?

A) Usar conteúdos locais em lugar da base curricular nacional.

B) Manter o conteúdo curricular estabelecido pela União e acrescentar conteúdos complementares de formação regional.

C) Limitar os conteúdos municipais ao ensino privado.

D) Suspender conteúdos culturais até autorização prévia para convênio.

Ver resposta comentada

E06-a / Q1

A compilação exibe um bloco antigo do art. 180 sobre previdência e a redação da Emenda 007/2024. Qual procedimento editorial prepara melhor uma questão sobre o texto aplicável?

A) Combinar os parágrafos suprimidos com o novo caput.

B) Ler a redação anterior como vigente por ela ser mais longa.

C) Usar o bloco promulgado na emenda e identificar o texto anterior como histórico.

D) Supor que a emenda cancelou toda a seção de servidores.

Ver resposta comentada

Fontes para consultar

Casa Civil de Goiás · Lei Orgânica de Aparecida

Planalto · Constituição Federal compilada

Planalto · Emenda Constitucional 138/2025

Casa Civil de Goiás · Emenda à Lei Orgânica 007/2024

Emenda à Lei Orgânica nº 005/2017 · publicação reproduzida pela Casa Civil

Diário Oficial de Aparecida de Goiânia nº 2304 · Emenda 007/2024

Mapa do edital

Use o mapa para localizar cada tópico na apostila.

P01 · Gêneros textuais: características e funções
P01

P02 · Compreensão e interpretação
P02

P03 · Variação estilística, sociocultural, geográfica e histórica
P03

P04 · Produção de sentidos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto
P04

P05 · Coesão e coerência
P05

P06 · Sequências descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva
P06

P07 · Tipos de argumento
P07

P08 · Classificação gramatical
P08

P09 · Gramática normativa
P09

P10 · Formação de palavras
P10

P11 · Fenômenos gramaticais básicos
P11

P12 · Coordenação e subordinação entre termos e orações
P12

P13 · Concordância e regência verbal e nominal
P13

P14 · Pontuação e acentuação
P14

P15 · Ortografia oficial
P15

R01 · Dedução, argumentos, proposições verdadeiras e falsas e diagramas
R01

R02 · Sequências lógicas, numéricas, padrões e progressão aritmética
R02

R03 · Grandezas direta e inversamente proporcionais
R03

R04 · Regra de três simples e composta
R04

R05 · Porcentagem, aumentos, descontos e variações
R05

R06 · Juros simples: capital, taxa, tempo e montante
R06

R07 · Tabelas, barras, colunas, setores e média simples
R07

R08 · Lógica proposicional: conectivos, tabelas-verdade, equivalências e negação
R08

G01 · Conflitos sociais, pobreza, fome e direitos humanos
G01

G02 · Emergências de saúde, surtos e epidemias
G02

G03 · Questões ambientais, desastres, mudanças climáticas e políticas
G03

G04 · Arte, cultura e patrimônio do Centro-Oeste
G04

G05 · Formação histórico-territorial de Goiás e Aparecida
G05

G06 · Política, economia e sociedade em Goiás da Colônia à República
G06

G07 · Modernização da agricultura e urbanização de Goiás
G07

G08 · Vegetação, hidrografia, clima e relevo de Goiás
G08

G09 · Natureza, cultura e turismo em Goiás
G09

G10 · Aspectos histórico-geográficos de Aparecida de Goiânia
G10

E01 · Ética, sigilo e princípios da Administração Pública
E01 · E01-a · E01-b

E02 · LDB nos recortes indicados e ECA aplicado à escola
E02 · E02-a · E02-b · E02-c

E03 · Desenvolvimento, cuidados, autonomia e socialização
E03 · E03-a

E04 · Engasgo, quedas, cortes, sangramentos, convulsões e prevenção
E04 · E04-a · E04-b

E05 · LBI: direito à educação, deficiência, TEA e TDAH
E05 · E05-a · E05-b

E06 · Lei Orgânica: Educação e Servidores Públicos
E06 · E06-a

Gabarito comentado

Confira o raciocínio depois de tentar. Cada resposta tem um link de volta para a pergunta.

P01 / memória 1

O gênero é aviso porque comunica uma mudança prática. “Devolvam” orienta a ação, então a segunda frase é injuntiva. A primeira frase informa um horário.

Voltar à questão

P01 / Verbena 1

Resposta: B. A vantagem muda quando a passagem estreita favorece a formiga, e ela ajuda quem a desprezou.
Pegadinha: A caçoada poderia sugerir vingança, mas o desfecho mostra cooperação, sem retaliação.
Conferir a questão oficial 4

Voltar à questão

P06 / memória 1

Argumentação. A descrição apresenta o cenário; a defesa da recuperação e suas razões estruturam o conjunto.

Voltar à questão

P06 / Verbena 1

Resposta: D. A tese sobre o horário vem acompanhada de uma justificativa.
Pegadinha: O primeiro imperativo orienta uma ação, mas ocupa só uma frase e introduz o ponto que será defendido.
Conferir a questão oficial 9

Voltar à questão

P02 / memória 1

João está fora dessa lista. A pista é “só a turma da tarde”; o texto permite que haja outra lista.

Voltar à questão

P04 / memória 1

Que a turma usava o pátio antes. “Parar de” ativa a ideia de prática anterior; culpar o mau tempo inventaria uma causa.

Voltar à questão

P05 / memória 1

Uma quebra de expectativa: apesar da ocupação, a roda aconteceu. Ler o conector como conclusão causal apaga o contraste.

Voltar à questão

P05 / Verbena 1

Resposta: A. “Compartimento rasgado” descreve um objeto recebido. Entre os dois objetos, só “pasta” concorda em gênero com “ela”.
Pegadinha: “Monitora” concorda com o pronome, mas não pode ser o objeto com o compartimento rasgado. “Caderno” é masculino.
Conferir a questão oficial 2

Voltar à questão

P03 / memória 1

Situação comunicativa, logo variação diafásica. O texto não oferece pista de época ou região diferentes.

Voltar à questão

P03 / Verbena 1

Resposta: C. A mesma falante ajusta o registro ao interlocutor e ao gênero.
Pegadinha: Variação social seria explicada pelo contraste entre grupos. Aqui muda a situação da mesma pessoa.
Conferir a questão oficial 7

Voltar à questão

P07 / memória 1

Autoridade técnica, pois o parecer especializado sustenta a tese. Não é uma estatística só porque uma vistoria poderia ter números.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Que houve uso anterior do mural.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Aviso é o gênero em circulação. A injunção é a forma de organizar um trecho que instrui ou orienta.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. A expectativa seria que o mural vazio impedisse a abertura. O texto informa que ela ocorreu apesar disso. B transforma a falta de avisos em causa, relação que o trecho não estabelece.

Voltar à questão

P01 / Q1

Resposta: B. Apresenta e avalia uma obra, com recomendação fundamentada.

Voltar à questão

P02 / Q1

Resposta: A. A ponta da seta aponta para a esquerda. A frase identifica o destino, sem dar a direção.

Voltar à questão

P03 / Q1

Resposta: D. Mudam interlocutor, finalidade e formalidade.

Voltar à questão

P04 / Q1

Resposta: B. A retomada pressupõe uma ocorrência anterior.

Voltar à questão

P05 / Q1

Resposta: B. Caderno é masculino singular e é o objeto cujas páginas foram secas.

Voltar à questão

P06 / Q1

Resposta: C. Defende manutenção do portão aberto e oferece razão.

Voltar à questão

P07 / Q1

Resposta: B. Transfere um arranjo de situação semelhante.

Voltar à questão

P08 / memória 1

É advérbio de tempo. Situa a chegada dos avisos, não caracteriza o substantivo.

Voltar à questão

P09 / memória 1

“Houve duas mudanças e existem três avisos.” Haver existencial é impessoal; existir concorda com o sujeito.

Voltar à questão

P10 / memória 1

Pedreiro é sufixação sobre pedra; beija-flor é composição por justaposição. Ter várias sílabas não define composição.

Voltar à questão

P11 / memória 1

Sujeito paciente: os critérios foram divulgados. Tratar o termo como objeto impediria justificar a concordância da passiva.

Voltar à questão

P12 / memória 1

Objeto direto de explicou. A oração responde “explicou o quê?”, em vez de informar o tempo do ato de explicar.

Voltar à questão

P12 / Verbena 1

Resposta: B. A quadra alagada explica por que a turma ficou no salão.
Pegadinha: Consequência seria o efeito produzido pelo alagamento. Na frase, esse efeito aparece na primeira oração.
Conferir a questão oficial 3

Voltar à questão

P12 / Verbena 2

Resposta: C. “Assim que” localiza a entrada em relação ao toque da sirene.
Pegadinha: O toque pode motivar o movimento na vida real, mas a construção pedida marca quando ocorreu a entrada.
Conferir a questão oficial 5

Voltar à questão

P13 / memória 1

“Faz três dias que as famílias voltaram à secretaria.” Fazer temporal é impessoal. Voltar a + a secretaria pede acento grave.

Voltar à questão

P14 / memória 1

A vírgula isola o vocativo Márcia. Em saída, i é tônico e forma hiato com a vogal anterior.

Voltar à questão

P15 / memória 1

Porquê, junto e com acento. O artigo o e o sentido de motivo indicam substantivo.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Haver com sentido de existir é impessoal.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

O trecho passa a explicar o conjunto mencionado, em vez de restringi-lo.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. Pergunte quando a reunião ocorreu. A abertura serve de marco temporal. B exigiria que o texto ligasse a abertura ao motivo da ação.

Voltar à questão

P08 / Q1

Resposta: D. Atribui estado às monitoras na volta.

Voltar à questão

P09 / Q1

Resposta: C. A forma nasal em -ram seleciona -na para o objeto direto feminino.

Voltar à questão

P10 / Q1

Resposta: B. A união de bases altera a forma de plano.

Voltar à questão

P11 / Q1

Resposta: B. O termo indica quem executou a ação na voz passiva.

Voltar à questão

P12 / Q1

Resposta: C. São independentes sintaticamente e ligadas sem conjunção.

Voltar à questão

P13 / Q1

Resposta: C. As duas junções estão representadas corretamente.

Voltar à questão

P14 / Q1

Resposta: B. O vocativo tem vírgula e saída tem hiato acentuado.

Voltar à questão

P15 / Q1

Resposta: C. Seção é setor; cessão é transferência; sessão é evento.

Voltar à questão

R01 / memória 1

Não. Uma pasta de outro tipo pode ter número. A afirmação inicial só garante a numeração de quem já é caderno de presença.

Voltar à questão

R02 / memória 1

A razão é −3. Do primeiro ao sexto há cinco intervalos. 12 + 5 × (−3) = −3. Usar seis intervalos daria indevidamente −6.

Voltar à questão

R08 / memória 1

O aviso chegou, Rita não leu e João não leu. Mantenha a condição e negue a disjunção inteira, usando “e”.

Voltar à questão

R08 / Verbena 1

Resposta: B. A condicional só falha com condição verdadeira e resultado falso. A disjunção só é falsa quando as duas opções falham.
Pegadinha: Deixar pelo menos uma atividade acontecer torna verdadeiro o “ou”, mesmo que a outra seja negada.
Conferir a questão oficial 15

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A fica totalmente fora de C, porque está contido em B.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Equivalente: ¬P ou Q. Negação: P e ¬Q.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Oito termos significam sete incrementos. 4 + 7 × 3 = 25.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. Mantenha verdadeira a condição “completa”. Para tornar falso o resultado com “ou”, negue as duas alternativas com “e”. B nega a própria condição e usa uma disjunção indevida.

Voltar à questão

R01 / Q1

Resposta: A. A disjunção com o conjunto maior implica disjunção com o subconjunto.

Voltar à questão

R02 / Q1

Resposta: D. O próximo acréscimo é 5; 14 + 5 = 19.

Voltar à questão

R08 / Q1

Resposta: D. É o único caso V implica F.

Voltar à questão

R03 / memória 1

Três vezes oito é 24 agentes-hora. Dividindo por seis, são quatro horas. Seis agentes não duplicam o tempo.

Voltar à questão

R04 / memória 1

36 ÷ (3 × 2) = 6 por pessoa/hora. Cinco vezes quatro vezes seis dá 120. Duplicar 36 usaria o tempo novo e ignoraria as pessoas.

Voltar à questão

R04 / Verbena 1

Resposta: D. A taxa da dupla é 6 fichas por hora. A terceira faz 12 por hora. As três fazem 18 por hora.
Pegadinha: Quatro horas e meia resultam de dividir por 12 e considerar somente a terceira pessoa.
Conferir a questão oficial 12

Voltar à questão

R05 / memória 1

100 × 1,10 = 110. 110 × 0,90 = 99. A queda de R$ 11 não cancela a alta de R$ 10.

Voltar à questão

R06 / memória 1

1,5% = 0,015. Por mês: R$ 6. Em quatro: R$ 24. Montante: R$ 424. R$ 24 sozinho é só o rendimento.

Voltar à questão

R07 / memória 1

72 ÷ 360 = 0,20. Se 40 é um quinto do total, o total é 40 ÷ 0,20 = 200. Usar 72% trataria grau como porcentagem.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

1,10 × 0,90 = 0,99. O valor cai 1%.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Na direta, o quociente é constante. Na inversa, o produto é constante.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

90° são um quarto do círculo. O total é 120 matrículas.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. Some as taxas independentes: 6 + 9 = 15 registros por hora. Divida 45 por 15. B só usa a equipe de 9 por hora, ignorando a outra.

Voltar à questão

R03 / Q1

Resposta: B. 120 agente-minutos divididos por 8 agentes = 15 minutos.

Voltar à questão

R04 / Q1

Resposta: C. Cada agente produz 6 por hora. Oito produzem 48; 144 ÷ 48 = 3 horas = 180 minutos.

Voltar à questão

R05 / Q1

Resposta: C. 0,80 × 1,25 = 1; o final recupera o inicial.

Voltar à questão

R06 / Q1

Resposta: A. J = 36; por mês, 600 × 0,015 = 9. Logo 36 ÷ 9 = 4.

Voltar à questão

R06 / Q2

Resposta: B. No mesmo prazo de dois meses vence B. Em dez, A custa R$ 1.650 e B custa R$ 1.740.

Voltar à questão

R07 / Q1

Resposta: B. As devoluções são 4 e 8; (4 + 8) ÷ 2 = 6.

Voltar à questão

G01 / memória 1

Não automaticamente. O universo foi o das famílias avaliadas. É preciso saber se a amostra representa a população municipal.

Voltar à questão

G02 / memória 1

A tem 200 por 100 mil; B, 100 por 100 mil. A tem maior taxa, apesar da contagem menor.

Voltar à questão

G03 / memória 1

Elevar o piso adapta a infraestrutura ao risco. Modernizar ônibus atua na mitigação se a medida reduz emissões.

Voltar à questão

G03 / Verbena 1

Resposta: C. O enunciado identifica a redução de emissões como objetivo.
Pegadinha: Trocar uma fonte de energia pode parecer adaptação por envolver mudança de infraestrutura. A classificação depende do problema que a medida pretende enfrentar.
Conferir a questão oficial 19

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Mitigação atua sobre emissões ou remoções. Adaptação reduz impactos e vulnerabilidade.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Taxas ajustam populações diferentes. Contagens isoladas podem inverter a comparação.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Renda mede recursos monetários. Insegurança alimentar mede dificuldade de acesso regular aos alimentos.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. X tem 300 por 100 mil. Y tem 200 por 100 mil. B usa a contagem absoluta, sem comparar as populações expostas.

Voltar à questão

G01 / Q1

Resposta: B. O relato liga restrição de consumo à renda.

Voltar à questão

G02 / Q1

Resposta: B. Relaciona vigilância e ação com a data correta.

Voltar à questão

G03 / Q1

Resposta: B. A rota evita atravessar o ponto de inundação.

Voltar à questão

G04 / memória 1

Imaterial, porque o objeto é o saber transmitido. As ferramentas são bens físicos.

Voltar à questão

G04 / Verbena 1

Resposta: C. Resistência negra à escravização, memória coletiva e relação com o território formam as pistas do texto.
Pegadinha: Um rito religioso pode integrar a memória, mas sozinho não explica a origem histórica e comunitária apresentada.
Conferir a questão oficial 18

Voltar à questão

G05 / memória 1

1963. 1922 ajuda a explicar a origem do núcleo, mas não é o marco de criação administrativa.

Voltar à questão

G06 / memória 1

A mineração é anterior, da Colônia. A nova capital reorganiza a centralidade política e urbana no período republicano.

Voltar à questão

G07 / memória 1

O volume produzido requer armazenagem, transporte e serviços. A ligação ocorre pela cadeia produtiva, independentemente de a lavoura estar na cidade.

Voltar à questão

G07 / Verbena 1

Resposta: B. Adoção de pesquisa e tecnologia muda a forma de produzir.
Pegadinha: A expansão territorial até pode acompanhar a modernização, mas não explica as técnicas descritas no caso.
Conferir a questão oficial 17

Voltar à questão

G08 / memória 1

Divisor de águas, porque separa duas áreas de drenagem. Cada área drenada é uma bacia.

Voltar à questão

G09 / memória 1

Para manter segurança e reduzir pressão sobre trilhas e ambientes sensíveis. O controle depende das normas da área.

Voltar à questão

G10 / memória 1

É migração residencial. Pendular seria fazer o trajeto e continuar morando em Aparecida.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

1922 é o marco do núcleo ligado à capela. 1963 é a criação do município.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A expansão da produção pode elevar a demanda por transporte, armazenagem, mercado e infraestrutura.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Bacia é a área de drenagem. Divisor é o limite topográfico entre drenagens.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

É celebração, portanto patrimônio imaterial.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. O deslocamento se repete sem troca de residência. B descreve mudança residencial, ainda que ocorra na mesma região metropolitana.

Voltar à questão

G04 / Q1

Resposta: B. A Festa do Divino registrada reúne as Cavalhadas e outros elementos.

Voltar à questão

G05 / Q1

Resposta: B. A relação separa processos coloniais regionais de emancipação municipal.

Voltar à questão

G06 / Q1

Resposta: B. O ofício de 1821 documenta governo provisório fora da capital na comarca de Palma.

Voltar à questão

G07 / Q1

Resposta: C. Deslocamento cotidiano e cadeia regional coexistem.

Voltar à questão

G08 / Q1

Resposta: A. O divisor separa áreas de drenagem.

Voltar à questão

G09 / Q1

Resposta: A. Corresponde aos atrativos e lugares.

Voltar à questão

G10 / Q1

Resposta: C. A data, a unidade e a distinção metropolitana estão corretas.

Voltar à questão

E02 / memória 1

A permanência e a participação. Igualdade de condições não se esgota no ingresso formal.

Voltar à questão

E02-a / memória 1

Sim. O direito à oferta inclui creche. A obrigação de matrícula só começa aos quatro anos.

Voltar à questão

E02-a / Verbena 1

Resposta: D. A redação federal atual inclui crianças de zero a cinco anos.
Pegadinha: A faixa de zero a seis correspondia ao texto anterior. A oferta também inclui a creche, então não começa aos quatro.
Conferir a questão oficial 31

Voltar à questão

E02-a / Verbena 2

Resposta: B. O inciso combina gratuidade, transversalidade e preferência pela rede regular.
Pegadinha: Trocar a preferência pela obrigatoriedade de escola separada altera o critério de oferta previsto na lei.
Conferir a questão oficial 38

Voltar à questão

E02-a / Verbena 3

Resposta: C. A obrigatoriedade vai dos quatro aos dezessete. A educação infantil gratuita alcança crianças até cinco anos.
Pegadinha: O início do fundamental aos seis anos não é o início da educação básica obrigatória. A pré-escola está incluída.
Conferir a questão oficial 43

Voltar à questão

E02-b / memória 1

Sim quanto à frequência: 480 ÷ 800 = 60%. Não cabe nota de promoção, inclusive para o fundamental.

Voltar à questão

E02-b / Verbena 1

Resposta: A. O art. 29 da LDB define a educação infantil como primeira etapa da educação básica.
Pegadinha: O art. 208, IV, da Constituição garante a oferta em creche e pré-escola. Essa é uma garantia de atendimento, enquanto o comando pede posição na estrutura.
Conferir a questão oficial 32

Voltar à questão

E02-b / Verbena 2

Resposta: A. O parcial dura quatro horas e o integral dura seis horas e meia. O art. 31, III, fixa mínimos de quatro e sete horas, respectivamente.
Pegadinha: A jornada integral supera seis horas, mas isso fica abaixo do mínimo legal de sete.
Conferir a questão oficial 33

Voltar à questão

E02-b / Verbena 3

Resposta: A. O art. 31, I, prevê acompanhamento e registro sem objetivo de promoção.
Pegadinha: Usar observação em vez de prova escrita é compatível com o registro. Usar esse registro para classificar mantém justamente a finalidade vedada.
Conferir a questão oficial 35

Voltar à questão

E02-b / Verbena 4

Resposta: D. A avaliação acompanha e documenta o desenvolvimento. Ela não tem finalidade de promoção.
Pegadinha: Planejar mediações pode parecer interferência na avaliação, mas é um uso pedagógico que ajuda a acompanhar a aprendizagem.
Conferir a questão oficial 34

Voltar à questão

E02-c / memória 1

A suspeita do art. 13 já é comunicada. As faltas reiteradas do art. 56, II, envolvem esgotamento dos recursos escolares antes da comunicação.

Voltar à questão

E02-c / Verbena 1

Resposta: B. O art. 13 inclui suspeita e confirmação como hipóteses de comunicação obrigatória ao Conselho Tutelar.
Pegadinha: O conselho escolar tem função interna. Comunicar a ele, por si só, não cumpre o encaminhamento ao órgão previsto.
Conferir a questão oficial 35

Voltar à questão

E02-c / Verbena 2

Resposta: C. Ridicularizar é hipótese do inciso II do parágrafo único.
Pegadinha: Toda punição pode parecer “castigo” na linguagem comum. A categoria legal de castigo físico exige uso de força nas condições previstas.
Conferir a questão oficial 36

Voltar à questão

E02-c / Verbena 3

Resposta: D. Os arts. 5º e 19 ligam a proteção contra violações à convivência familiar e comunitária.
Pegadinha: Tempo integral pode ser uma política de atendimento. Os dispositivos indicados não instituem uma garantia geral de jornada integral.
Conferir a questão oficial 38

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

O poder público garante educação infantil gratuita até cinco anos. A matrícula obrigatória começa aos quatro anos.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Registre ao longo do processo. O registro acompanha o desenvolvimento e não serve de filtro para acesso ao ensino fundamental.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. O art. 31, I, admite acompanhamento e registro e exclui promoção, mesmo para acesso ao fundamental. B usa um instrumento adequado para justificar finalidade vedada.

Voltar à questão

E02 / Q1

Resposta: C. Preparo para a cidadania é fim e gestão democrática é princípio do ensino público.

Voltar à questão

E02-a / Q1

Resposta: B. Distingue oferta pública e início do dever de matrícula.

Voltar à questão

E02-b / Q1

Resposta: A. Cumpre o mínimo diário e preserva a finalidade avaliativa.

Voltar à questão

E02-c / Q1

Resposta: D. Art. 2º fixa a fronteira e o art. 13 indica o destinatário.

Voltar à questão

E03 / memória 1

Descrever o que ela fez em ambiente tranquilo e como reagiu ao barulho. Isso permite ajustar o ambiente e observar de novo.

Voltar à questão

E03 / Verbena 1

Resposta: C. A terceira reúne passos firmes, deslocamento e ausência de apoio.
Pegadinha: Dar passos segurando a mão do adulto indica progresso, mas a presença de apoio muda o marco descrito.
Conferir a questão oficial 37

Voltar à questão

E03-a / memória 1

Proteja o grupo, ajude a nomear as intenções e organize turnos possíveis. Tirar todos os brinquedos resolveria o momento sem ensinar a negociar.

Voltar à questão

E03-a / Verbena 1

Resposta: A. A rotina permite participação gradual e atenção às necessidades da criança.
Pegadinha: Tornar tudo mais rápido pode facilitar a logística, mas fazer pela criança elimina oportunidades de participação e aprendizagem.
Conferir a questão oficial 35

Voltar à questão

E03-a / Verbena 2

Resposta: B. Ela já consegue usar o utensílio. Ajuda eventual e supervisão preservam autonomia, segurança e atenção à saciedade.
Pegadinha: Pode parecer mais eficiente alimentar a criança diretamente, mas isso entrega ao adulto uma tarefa que ela já consegue experimentar.
Conferir a questão oficial 39

Voltar à questão

E03-a / Verbena 3

Resposta: C. A criança apresenta sinais de prontidão e pode praticar gradualmente com apoio dos adultos.
Pegadinha: O calendário único simplifica a organização, mas ignora o ritmo e os sinais individuais.
Conferir a questão oficial 38

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Use como referência para observar e descrever. Comunique dúvidas à equipe e siga o fluxo estabelecido.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Proteja as crianças, nomeie o conflito, ouça e proponha um acordo executável, como turnos.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. O apoio graduado preserva a habilidade já demonstrada. B privilegia a rapidez e retira a chance de prática.

Voltar à questão

E03 / Q1

Resposta: A. A descrição indica ação, contexto e mediação, sem rótulo.

Voltar à questão

E03-a / Q1

Resposta: C. Ajuda proporcional combina cuidado e participação.

Voltar à questão

E05 / memória 1

Remover a barreira, por exemplo com recurso acessível, e observar a participação e a aprendizagem. O problema ainda não se resolveu com a matrícula.

Voltar à questão

E05 / Verbena 1

Resposta: A. O obstáculo está no material. Mudar o formato preserva o objetivo e permite jogar junto.
Pegadinha: Oferecer equipagem idêntica parece igualdade, mas mantém a barreira de acesso ao jogo.
Conferir a questão oficial 36

Voltar à questão

E05 / Verbena 2

Resposta: D. A alternativa preserva a abrangência de níveis e a duração do direito à aprendizagem.
Pegadinha: Oferecer apoio na educação básica é importante, mas limitar o direito a essa etapa reduz o alcance do art. 27.
Conferir a questão oficial 31

Voltar à questão

E05-a / memória 1

Não. O profissional ajuda na participação e em atividades como locomoção e higiene. Definir critérios de avaliação é atribuição pedagógica.

Voltar à questão

E05-a / Verbena 1

Resposta: B. O art. 3º, XIII, da LBI inclui alimentação e locomoção e exclui técnicas ou procedimentos de profissões legalmente estabelecidas.
Pegadinha: Acompanhar a aprendizagem no cotidiano não transfere ao apoio a responsabilidade de planejar e avaliar o ensino.
Conferir a questão oficial 33

Voltar à questão

E05-b / memória 1

A Lei 14.254 orienta acompanhamento o mais precoce possível quando há repercussão na aprendizagem.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Acesso é conseguir entrar e alcançar a atividade. Participação é conseguir tomar parte nela em condições adequadas.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Observe a barreira remanescente, ouça o estudante e ajuste com a equipe.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. A barreira está no formato de comunicação. B posterga a participação no grupo sem remover a barreira.

Voltar à questão

E05 / Q1

Resposta: C. Planejamento inclusivo e vedação da cobrança observam o art. 28.

Voltar à questão

E05-a / Q1

Resposta: B. Mantém docência e apoio em funções complementares.

Voltar à questão

E05-b / Q1

Resposta: B. Oferece apoio escolar e encaminhamento sem confundir atribuições.

Voltar à questão

E04 / memória 1

Desobstruir a passagem e instituir local seguro de guarda. Avisos e registros podem apoiar, mas não removem o obstáculo.

Voltar à questão

E04 / Verbena 1

Resposta: C. A medida protege imediatamente e atua sobre a causa recorrente, antes de uma lesão.
Pegadinha: O aviso é útil de forma complementar; sozinho, não impede o acúmulo de água.
Conferir a questão oficial 34

Voltar à questão

E04 / Verbena 2

Resposta: A. A prevenção atua sobre o obstáculo físico antes do deslocamento das pessoas.
Pegadinha: Orientar uma fila ajuda a organizar o grupo, mas não remove o motivo do tropeço.
Conferir a questão oficial 39

Voltar à questão

E04-a / memória 1

Acompanhar a recuperação, registrar o episódio e comunicar a coordenação conforme o protocolo. A boa aparência não encerra o atendimento.

Voltar à questão

E04-a / Verbena 1

Resposta: D. A pergunta começa após o atendimento inicial. A melhora não encerra o acompanhamento nem o fluxo de comunicação.
Pegadinha: Retomar o lanche imediatamente confunde melhora aparente com finalização segura do atendimento.
Conferir a questão oficial 37

Voltar à questão

E04-b / memória 1

Afastar objetos, proteger a cabeça sem imobilizar à força e marcar a duração. Não se coloca objeto na boca.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Observe se a pessoa consegue tossir com força e respirar. Incapacidade de tossir eficazmente, falar, chorar ou respirar indica urgência.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Proteja a cabeça, afaste riscos, marque o tempo e evite contenção e objetos na boca.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. A recuperação ainda precisa ser acompanhada e comunicada. B reinicia a alimentação sem considerar o que ocorreu ou a orientação do atendimento.

Voltar à questão

E04 / Q1

Resposta: B. Proteção, acionamento e orientação do regulador são prioritários.

Voltar à questão

E04-a / Q1

Resposta: A. O bebê tem menos de um ano; a sequência combina costas e tórax.

Voltar à questão

E04-b / Q1

Resposta: B. Combina posição e compressão locais na epistaxe espontânea sem trauma.

Voltar à questão

E01 / memória 1

A regra do art. 37, § 1º, que veda elementos de promoção pessoal na publicidade institucional. A finalidade útil não afasta a vedação.

Voltar à questão

E01 / Verbena 1

Resposta: C. Probidade indica integridade ética no exercício da função pública, núcleo da moralidade administrativa.
Pegadinha: A legalidade também pode estar em questão, mas o comando recorta a integridade ética, expressa no dever de probidade.
Conferir a questão oficial 28

Voltar à questão

E01-a / memória 1

Não. A informação continua identificável. O canal coletivo e os destinatários sem atribuição não são adequados.

Voltar à questão

E01-b / memória 1

Não. O texto após a EC 138/2025 diz de qualquer natureza, observadas as demais condições do inciso.

Voltar à questão

E01-b / Verbena 1

Resposta: B. A alínea c abrange dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde de profissões regulamentadas. O inciso exige compatibilidade e observância do inciso XI.
Pegadinha: Trabalhar na área de saúde não basta. O vínculo deve ser privativo de profissional com profissão regulamentada.
Conferir a questão oficial 30

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Transparência dos atos públicos convive com a proteção de dados pessoais e a intimidade.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Impessoalidade, porque a seleção deve seguir critério objetivo de interesse público.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. Os dois objetos têm tratamento distinto. B aplica transparência sem considerar intimidade e dados sensíveis.

Voltar à questão

E01 / Q1

Resposta: A. O acesso individual exige canal, identidade e autorização; o horário é informação do serviço.

Voltar à questão

E01-a / Q1

Resposta: B. Registro restrito preserva a criança e sustenta encaminhamento previsto.

Voltar à questão

E01-b / Q1

Resposta: B. A mesma regra pode beneficiar qualquer pessoa elegível.

Voltar à questão

E06 / memória 1

Não. A autorização é prévia. A palavra “facultado” permite a medida sob a condição, sem dispensá-la.

Voltar à questão

E06 / Verbena 1

Resposta: C. A EC 53/2006 alterou o dispositivo constitucional para educação infantil em creche e pré-escola até cinco anos.
Pegadinha: O limite de seis anos pertence à redação constitucional original e aparece no gabarito histórico da prova de referência. A questão autoral usa o recorte atual de Aparecida.
Conferir a questão oficial 37

Voltar à questão

E06-a / memória 1

Não. A Lei Orgânica reserva a função a servidores ocupantes de cargo efetivo e a tarefas de direção, chefia e assessoramento.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Receita de impostos, incluída a proveniente de transferências.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

Direção, chefia e assessoramento. A função de confiança é exercida exclusivamente por servidor efetivo.

Voltar à questão

Pergunta de recuperação

A. O verbo permite a medida e o mesmo caput impõe a condição. B mantém a faculdade e apaga seu requisito.

Voltar à questão

E06 / Q1

Resposta: B. A regra local prevê complementação e preserva a base nacional.

Voltar à questão

E06-a / Q1

Resposta: C. A emenda alterou o art. 180 e acrescentou o 180-A. A redação anterior é registro.

Voltar à questão

Lolozo Games · Concursos